

UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS E DACOMUNICAÇÃO

Mario Luiz Fernandes

**O DISCURSO DE O PORTUGUEZ E A
CORTE PORTUGUESA NO BRASIL**

Porto, 2015

MARIO LUIZ FERNANDES

O discurso de O Portuguez e a Corte portuguesa no Brasil

Pesquisa apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do título pós-doutoral em Ciências da Comunicação, vertente Jornalismo.

Tutor: Dr. Jorge Pedro de Sousa

**Porto
Setembro 2015**

O discurso de *O Portuguez* e a Corte portuguesa no Brasil

Resumo: Este estudo faz uma análise do discurso do jornal *O Portuguez*, editado em Londres (1814 a 1822 e 1823 a 1826), pelo jornalista português João Bernardo da Rocha Loureiro, sobre a estadia da Família Real portuguesa no Brasil. A fuga da Corte para o Brasil, a abertura dos portos brasileiros às nações amigas e os tratados de 1810 com a Inglaterra, o possível retorno da Corte a Portugal em 1814, a criação do Reino do Brasil em 1815, a independência das colônias espanholas na América e a possível formação de um império na América liderado pelo Brasil, e a Revolução Pernambucana de 1817 foram os eventos analisados sobre os quais Rocha Loureiro debruçou extensas, densas e minuciosas análises. Apesar de distante destes fatos e do cenário onde eles ocorreram, seus artigos demonstram que o jornalista conhecia com propriedade a realidade brasileira e possuía o olhar aguçado de um analista político, econômico e social. Tendo como referencial metodológico a Análise de Conteúdo, o estudo aponta que *O Portuguez* foi uma obra aberta do catecismo liberal e analisou os temas mais relevantes da história do Brasil do início do século XIX. Essa é uma pesquisa em desenvolvimento, portanto, as análises e considerações desenvolvidas aqui não são conclusivas e encaminham-se para um estudo mais aprofundado para futura publicação.

Palavras-chave: História da imprensa portuguesa, *O Portuguez*, Rocha Loureiro. História do Brasil.

Abstract: This study analyses the discourse of the newspaper *O Portuguez*, published in London (1814 to 1822 and 1823 to 1826), by the Portuguese journalist João Bernardo da Rocha Loureiro, about the Portuguese Royal Family stay in Brazil. The escape of the Court to Brazil, the opening of Brazilian ports to friendly nations and the 1810 treaties with England, the possible return of the Court to Portugal in 1814, the creation of the Kingdom of Brazil in 1815, the independence of the Spanish colonies in America, the possible formation of an empire in America led by Brazil and the Pernambucan Revolt in 1817 were the analysed events on which Rocha Loureiro wrote dense, extensive and detailed analysis. Although far from those events and their scenarios, his articles show that the journalist properly knew the Brazilian reality and had the keen eye of a political, economical and social analyst. Having as a methodological reference the Content Analysis, the study points that *O Portuguez* was a open work of liberal catechism and analysed the most relevant issues of Brazil's history of the early nineteenth century. This is an ongoing research, therefore, the analyses and considerations developed here are not conclusive and refer to further study for publication.

Key words: History of Portuguese press, *O Portuguez*, Rocha Loureiro. History of Brazil.

Introdução

Agora [...] vou acrescentar a maior heresia que se possa cometer contra o direito divino dos Reis: eu tenho um respeito santo e religioso por todas as revoluções populares.¹

Eu sou um dos Pioneiros que lhe vão terraplanando esse caminho e desfazendo quantos impedimentos nele tem ajuntado para o obstruir a arte dos inimigos do Povo.²

Os enunciados em epígrafe, possivelmente, sejam os que melhor expressam o pensamento de João Bernardo da Rocha Loureiro e a linha editorial de *O Portuguez*, editado em Londres entre 1814 e 1822 (primeira fase) e entre 1823 e 1826 (segunda fase). Seu espírito liberal e sua devoção a revoluções, ou mais propriamente a reformas, fizeram-no um dos pioneiros e o mais contundente jornalista português do início do século XIX a defender e a difundir a ideologia liberal que resultou na Revolução do Porto de 1820, o mais significativo movimento daquele século e que mudou o sistema político em terras lusitanas.

A primeira epígrafe é parte de sua reação ao discurso proferido pelo presidente do 1º Tribunal de Paris, Mr. Seguier, ao abrir a primeira seção de dezembro de 1815 daquele tribunal. Em seu pronunciamento, o magistrado exalta a subserviência ao ideário de Antigo Regime ao assinalar que *toda a autoridade procede de Deus, nem é dado ao povo o dispor dela. Em vão se irrita o orgulho que deve ceder à lei acima a qual, depois de todos os nossos erros, ainda nos pune com brandura. Os nossos antepassados, que tinham franquias e privilégios, e amavam sua liberdade, mais discretos do que nós o somos, reconheceram que os nossos reis reinam só pela graça de Deus e não pelas constituições.*³

O discurso foi elogiado pelo jornal britânico *Times*. Tais posturas eram uma afronta ao liberalismo. Indignado, Rocha Loureiro faz críticas a ambas e alerta para a necessidade dos “espíritos nascidos para a liberdade” que redobrassem seus esforços para espalhar a “doutrina pura”. Coloca em confronto os estigmas entre liberdade e escravidão impostos pelos governos despóticos que ainda assolavam a Europa: “[...] não se julga possível a liberdade por que nunca a houve, e por a razão contrária se julga natural a escravidão”.⁴

O fim ao despotismo era sua principal bandeira o que implicava, fundamentalmente, na oferta de uma constituição livre e na instauração da monarquia constitucional. Este tripé

¹ João Bernardo da Rocha Loureiro em seu periódico *O Portuguez*, 1816, vol. 4, nº 21, p. 197.

² João Bernardo da Rocha Loureiro em seu periódico *O Portuguez*, 1819, vol. 10, nº 55, p. 25.

³ Seguier apud *O Portuguez*, 1815, vol. 4, nº 20, p. 103.

⁴ Seguier apud *O Portuguez*, 1815, nº 20, p. 104.

abrigava a defesa de outras questões como liberdade de pensamento e de imprensa, livre comércio, liberdade de culto religioso, avanços na instrução do povo, fim da corrupção, entre tantas outras reivindicações reformistas que deveriam ser promovidas pela Coroa.

Embora declarasse fidelidade a D. João VI, em mais de uma oportunidade afirma não ser “Braganção” e sim “Afonsinho”, não escondendo sua admiração pelas primeiras dinastias de Portugal e pelos primeiros reis da família Bragança. Entendia que aquele era um tempo de mudança, de reformas que trouxessem a luz e a felicidade e tirassem os portugueses do estado de penúria em que se encontravam.

[...] o tempo é chagado em que todos os espíritos bem nascidos, amantes do bem geral, da ordem e da harmonia política devem reunir todas as suas forças por que resistam ao temeroso combate que os espera: dois séculos de luta porfiada entre a verdade e o erro, entre a religião e o fanatismo, entre a tolerância e a superstição, entre a liberdade e o despotismo, estão para desaparecer de todo, nem deixar mais vestígio sobre a terra [...]. (*O Portuguez*, 1815, vol. 4, nº 20, p. 103)

Pelos seus números, dos 150 milhões de europeus 80 milhões eram regidos por constituições⁵, mas Portugal resistia em promover essas mudanças. A fuga da Família Real para o Brasil em 1808 era a oportunidade para realizá-las, mas os absolutistas insistiam em manter fechada essa janela de oportunidade do tempo. Assim, era imperativo mobilizar a opinião pública em torno das reformas.

O Portuguez foi uma obra aberta do catecismo liberal. Integrou um conjunto de periódicos portugueses editados em Londres com o apoio de comerciantes lusitanos que se viam prejudicados com os tratados de Comércio e de Amizade firmados com a Inglaterra em 1810, e que arruinaram a economia portuguesa. Estes prescindiam de meios para sensibilizar a opinião pública em defesa de sua causa e passaram a apoiar estas publicações.

Além de *O Portuguez*, estavam entre os principais jornais dessa fase o *Investigador Portuguez* (1811-1819), *O Campeão Portuguez* (1819-1821) e o pioneiro *Correio Braziliense* (1808-1822), este último direcionado ao leitor brasileiro. Fora do alcance da censura e da Inquisição portuguesas, estes jornais e seus jornalistas foram o olhar externo sobre o sistema de poder português e sobre os acontecimentos que abalavam o império luso-brasileiro. Mais do que isso. Em um período de efervescência do jornalismo de opinião, exerceram intensamente a missão de formar e orientar a opinião pública em torno de suas causas e não poupavam críticas ou conselhos ao rei visando influenciar nos destinos do império.

⁵ *O Portuguez*, 1819, vol. 9, nº 54, p. 513.

Naquele início de século, Portugal defrontou-se com dois acontecimentos que marcaram definitivamente sua história moderna: a invasão francesa em 1807 e que se repetiria em 1809 e 1810, e a conseqüente fuga da Corte para o Brasil. Esta “retirada estratégica” desencadeou uma sucessão de fatos que resultou na independência do Brasil em 1822. No lapso de 13 anos entre a fuga e o retorno da Corte a Portugal em julho de 1821, a imprensa luso-brasileira em Londres não poupou críticas à Corte no Brasil. Tudo que o governo fazia ou deixava de fazer era severamente analisado.

Em um império em ebulição, as pautas jornalísticas borbulhavam. Polêmicas e decisivas ações do governo começavam a desenhar um novo Brasil. A abertura dos portos brasileiros às nações amigas em 1808, os tratados de Comércio e de Amizade com a Inglaterra em 1810, o possível retorno da Corte em 1815, a elevação do Brasil à categoria de reino em 1815, a Revolução Pernambucana de 1817. Estes foram apenas alguns dos eventos internos de ordem política e econômica que movimentaram a classe política, os negociantes e a imprensa. No cenário internacional, a independência das colônias espanholas na América fomentava polêmicas e alimentava o sonho de D. João na constituição de um grande império sul-americano liderado pelo Brasil.

Como bem assinala Lage (1986, p. 42), “as grandes e pequenas questões da ideologia estão presentes na linguagem jornalística por que não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico”. Neste cenário em efervescência, qual era então o discurso da imprensa portuguesa sobre as ações da Corte no Brasil? Como essa imprensa retratava a estadia da Família Real no Brasil? Qual o seu posicionamento em relação às ações do governo relativas ao Brasil? Estas são algumas questões centrais que esta pesquisa objetiva analisar na construção discursiva da imprensa portuguesa do início do século XIX.

Com o país em crise e seu símbolo maior do outro lado do Atlântico, seria natural que essa imprensa se posicionasse em defesa dos interesses lusitanos. Por sua relevância histórica, a *Gazeta de Lisboa*, em circulação desde 1715, foi o jornal inicialmente definido como *corpus* desta pesquisa. Porém, após leitura exploratória de suas edições de 1808, 1809, 1810, 1815 e 1820, não foram localizados textos noticiosos ou opinativos de maior significação sobre a estadia da Corte no Rio de Janeiro. Editada sob o crivo da censura, seu conteúdo era acrítico e acentuadamente composto pelo noticiário internacional traduzido das gazetas estrangeiras e por publicações legais.

Como referência, vale citar que durante 1808 o semanário imprimiu 52 edições regulares e mais 121 *suplementos* (edições extras) totalizando 740 páginas por meio das quais o leitor português esteve mais informado sobre o cotidiano da Espanha, da Inglaterra, da França e de outros países que sobre o seu próprio. Pouco foi relatado sobre a invasão francesa e menos ainda sobre a Corte no Brasil. Em suas páginas, o leitor tomou conhecimento desses fatos basicamente por meio de editais, proclamações, decretos e outras publicações legais.

Optou-se, então, por *O Portuguez* como novo objeto de estudo. Produzido em Londres pelo português João Bernardo Rocha Loureiro, o periódico desenvolveu densas e críticas reflexões sobre a realidade portuguesa e a Corte no Brasil. Quando foi lançado em abril de 1814, havia mais de cinco anos que a Corte estava instalada no Brasil, o que permitia ao jornal certo amadurecimento nas reflexões sobre alguns dos principais efeitos e a repercussão dessa permanência no Brasil. Importantes ações de natureza política e econômica já havia sido tomadas pelo governo e seus reflexos sentidos não só no Brasil e em Portugal, mas no cenário internacional.

Este estudo articula a análise discursiva da mensagem jornalística à história e à história da imprensa. Tem como referencial metodológico a Análise de Conteúdo (AC), cristalizada em Bardin (1977). A AC é uma técnica de matiz semiológica que objetiva ler, descrever, compreender, inferir e interpretar o conteúdo das comunicações, tanto sob uma abordagem quantitativa (estatística) quanto qualitativa (inferencial). Seu desenvolvimento se dá em quatro etapas:

a) *Organização da análise* (pré-análise): compreende a escolha do material para análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos que fundamentam a interpretação. Tem função heurística, exploratória, que objetiva identificar a estrutura editorial do jornal.

b) *Codificação*: extrai dos textos as unidades de registro – palavras, frases, temas, parágrafos, enfim, unidades de significação – para avaliar a frequência ou a ordem com que aparecem nos textos, e são reunidas em categorias temáticas de acordo com os objetivos da pesquisa.

c) *Categorização*: agrupamento das unidades de registro que possuam elementos de significação em comum como identidades semânticas (temáticas), sintáticas (verbos,

adjetivos), lexical (classificação das palavras segundo o seu sentido), expressivas (classificação das diversas perturbações da linguagem).

d) *Inferência* (deduções lógicas): visa à interpretação propriamente dita dos textos, de seus enunciados e proposições. É a fase na qual se “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”, é quando se busca “outras realidades através das mensagens” (BARDIN, 2004, p. 38).

Conforme o já explicitado, a *pré-análise* da *Gazeta de Lisboa* levou à substituição por *O Portuguez* como objeto de estudo, sem ocorrer mudanças significativas nos demais objetivos da pesquisa. A primeira fase de *O Portuguez* (1814 a 1822) aqui analisada compreende 12 volumes com 71 edições que totalizam 6.350 páginas. Não obstante, foram consideradas algumas edições da segunda fase, dependendo do desdobramento do tema em questão. Os tópicos aqui analisados (*categorização temática*) não foram pré-estabelecidos pelo pesquisador. Eles resultam da leitura exploratória na qual foram extraídas as *unidades de registro* em razão da frequência com que foram abordadas, por serem as de maior relevância e terem relação mais direta de efeito ou consequência da Corte no Brasil.

Desse modo, as *unidades de registro* foram agrupadas nas seguintes categorias temáticas: a) fuga da Família Real para o Brasil; b) abertura dos portos brasileiros em 1808 e os tratados de Comércio e de Amizade celebrados com a Inglaterra em 1810; c) possível retorno da Corte para Portugal em 1814; d) elevação do Brasil à condição de reino em 1815; e) união/separação entre Brasil e Portugal; f) a possível formação do império sul-americano integrado pelo Brasil e as ex-colônias espanholas na América; g) Revolução Pernambucana.

O estudo apresenta-se estrutura em quatro unidades: origens da imprensa portuguesa, a imprensa portuguesa em Londres, perfil do jornalista Rocha Loureiro, *O Portuguez* e sua estratégia discursiva. Trata-se de uma pesquisa em desenvolvimento, portanto, as análises e considerações aqui desenvolvidas não são conclusivas e encaminham-se para outras considerações para futura publicação.

1. Origens da imprensa portuguesa

A imprensa portuguesa nasceu com a *Gazeta em que relatam as novas todas que houve nesta corte e que vieram de várias partes no mês de novembro de 1641*. Editada de novembro de 1641 a setembro de 1647, sua segunda edição trazia apenas o nome *Gazeta*. O periódico foi antecedido, porém, por uma série de folhas manuscritas,⁶ folhas volantes impressas (relações)⁷ com notícias eventuais e almanaques.⁸ Teve como fundador o clérigo Manuel de Galhegos – simpático à causa da restauração – mas logo foi “acolhida” pela nova dinastia de Bragança, que acendeu ao trono português na sequência da revolução de 1640 e “necessitava de meios de informação e de propaganda suscetíveis de contribuir para o esforço de guerra, para a legitimação da nova Casa Real e para o combate à propaganda castelhana” (Sousa, 2013, p. 263).

Sua utilização como instrumento de propaganda política nas Guerras da Restauração entre Portugal e Espanha, que estavam apenas no seu início, tinha como principais objetivos

[...] contrariar o efeito negativo dos boatos postos a circular pelos espanhóis sobre seus êxitos nos confrontos armados, destacar as vantagens militares e diplomáticas alcançadas sobre a Espanha, exagerar as dificuldades que estava a experimentar a monarquia espanhola, animar os que duvidavam do bom desfecho da iniciativa restauradora, influenciar as cortes europeias sobre a legitimidade da nova monarquia e a possibilidade de esta dominar o conflito (Tengarrinha, 2013, p. 49).

Como adverte o autor, o jornal não representava a formação de um “espaço de opinião” que tornasse viável o confronto de ideias, mas a busca pela formação de um bloco de opinião em defesa da causa nacional. Apesar de oficiosa e publicada sob aos auspícios da

⁶ Anterior a *Gazeta*, segundo Tengarrinha (2013), já em fins do século XVI corria um elevado número de folhas noticiosas manuscritas em Portugal relatando fatos sobre o comércio, grandes batalhas, naufrágios, fenômenos naturais ou notícias sociais e políticas nacionais e estrangeiras. A primeira delas, datada de 19/10/1588, *tinha por título Notícia da Infelicidade da Armada de Sua Majestade Que Escreveu o Mestre do Santa Catarina*. Entre 1640 e 1643 era elevado o número de folhas manuscritas com notícias avulsas de Portugal e outros países, em geral extraídas de gazetas estrangeiras. O autor relata ainda em relação aos primórdios da imprensa portuguesa a importância da circulação das cartas, panfletos, folhas avulsas, folhetos noticiosos e outras publicações esporádicas e não periódicas que coexistiram e se complementaram durante séculos.

⁷ A primeira dessas folhas, conforme Tengarrinha (2013), foi *História da Mui notável Perda do Galeão Grande S. João em Que Se Contam os Grandes Trabalhos e Lastimosas Coisas Que Aconteceram ao Capitão Manuel de Sousa Sepúlveda e o Lamentável Fim que Ele e Sua Mulher e Filhos e Toda a mais Gente Houveram na Terra do Natal onde se Perderam a 24 de Junho de 1552*. Em sua pesquisa, o autor contabilizou 33 relações impressas publicadas entre 1552 e 1641, ano de publicação da *Gazeta*. Tinham como principais temáticas: expansão marítima, naufrágios, relações com povos e descrições de terras distantes, proselitismo religioso (15 = 45,5%); cerimônias e cultos religiosos (6 = 18,2%); notícias da corte (6 = 18,2%); acontecimentos gerais do Reino e do estrangeiro (3 = 9%); batalhas (2 = 6,1%); descrição de Lisboa (1 = 3%).

⁸ Conforme Tengarrinha (2013), o primeiro almanaque português foi o *Almanaque Perpétuo*, escrito em hebraico por Abraão Zacuto, traduzido e adaptado por seu discípulo José Vizinho e publicado em Leiria em 1496 na tipografia da família hebraica dos Ortas.

Coroa, a *Gazeta* foi suspensa entre julho e outubro de 1642 pelo Decreto de 19 de agosto daquele ano que suspendia a circulação de todas as publicações noticiosas “em razão da pouca verdade de muitas e do mau estilo de todas elas” (apud Tengarrinha, 2013, 53). Quando do seu retorno em outubro, limitava-se à tradução de notícias de gazetas estrangeiras e o noticiário nacional era reduzido. Na capa, trazia a inscrição: *De Novas Fora do Reino*. A nova autorização régia foi concedida a João Franco Barreto e que teve como colaborador Francisco Brandão, ambos “cléricos afetos à causa da restauração da independência” (Sousa, 2013, p. 264).

Uma das razões para a medida proibitiva pode ter sido a frequente publicação de “boatos sobre acontecimentos prodigiosos e pretensamente milagreiros que visavam mostrar o apoio divino à causa da Restauração”. Porém, essas notícias eram carregadas de “ingenuidade e óbvia falsidade” (Tengarrinha, 2013, p. 53). A essa altura já era significativo o número de publicações avulsas e a dificuldade de controle das mesmas resultou na Lei de 29 de janeiro de 1643 que determinava a necessidade de concessão do “privilégio real” para a impressão e circulação de quaisquer livros.

Característica comum na época, a *Gazeta* tinha formato de livro com composição em uma coluna. A primeira edição foi impressa na oficina de Lourenço de Anveres, mas já a partir de janeiro de 1642 é impresso Domingos Lopes Rosa e João Pinheiro e Meneses. Variava de 6 a 16 páginas, o que fazia oscilar seu preço, mas mantendo a média de 6 réis o exemplar. De periodicidade irregular, foram publicados pelo menos 37 números. Conforme Sousa (2011, p. 316-324), 99% do seu conteúdo era noticioso e centrado nos seguintes temas: vida militar e conflitos bélicos (46%); vida social e religiosa (21%); vida política, administrativa e diplomática (205); economia (3%), acontecimentos insólitos (2%); crimes e justiça (2%); catástrofes naturais e acidentes (1%); outros (4%). Inserida no contexto histórico marcado pela Guerra dos Trinta Anos (1618 a 1648) e pela Guerra da Restauração da Independência (1640 a 1668) seria natural que os conflitos predominassem em suas páginas.

No período da *Guerra da Restauração*, o conteúdo militar também predominou nas 285 folhas volantes impressas ou relações contabilizadas por Tengarrinha (2013, p. 54) e que em sua maioria “relatava acontecimentos políticos e militares de maneira favorável às armas portuguesas, muitas vezes de forma exagerada”. Muitas eram em espanhol, por ser língua corrente em Portugal na época e para melhor assimilação no exterior. Estas publicações não periódicas que abordavam acontecimentos específicos, era de produção mais simples que os

jornais, por isso circularam em abundância e tiveram importante papel nos primórdios da imprensa portuguesa.

A maioria dos periódicos lançada na sequência da *Gazeta* teve curta duração e foi marcada pela fase dos mercúrios já em ebulição em outros países europeus. Entre janeiro de 1663 e julho de 1667 foi publicado o *Mercúrio Português*, o segundo jornal de Portugal. A primeira edição trazia o longo título de *Mercúrio Português com as Novas da Guerra entre Portugal e Castela. Começa no Princípio do Ano de 1663. Por António de Sousa de Macedo. Lisboa. Com todas as Licenças Necessárias. Na Oficina de Henrique Valente de Oliveira, Impressor del Rei N.S. Ano 1663*. As seguintes, apenas o título de *Mercúrio Português com as novas do mês...* Foram 50 edições que variavam de 4 a 12 páginas⁹ e o preço entre 5 e 10 réis. Até dezembro de 1666 foi editado pelo escritor e diplomata António Sousa de Macedo, e a partir de julho de 1667 foram publicados sete suplementos por um anônimo. Quando deu início ao jornal, Macedo era secretário de Estado para os Assuntos Exteriores no reinado de D. Afonso VI. Em 1641 foi secretário da embaixada de Portugal em Londres e a partir de 1651, embaixador de Portugal na Holanda.

A *Gazeta* e o *Mercúrio Português* tinham em comum a propaganda dos avanços de Portugal no conflito com Castela, porém, também havia diferenças. A principal delas, conforme Tengarrinha (2013), é que a *Gazeta* não interferia na política interna enquanto o *Mercúrio* apresentava um noticiário predominantemente nacional e defendia os interesses de D. Afonso VI que assumiu o trono em lugar de sua mãe, D. Luísa de Gusmão, que abdicou em razão de articulações palacianas arquitetadas pelo conde de Castelo Melhor. Quando da crise política de 1666-1668 na qual o rei teve que passar o trono a seu irmão D. Pedro, o jornal sofreu revezes e Macedo deixou de redigi-lo.

O *Mercúrio* foi um jornal “mais evoluído e bem organizado, estilisticamente mais cuidado e estabelecendo uma nova relação com o público” trazendo em sua primeira edição o programa que esclarecia os seus propósitos e linhas de orientação (Tengarrinha, 2013, p. 63). Em razão da sua versatilidade cultural e do estilo direto e conciso de seus textos que se aproximam do estilo jornalístico atual, diferentemente do que até então era praticado pelos periodistas lusitanos que o antecederam, Macedo é considerado pelo historiador José Tengarrinha (2013) como o primeiro jornalista português.

⁹ Em junho de 1665, quando da derrota de Castela (Espanha) na batalha de Montes Claros, foi publicada edição especial com 54 páginas (Tengarrinha, 2013).

Foram decorridos mais 22 anos para que Portugal tivesse o seu terceiro jornal, o *Mercúrio da Europa*, embora com apenas três edições entre maio e junho de 1689. Como já havia encerrado o conflito com Castela, o periódico tinha orientação editorial diferenciada em relação aos seus dois antecessores. Era semanal e trazia notícias traduzidas de folhas estrangeiras. Foi impresso em Lisboa na oficina de Domingos Carneiro. Os mercúrios ressurgem no século XVIII, após a *Gazeta de Lisboa*, e se tornam importante fenômeno da imprensa portuguesa.¹⁰

Lançada em 10 de agosto de 1715, mais de 74 anos após *Gazeta da Restauração*¹¹ e 26 anos sem a publicação de quaisquer jornais no país, a *Gazeta de Lisboa* pode ser considerada o quarto jornal português. A concessão régia para sua publicação foi dada ao impressor de livros António Correia de Lemos, que assumiu os custos e a imprimiu inicialmente na oficina de Valentin da Costa Deslandes. Começou como semanário e passou por periodicidades intermediárias até tornar-se diário a partir de 1809. Tinha formato de livro com composição em uma coluna e o conjunto das edições de cada ano formava um volume. Variava de quatro a 12 páginas. Em 31 de agosto de 1715 publica seu primeiro anúncio (aviso) e entre 1740 e 1748 chega à tiragem de 1.500 exemplares.

Apesar de publicada sobre aos auspícios da Coroa, foi suspensa entre 1762 e 1778 pelo governo pombalino. “Após a criação da Real Mesa Censória em 1768 [...]” e “até à morte de D. José (1777), não se fundou qualquer periódico nem algum se publicava em Portugal” (Tengarrinha, 2013, p. 71). Ao longo dos seus 300 anos, completados em 2015, passou por inúmeras transformações editoriais e recebeu diferentes denominações até se tornar o *Diário da República* a partir de 1976¹².

¹⁰ Conforme Tengarrinha (2013) circularam: *Mercúrio Histórico, Político e Literário* (1742), *Mercúrio Histórico de Lisboa* (1743-1745), *Mercúrio Filosófico* (1752), *Mercúrio Gramática* (1753), *Mercúrio de Haia* (1759?), *Mercúrio Corretivo e Parenético* (1776), *Mercúrio Histórico, Político e Literário de Lisboa* (1794-1797), *Mercúrio Britânico ou Notícia Histórica e Crítica sobre os Negócios Atuais* (1798-1800), *Mercúrio Lusitano* (1812-1815), *O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário* (1814-1823). Todos eram editados em Lisboa, exceto os dois últimos, em Londres. Os Mercúrios também circularam durante o século XIX.

¹¹ Pela cronologia de Tengarrinha (2013), por esta época já havia jornal nos Países Baixos (1605), Estrasburgo (1609), Alemanha (1609), Basiléia (1610), Viena (1615), Praga (1619), Amsterdã (1620), Londres (1622), Paris (1631) e Florença (1636).

¹² Conforme Tengarrinha (2013), a *Gazeta de Lisboa* recebeu as seguintes denominações: a primeira edição recebeu o título de *Notícia dos Estados: História Anual, Cronológica e Política do Mundo e Especialmente da Europa* (08/1715); *Gazeta de Lisboa* (08/1715); *Gazeta de Lisboa Ocidental* (01/1718); *Gazeta de Lisboa* (09/1741); *Lisboa* (07/1761); *Gazeta de Lisboa* (08/1778); *Gazeta de Lisboa e Diário do Governo* (09 a 12/1820); *Diário do Governo* (01/1821); *Diário da República* (a partir de 04/1976).

O início do século XIX é marcado por crises e pela efervescência política que fazem nascer e intensificar o jornalismo combativo e de opinião. “Até as Invasões Francesas o movimento da imprensa portuguesa de caráter noticioso e político foi muito baixo” e o único jornal político e noticioso que circulava no país era a *Gazeta de Lisboa*. Só em 1808 iniciou uma nova fase “abertamente política e de combate, em contraste com a longa apatia em que estivera mergulhado”, pois agora em Lisboa “conspirava-se por toda parte” (Tengarrinha, 1989, pp. 59-60). Nesta fase, somente em 1809 foram lançados 24 jornais, quatro deles – três eram diários – só no dia 1º de setembro. Porém, a *Gazeta de Lisboa* era o mais tradicional.

Essa aparente liberdade resulta da necessidade do governo em estimular órgãos de opinião pública visando combater a segunda invasão francesa que agora ocupa a região norte do país. Mais tarde, em 1820, José Liberato Freire de Carvalho, em seu *O Campeão*, relata o modo como a imprensa foi usada no início daquele século.

Enquanto durou a guerra com a França e nossos governantes precisavam de nossa energia e entusiasmo para que ela se concluísse a bem deles, e não a bem do povo, a imprensa, por assim dizer, foi livre em Portugal: então tudo se escrevia, todos escreviam e a todos era lícito revelar seus pensamentos. Mas assim que a guerra se acabou e em vez de um despotismo militar se começou a estabelecer o despotismo civil e religioso, decretos sobre decretos e ordens sobre ordens deram logo cabo de todos os escritos; e só conservaram a *Gazeta de Lisboa* como imagem desse *Alcorão Turco* em que crer devem os fiéis que tudo que está escrito quanto necessário é para a vida política, civil e religiosa. (*O Campeão Portuguez*, 1820, vol.2, p. 229).

A imprensa portuguesa nasceu com a ascensão da dinastia Bragança ao trono e foi logo cooptada para servir a objetivos políticos. Ao longo de 180 anos, esteve sob a censura da Inquisição e a serviço do governo. Somente em 1821, com a revolução liberal do Porto, é que a imprensa portuguesa passou a respirar ares de liberdade de expressão. O Brasil, como possessão portuguesa, também foi vítima desse atraso e ganhou sua liberdade de imprensa no mesmo ano. Periódicos como *O Portuguez*, *Correio Braziliense* e *O Campeão Portuguez*, editados em Londres para fugir à censura e mais livremente poder combater o regime despótico que reinava em Portugal e no Brasil, tiveram papéis decisivos na conquista dessa liberdade. Por essa razão, tornaram-se referência na história da imprensa lusófona na luta pela liberdade de expressão e em defesa da instauração do regime liberal.

2. A imprensa portuguesa em Londres

“*Investigador e Campeão* morreram; *O Portuguez* está, coitado, a dar os últimos alentos; só o *Correio Braziliense*, que os viu nascer, e até pode dizer que foi seu Pai, está gozando perfeita saúde e promete durar longos anos!”¹³ A descrição é do cenário da imprensa portuguesa em Londres poucos meses antes do fechamento de *O Portuguez*, ocorrido no início de 1822. O *Correio Braziliense*, apesar dos votos do concorrente, também encerraria suas atividades em dezembro daquele ano. Era o fim dos quatro principais jornais portugueses em Londres no início do século XIX. Três deles – *Correio*, *O Portuguez* e *O Campeão* – por mais de uma década semearam o liberalismo em Portugal e no Brasil.

Mais que críticos em relação a “inércia” de Dom João VI e a “incompetência” de seus ministros, a maior parte destes jornais destilava análises contundentes sobre o sistema político vigente e a precária realidade na qual estavam submersos os dois países. Principalmente, propunham o reexame e apresentavam alternativas de ordem política, econômica e social visando superar a crise e fortalecer o Império luso-brasileiro. Praticavam o incisivo jornalismo de opinião do século XIX que não se limitava a relatar fatos, mas produzir acontecimentos; no qual o jornalista não era apenas “testemunha ocular da história”, mas um “escritor político” que visava influenciar o percurso da história, persuadir e formar a opinião pública emergente. Era o pleno exercício do jornalismo na conquista de corações e mentes por meio da persuasão, o que se definia como publicismo.

O movimento da imprensa portuguesa em cidades europeias¹⁴ eclodiu ainda durante as invasões francesas em Portugal e foi em Londres que encontrou território mais fértil, não só por questões de natureza política – estar longe do alcance da censura e do Tribunal da Inquisição portuguesa – mas principalmente por questões econômicas nas quais comerciantes portugueses estabelecidos em Londres, no Brasil, em Lisboa e em outras cidades do norte da Europa tiveram papel “decisivo” como apoiadores destes jornais (Tengarrinha, 2002).

“Entre 1789 e 1806, o comércio geral português quadruplicou” (Tengarrinha, 2002, p. 220) estimulado por fatores externos como a independência dos Estados Unidos, a Revolução

¹³ *O Portuguez*, 1822, vol. 12, nº 71, p. 433.

¹⁴ Conforme Tengarrinha (2002), em Paris foram lançados *O Observador Lusitano em Paris ou coleção literária, política e commercial* (01 a 04/1815), *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* (07/1818 a 04/1822) e *O Contemporâneo político e literário* (01 a 09/1820). De acordo com Vargues e Torgal (1998), em Hamburgo foi lançado *Le Plénipotentiaire de la Raison* (1818-1819).

Francesa e as guerras europeias que se seguiram. Ainda mais significativa era a inserção dos produtos brasileiros em novos mercados, o que em 1796 representava 87% das exportações intermediadas por Portugal, com destaque para o algodão e o açúcar. Apesar da diversificação de mercados, a Inglaterra permanecia como a maior consumidora de produtos luso-brasileiros e os negociantes portugueses que detinham o privilégio nesta comercialização superaram os ingleses em Lisboa e passaram a ter maior destaque como intermediadores das exportações portuguesas para vários países.

Porém, após franca ascensão por mais de duas décadas, os negociantes portugueses começam a acumular perdas com a abertura dos portos brasileiros em 1808, agravado pelo Tratado Comercial firmado entre Portugal e Inglaterra em 1810. Assim, em 1811, criaram o Clube de Negociantes Portugueses de Londres com o objetivo de “melhor defender os seus interesses e fazer valer os seus direitos junto às autoridades britânicas como do seu próprio governo” (Tengarrinha, 2002, p. 245). O grupo realizava seus encontros na taverna *City of London*, local de forte confluência de portugueses emigrados em Londres e frequentado por intelectuais, jornalistas e comerciantes. Uma das iniciativas do grupo foi apoiar a publicação de jornais que defendessem suas proposições. A extensa rede formada pelos comerciantes e seus agentes também facilitava a difusão desses periódicos.

O Espelho Político e Moral (05/1813 a 02/1814) foi o primeiro jornal de Rocha Loureiro apoiado pelo Clube. Até mesmo a partida do jornalista para Londres teria sido organizada pelos negociantes “que o chamaram para lhe confiar a redação de um jornal financiado por eles e destinado a defender seus interesses” (Tengarrinha, 2002, p. 244). Fechado *O Espelho* em razão de seu alto custo como semanário, meses depois foi iniciado o mensal *O Portuguez*, com auxílio que se estendeu por anos e que o jornalista fez questão de agradecer quando do fechamento do jornal. *O Portuguez* foi rentável e seu diretor chegou a dispor de “cerca de 12 mil cruzados por ano” (Tengarrinha, 2002, p. 246).

O primeiro da linhagem dos jornais de língua portuguesa em Londres foi o *Correio Braziliense ou Armazém Literário*¹⁵ editado pelo brasileiro Hipólito José da Costa de junho de 1808 a dezembro de 1822. Era destinado ao Brasil, mas também circulou em Portugal e na Inglaterra. Foi o primeiro jornal político em língua portuguesa livre de censura. Embora

¹⁵ Foi impresso o total de 175 edições reunidas em 29 volumes. Era um misto de jornal, revista e livro. Sua estrutura editorial continha quatro seções: política, comércio e artes, literatura e ciências, e miscelânea. Mensal, tinha formato de brochura in-8º grande, e variava de 80 a 150 páginas.

defendesse a manutenção do Império luso-brasileiro – só a partir de julho de 1822 mudou de posição –, é considerado o jornal que mais contribuiu para a independência do Brasil já que ao longo de sua trajetória despertou o espírito de autossuficiência do Brasil aos brasileiros demonstrando as potencialidades econômicas, políticas e culturais do país.

Hipólito da Costa estudou leis e filosofia em Coimbra e integrou a chamada geração de 1790 que visava o fortalecimento do Império luso-brasileiro. Era maçom e foi preso pela Inquisição portuguesa durante três anos. Em 1805 conseguiu fugir e se refugiou em Londres de onde passou a produzir seu jornal. Varnhagem (Apud. Rizzini, 1946, p. 348) ressalta: “Não cremos que nenhum estadista concorresse mais para preparar a formação no Brasil de um império constitucional do que o ilustre redator do *Correio Braziliense*”. Para Dines (2001, p. xxvi), foi “o protótipo do intelectual das luzes: humanista, liberal e cosmopolita” que, sem sair de Londres, foi “o cabeça de uma revolução sem sedição”.

O Investigador Portuguez em Inglaterra foi criado em junho de 1811 com o apoio da Coroa portuguesa para combater a influência do *Correio Braziliense* junto à opinião pública portuguesa e inglesa. Para isso, recebia a importância de “14 mil Cruzados da Corte do Rio, além de pagas as despesas com papel e a tipografia” (Tengarrinha, 2002, p. 243). A partir de 1814, com *O Portuguez*, ganhou mais um jornal a ser combatido. Era ainda apoiado por comerciantes portugueses em Londres e os governadores do Brasil recebiam ordens do governo central para que incentivassem a leitura do jornal em suas regiões. Possivelmente, foi o jornal mais lucrativo dessa fase, pois quando o deixou em 1819, José Liberato Freire de Carvalho fez a retirada de mais de mil libras de proventos. Tinha por divisa: Tudo a favor do povo e nada pelo povo; tudo feito pelos governos, para que o povo nada faça.

Em sua primeira fase, o periódico foi redatoriado pelos médicos Bernardo José de Abrantes e Castro (embaixador de Portugal em Londres), Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Miguel Caetano de Castro. A partir de janeiro de 1814 teve como redator José Liberato, que pouco alterou a linha editorial. Porém, em 1818 deu início à fase mais crítica do jornal em relação ao governo e por isso teve desentendimentos com o agora embaixador em Londres, o conde de Palmela.¹⁶ O jornalista reivindicava mais autonomia editorial, pois percebeu que

¹⁶ Conforme Tengarrinha (2002), também fizeram parte dessa primeira emigração o *Microscópio de Verdades*, com apoio financeiro dos comerciantes portugueses em Londres e redigido por Francisco de Alpoim e Meneses, teve apenas oito edições entre 1814 e 1815. Não teve grande projeção, mas destacou-se pelos violentos ataques contra o Tratado de 1810; *O Padre Amaro ou Sovela Política Histórica e Literária*, do padre Joaquim Ferreira de

quanto mais crítico, maior era a aceitação dos leitores e maiores eram as vendas. O governo retirou o apoio financeiro, embora Palmela fosse contra, pois sentia a necessidade da manutenção do veículo para amenizar os efeitos do *Correio* e de *O Portuguez*. José Liberato deixou o jornal, o que acarretou no seu fechamento em fevereiro de 1819.

O Campeão Portuguez ou o Amigo do Rei e do Povo fecha o conjunto dos quatro principais jornais da chamada primeira emigração¹⁷ da imprensa portuguesa em Londres. Criado por José Liberato com parte do lucro obtido em *O Investigador*, circulou de julho de 1819 a junho de 1821. Ao sentir a identificação do leitor com as críticas, o jornalista as acentuou em relação ao governo, bem como recebeu apoio dos comerciantes portugueses em Londres. Sua atuação também despertou a censura e perseguições.

Em razão da influência que exerciam, os jornalistas e jornais lusitanos em Londres eram bastante assediados por políticos e homens de negócios que desejam inserir suas ideias e ideais na esfera pública. Em 1820, Rocha Loureiro faz um relato que denota certa promiscuidade em relação à frequência e a forma como ocorria esse assédio, inclusive por parte do governo de Portugal e do Brasil.

Com talentos medianos, e inclinação para deles abusar, não há melhor officio que o de ser jornalista em Londres. Lá vem um, que oferece o tomar 600 exemplares de um jornal, se o redator quiser imprimir nele um certo artigo; chaga dai outro com uma letra aberta, se o homem quer advogar um certo sistema; há sempre um ou outro Mandão no Brasil ou em Portugal, que deseja aqui ter um Santo de sua devoção; e já se sabe, não é mesquinho nas ofertas e oblações. Finalmente, a Legação Portuguesa aproveita tudo, quando supõe que por a imprensa pode adiantar seus infames projetos; e muito embora não se pague aos Pensionários, como agora acontece, que se estão devendo dois quartéis de ordenados. Dirá alguém que a nossa preguiça nos tolhe o estarmos ricos: será; mas também é parte nisso o não o querermos ser por meios ruins. (*O Portuguez*, 1821, vol. 11, nº 66, p. 464).

As investidas como forma de controlar esses jornais por meio de censura, perseguições ou tentativa de suborno são indícios da sua difusão e influência junto à opinião pública. Conforme Tengarrinha (2002), *Correio Braziliense*, *Investigador*, *O Portuguez* e *O Campeão Portuguez* tinham pelo menos entre 400 e 500 subscritores, o mínimo necessário para que tivessem algum lucro. Eram lidos em Londres, Lisboa e no Porto principalmente por

Freitas, editado de janeiro de 1820 a agosto de 1826, mas com apêndices publicados até 1830. “Freitas tinha mau estilo e pior moral, pondo a sua pena em leilão a quem mais lhe desse” (Tengarrinha, 2002, p. 246).

profissionais liberais como médicos, advogados e comerciantes, além de estudantes da Universidade de Coimbra. Como os exemplares passavam de mão em mão, o alcance era de milhares de leitores. O *Correio* e *O Portuguez* chegavam a diferentes regiões do Brasil, como é possível observar na procedência das cartas que recebiam.

3. O jornalista Rocha Loureiro

João Bernardo da Rocha Loureiro (24/11/1778-20/02/1853) foi um intelectual atuante e à frente de seu tempo. Nasceu em Gouveia (comarca da Guarda), foi advogado, professor e político. Mas foi como jornalista que inscreveu seu nome na história. Não fazia concessões a seus princípios liberais e manteve-se fiel à monarquia constitucional, mas deixou evidenciada a sua forte simpatia ao republicanismo. Sofreu perseguições e se refugiou em diferentes países onde pudesse usar a pena com liberdade como instrumento para expressar seus ideais. A saúde instável marcou boa parte de sua jornada até o seu falecimento em Lisboa, aos 74 anos.

Neto de escrivão e filho de bacharel, mas com poucos recursos, teve os estudos apoiados por um parente. A formação intelectual familiar lhe permitiu acesso a importantes autores de vertente liberal. Coursou o ensino secundário na Congregação do Oratório, em Vizeu, e em 1805 graduou-se em Direito, em Leis e em Cânones pela Faculdade de Leis e pela Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra. Atuou como professor de Gramática Latina em Coimbra e depois mudou para Lisboa para exercer a advocacia junto ao escritório de Joaquim José da Costa Lima.

Naquelas instituições adquiriu conhecimentos de latim, lógica, filosofia, direito e retórica que tanto influenciaram suas ideias e seus escritos. Platão, Aristóteles, Sêneca e Plutarco são alguns filósofos da linhagem clássica frequentemente citada em seus textos. Entre os pensadores modernos teve como principais influências Montesquieu, Rousseau, Kant, Pope, Hume, Locke, Newton, Mirabeau e Bacon.

O Portuguez era uma obra aberta do catecismo liberal. De Montesquieu, por exemplo, em *O espírito das leis* (1748), vem um dos fundamentos do liberalismo que é a descentralização do poder com a atuação harmônica e autônoma dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. De Rousseau, *Contrato Social*, a concepção de que o trono não é emanado por Deus, mas pelos homens. Ainda na juventude, a leitura de Mirabeau (*Ensaio*

sobre o despotismo oriental) despertou no jornalista um “ódio entranhável” de toda e qualquer forma de despotismo.¹⁸

Seu primeiro jornal foi o bissemanário político e noticioso *Correio da Península ou Novo Telégrafo* (07/1809 a 08/1810), em parceria com Pato Muniz, em Lisboa. Com oito páginas, o periódico teve 138 números e mais seis suplementos totalizando 882 páginas. A defesa dos ideais liberais logo lhe rendeu conflitos com o sistema de poder vigente. Seu principal desafeto nesta fase foi o padre absolutista José Agostinho de Macedo. Em 1812, o padre publicou o poema heróico-cômico intitulado *Os Burros*, no qual Rocha Loureiro era o protagonista. Na quadra a seguir, alguns dos muitos insultos do padre:

Eu canto o bacharel João Bernardo,
O maior asneirão dos asnos todos
Que entupiram Lisboa e ali fundaram
Da universal sandice império eterno
(Apud Boisvert, 1973, p. 23)

Os oficiais que dirigiam a *Gazeta de Lisboa* e detinham o privilégio da Coroa para editar publicações, também percebiam em o *Correio* um forte concorrente em razão da sua boa aceitação pelos leitores. Um terceiro componente: na questão dos *Sebastianistas*, Rocha Loureiro e Pato Muniz publicam dois folhetos contra o padre. Esses fatores, além do incômodo do governo com as críticas, pode ser a explicação para a não renovação da licença do jornal ao final do seu primeiro ano de circulação. Sem se deixar abater, os jornalistas continuaram, por meio de folhetos, sua campanha contra José Agostinho de Macedo.

Em razão das perseguições, Rocha Loureiro se exila em Londres. Saiu de Lisboa em março de 1813, “quase desesperado da medicina” e embarcou “em braços da morte e nos de dois marinheiros”. Com passaporte concedido pelo ministro D. Miguel Pereira Forjaz, que viria a ser um dos principais alvos de suas críticas, chegou à Inglaterra (porto de Falmouth) em abril. Já em 4 de maio, passa a atuar em *O Espelho Político e Moral*, jornal dirigido pelo diplomata José Anselmo Correia Henriques e que tinha apoio dos comerciantes portugueses em Londres e do brasileiro Hipólito da Costa. *O Espelho* teve vida curta e fechou em fevereiro de 1814 totalizando 41 números e 328 páginas; oito por edição. Rocha Loureiro, então, passou a editar *O Portuguez* a partir de abril daquele ano.

¹⁸ O Portuguez, vol. 13, nº 74, p. 192 (Apud Boisvert, 1973, p. 19).

Atribui sua recuperação aos ares da “medicina moral” de Londres “onde o sol da liberdade é pura luz contínua”.¹⁹ Seu relato expõe detalhes do delicado estado de saúde em que chegou a Inglaterra e deixa transparecer seus problemas de natureza psicológica.

Já sou outro homem; já meus passos se firmam vigorosos sobre a terra; minha cabeça, antes caída frouxamente sobre os ombros, agora se levanta e me faz parecer verdadeiramente homem [...], meus olhos antes encovados e sumidos, caminhando talvez para o sono eterno, já não se abrem tão amortecidos para a luz do dia, e já folgamos do espetáculo da natureza: enfim a mão da doença, tão pesada sobre o meu corpo languido, há deixado quase de todo os meus dedos cor de cera [...], também vão a melhor as faculdades de meu espírito que jaziam sopitas e abafadas pela doença [...]. Esta nossa pobre alma é um hóspede bem ruim de contentar. (O Portuguez, 1814, vol. 1. n° 3, p. 196).

Os problemas de ordem política não tardaram a criar-lhe obstáculos em Londres. Como já sofrera perseguições em Lisboa por causa do *Correio da Península*, de pronto o embaixador de Portugal em Londres, o conde de Funchal, ficou no seu encalço. Usou de meios diplomáticos para que o governo inglês viesse a expulsar o jornalista do país.

Quando chegamos à Inglaterra, não foram poucos os sustos e trabalhos que sofremos; nem teve pequena parte neles o absoluto embaixador português, conde de Funchal. Da parte de El Rey (em Inglaterra) fez-nos ir à sua presença por que se lá não fôssemos, a alternativa que nos deixava a Polícia, era quebrar-nos a licença de residir que nos havia dado, e fazer-nos daqui sair (O Portuguez, 1816, vol. 3, n° 14, p. 198).

Quando chegou a Londres, Rocha Loureiro recebeu auxílio de Hipólito da Costa que, entre outras iniciativas, fez a carta de recomendação a ser apresentada na Imigração inglesa para a concessão do visto de residência. O embaixador Funchal irritou-se com a situação e acionou as autoridades inglesas exigindo que a carta fosse assinada por ele. Rocha Loureiro foi intimado à embaixada para audiência com Funchal para este providenciar nova carta. No encontro, foi questionado se mantinha seu juramento de obediência ao rei de Portugal e o porquê havia deixado sua pátria. A resposta foi incisiva: “[...] enquanto fosse despótico o Governo de Portugal, estávamos determinados a lhe renunciar a obediência e a nunca mais lhe ser sujeito”. Porém, adverte que “quando um ou outro vassalo renunciar desgostoso à Pátria, por que o pode fazer, daí deve colher-se que milhares e milhares o fariam, se o pudessem.”²⁰

Seu prestígio em defesa do liberalismo e na luta por reformas no sistema monárquico português o levou a ser nomeado Cronista-Mor do Reino em 18 de novembro de 1821, pelo

¹⁹ O Portuguez, 1814, vol. 1, n° 3, p. 195.

²⁰ O Portuguez, 1816, vol. 3, n° 14, p. 198.

governo liberal instaurado após a Revolução do Porto de 1820, embora continuasse residindo em Londres em 1821. Em 30 de outubro de 1822 foi nomeado Adido à Legação em Madri e partiu para a capital espanhola. No mês seguinte, foi eleito deputado pela ala mais revolucionária do Liberalismo como representante da comarca de Guarda que incluía Gouveia, sua terra natal. Em dezembro retorna a Lisboa para exercer seu cargo legislativo. Com a queda do governo constitucionalista em junho de 1823, foi perseguido pelos Miguelistas e pelos Liberais Moderados e se refugiou novamente em Londres. Foi destituído do cargo de cronista-mor pelo ministro Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, o mesmo que o nomeara para a função. Em solo londrino, passou a editar novamente *O Portuguez* a partir de setembro de 1823 e encerrado definitivamente em 1826.

Tocado pela força do movimento republicano na América, principalmente nos Estados Unidos, deixa antever mais de noventa anos antes, que aquele regime de governo poderia tomar Portugal, o que se confirmaria com a Proclamação da República em 5 de outubro de 1910. Porém, calcado nos “hábitos e costumes dos povos”, invoca a tradição em defesa da monarquia. No caso, a monarquia constitucional que ele dá a entender como “fiel da balança” entre os “dois móveis”: república e monarquia absolutista.

É verdade que o espírito do século parece nunca haver sido tão republicano como agora, porém é também uma verdade que nunca os costumes e os hábitos dos homens foram tão monárquicos como agora; porque nunca, como no presente século, se viram tamanhos desejos de acumular riquezas, de gozar de todas as comodidades da vida, e de ter honras, títulos e dignidades, o que certamente não é muito republicano. Logo é claro que só o espírito dos tempos é contra as monarquias, porém que todos os hábitos e costumes dos povos são a favor delas. Que devem, por consequência, fazer os governos? Empregar habilmente estes dois móveis, porque o fiel da balança há de pender sempre para o lado da monarquia. Contudo, é preciso tratar tudo isto com muito jeito, por que um só descuido pode ser fatal. (*O Portuguez*, 1817, vol. 7, nº 38, p. 827).

Santos (1983), que realizou estudo sobre a vertente republicana de Rocha Loureiro, não identificou em *O Portuguez* qualquer declaração explícita do jornalista na qual assinalasse *eu sou republicano*, mas reuniu uma série de elementos nas páginas do periódico e de outras fontes que atestam a identificação do jornalista com este regime de governo. Conforme a autora, não se trata de ideias isoladas, mas de um “sistema de ideias” que permeia o periódico da primeira à última edição, embora de forma não aprofundada ou conclusiva em razão da continuidade ou não da publicação. Esse sistema fica mais evidenciado a partir da Revolução do Porto de 1820, e pontualmente na traição do rei contra os liberais no episódio

da Vilafrancada em 1823 e após sua morte em 1826. É neste contexto que desenvolve seus escritos mais violentos contra a monarquia, a dinastia dos Braganças e a Igreja.

Na reivindicação de reformas políticas e administrativas que implicavam na reunião das Cortes e na elaboração da Constituição, entre outras ações para rever o despotismo e a ruína em que se encontrava Portugal, construiu sua “pedagogia da revolução”. Na verdade, uma revolução de caráter reformista que cabe ao rei conduzi-la, para evitar que ocorra de forma violenta (Santos, 1983, p. 174). Para o jornalista, se o rei não a fizer, legitimará ao povo que a faça, de forma pacífica ou não.

[...] se o governo não a quer fazer voluntariamente, quem pode negar ao povo o direito de a fazer, quando ele o tem de ser bem governado? Mas se o governo quer reger o povo com cetro de ferro e seus princípios e máximas incorrigíveis, mostrando rebeldia e pertinácia igual à sua incapacidade, então aprovamos de todo o coração e em boa consciência, até as reformas mais violentas como as dos ingleses que lançaram do reino os Stuarts, furiosos (O Portuguez, 1818, vol. 8, nº 48, p. 700).

Seu grande modelo de república eram os Estados Unidos em razão do seu potencial econômico e livre mercado, das virtudes cívicas, da liberdade política e de pensamento, da tolerância religiosa. Porém, Portugal carecia de elementos fundamentais para atingir o espírito cívico republicano, o que tornava difícil a instauração do regime no país.

Portugal, atendendo à sua situação marítima e terrestre, poderia ser república muito mais poderosa do que a dos holandeses fora [...] porém, falta-nos o melhor, de que não careciam os holandeses. Faltam-nos virtudes republicanas, costumes austeros e singelos, indústria e zelo infatigável. Aonde há agora essas virtudes, não dizemos já entre nós, senão em alguma parte da nossa Europa? Comércio, luxo, amor de honras e riquezas, que é o caráter do nosso tempo, mal se compadecem com as formas da feroz democracia. Por isso, não se pode entre nós admitir. (O Portuguez, 1826, vol. 15, nº 88/89, p. 456).

Em 1825, conforme Santos (1983), Rocha Loureiro “inventa” uma entrevista com um cavalheiro inglês para, em forma de diálogo, expor seu ponto de vista sobre duas questões que considera essenciais: a união da Península e a institucionalização de um governo republicano, estabelecendo uma ligação entre ambas. Para além das pesadas digressões contra a dinastia Bragança, apresenta sua proposta:

Desejo toda a Península das Espanhas unida, como nos Estados Unidos da América, sob a autoridade de um presidente escolhido todos os quatro anos por legislatura geral, que deve, distribuída em duas Câmaras, ser o composto da Representação dos Estados que entram na União (O Portuguez, vol. 15, p. 564, apud Santos, 1983).

Considera que seriam necessárias apenas algumas alterações na Constituição americana para adaptá-la ao desejado governo da união Ibérica e para evitar possíveis desequilíbrios eleitorais em razão do menor contingente de eleitores portugueses, poderia ser estabelecida uma “rotação calculada sobre a base da povoação relativa” ou “ quando o Presidente saia de uma nação, seja sempre da outra o vice-Presidente”.²¹

Assim como Hipólito da Costa, Rocha Loureiro era partidário das ideias de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho relativas à construção do Grande Reino Luso-Brasileiro. O jornalista pertenceu àquela que Kenneth Maxwell definiu como a “geração de 1790” (apud Neves, 2002, p. 470). Eram intelectuais principalmente brasileiros formados em Coimbra, dentre os quais o ministro da Marinha, Rodrigo de Sousa Coutinho, procurou agregar em torno de um “plano de reformas que para o Império português, visasse a reduzir a insatisfação da população colonial com os impostos e outros agravantes” e reconhecesse a “importância do Brasil para a sobrevivência econômica e política de Portugal”. Tinha em mente “a criação de um grande Império luso-brasileiro, em que o português ‘nascido nas quatro partes do mundo’ se sentisse unicamente e não mais do que português” (Neves, 2002, p. 471).

Ainda conforme Neves (2002, p. 472), este grupo “não aceitava mudanças bruscas, advindas de uma revolução, e propunham, em seu lugar, saudáveis reformas, que não alterassem a ordem vigente profundamente”. Para atingir seus objetivos, apostavam em medidas culturais e pedagógicas. Neste sentido, o jornal era o instrumento adequado para a disseminação de mudanças naquela nova esfera pública.

Porém, Rocha Loureiro foi um dos pioneiros a conjecturar a possibilidade de separação dos dois reinos; um dos primeiros intelectuais a falar abertamente no que Valentim Alexandre, em seu *Sentidos do Império* (1992), definira como "anti-brasileirismo".

Em 1835 é eleito novamente deputado e em 2 de janeiro do ano seguinte retorna a Lisboa para tomar posse e é reintegrado ao cargo de Cronista-Mor. Comemora o restabelecimento da Constituição de 1822 e em 1836 participa da Revolução de Setembro. Em razão de alguns ministros terem sido eleitos deputado, mesmo contra os preceitos constitucionais, mas por meio da articulação de Passos Manuel, Rocha Loureiro renuncia ao cargo de deputado e passa a residir em Coimbra.

²¹ O Portuguez, 1826, vol. 15, p. 573, apud Santos, 1983.

Em Lisboa e no Porto fez pesquisas para o livro *História do Cerco do Porto*, que não chegou a escrever. Contrário à política do novo governo que assumiu após a restauração da Carta Constitucional, em 1836 perde novamente o cargo de Cronista-Mor. Migrou então para Cádiz onde publicou, em 1842, o livro *O Português em Cádiz*, que foi apreendido. Seguiu para Madrid, onde atuou como professor particular. Em 1851, publicou a única edição da *Revista de Portugal*, que revela “a decadência de seu espírito” (Fonseca *et al*, s.d., p. 854). A partir de então, seus problemas mentais se agravam e ele morre dois anos depois, decrépito.

Ao avançar dos anos, a desilusão de Rocha Loureiro com o governo só aumenta, pois este estava “tão perdido e abismado na corrupção” que não poderia por si mesmo promover as reformas necessárias ao país, e estas só seriam possíveis por meio de um “grande milagre” externo ao governo. Esperava que as reformas viessem do povo e “nunca do rei” ou de seus ministros. Mas como o povo encontraria muitos obstáculos, coloca-se com “um dos pioneiros que lhe vão terraplanando esse caminho e desafiando quantos impedimentos nele tem se juntado para obstruir a arte dos inimigos do povo”. Essa era a sua “obra” e os seus “fins”: não esperar que do rei e dos ministros viesse “algum bom partido com o povo”.²²

Sua maior batalha foi contra o despotismo, doença gerada pela ignorância. O remédio era iluminar os povos ignorantes, instruí-los sobre seus direitos e deveres, publicar todas as verdades e denunciar todos os abusos. É neste contexto que insere a “arte da divina imprensa” que facilita “comunicar as luzes como a presteza de um relâmpago”. Como não nasce o “antídoto” onde cresce o “veneno”, se exilou em Londres para atuar com liberdade.²³

Em sua perspectiva, a crise portuguesa não era apenas uma questão conjuntural, mas resultado da má administração do país. Por isso, tanto o rei quanto seus ministros eram, nomeadamente, os principais alvos de seus ataques. Falar das coisas e poupar as pessoas não estava no seu ideário, pois “falar das coisas e das pessoas é obrigação de quem escreve a história e a política, as quais são a genealogia das causas e efeitos, ou a análise imparcial dos fatos”. Em um discurso onde não cabem meias palavras, sentencia: “[...] arrastem-se pelos cabelos ao tribunal da razão todos os Ministros prevaricadores, inimigos da Pátria, e do Príncipe [...]”.²⁴

²² O Portuguez, 1819, vol. 10, nº 55, pp. 24-25.

²³ O Portuguez, 1815, vol. 3, nº 17, p 433.

²⁴ O Portuguez, 1815, vol. 3, nº 17, pp. 433-435.

Era apostando na força da opinião pública como instrumento de (re)ação para provocar as reformas e as mudanças de seu tempo, que Rocha Loureiro levou os administradores à execração pública. Via-se na missão de formar a opinião pública, definida por ele como

Alvo e mira constante da honra, da virtude e de toda a espécie de heroísmo! Árbitro supremo dos Reis e superior a todas as forças dos Reis! Faz a força ou a fraqueza das nações; anula os decretos e sentenças da tirania; premia a virtude infeliz e a inocência perseguida; envilece o despotismo coroado ou a estupidez premiada [...]. (O Portuguez, 1815, vol. 3, nº 17, p. 430).

“A opinião pública é a voz de Deus,”²⁵ sintetizaria mais tarde. Porém, adverte que a natureza, a força e os feitos da opinião pública são eficazes quando ela é fortalecida pelos bons costumes do povo não corrompido, pela liberdade e pela instrução de todos os cidadãos. Ao contrário, em governos despóticos que impõem atos degenerativos a seu povo, a opinião pública torna-se

[...] uma loteria aladroadada, aonde os Ministros, os validos e os regedores compram os bilhetes, que eles sabem de certo, que hão de sair premiados. Para o dizermos de uma vez: não existe verdadeiro espírito e opinião pública; falta o único freio que poderia conter os abusos do poder. Eles correm à rédea solta pelo campo imenso da devassidão; acaba o amor da pátria e, sem ele, o povo também em breve deixará de ser nação. (O Portuguez, 1815, vol. 3, nº 17, p. 431).

Era essa opinião pública em formação que Rocha Loureiro buscava influenciar com seu discurso inflamado contra o antigo regime e em favor do regime liberal, que naquela altura, para ele, tinha sua melhor expressão na monarquia constitucional. Entendia que as reformas necessárias ao reino português só poderiam ocorrer a partir das pressões ao governo, já que este não tinha interesse em iniciá-la por iniciativa própria. Sua luta foi persuadir governo e opinião pública sobre a necessidade das mudanças impostas pelos novos tempos e que visavam o bem geral dos cidadãos, com base na liberdade no seu sentido mais amplo.

²⁵ O Portuguez, 1817, vol. 6. nº 40, p. 1023.

4. O Portuguez

Ninguém nos paga; escrevemos, não com a mira em o sórdido interesse; e nem ainda por amor da glória ou celebridade do nome. Um sentimento ainda mais nobre nos anima, é o amor da pátria e da verdade. Por isso, não pouparemos nenhum dos que têm levado a nossa pátria à ruína e à perdição. Nós os arrestaremos com execração e os denunciaremos publicamente ao tribunal da opinião pública (O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 1, p. 8).

O enunciado acima encerra a apresentação do programa (*Introdução*) de *O Portuguez ou Mercúrio Político, Comercial e Literário* lançado em Londres em 30 de abril de 1814 por Rocha Loureiro. Em oito páginas, apresenta os fundamentos editoriais e expõe a contundência com que o jornal atuou até outubro de 1826 quando fechou definitivamente. Apesar do tom crítico, para Rocha Loureiro a pessoa do rei é “sagrada” e “só os ministros são responsáveis à nação”; e estes últimos foram os execrados perante a opinião pública. Porém, ao avançar dos anos, seu discurso recrudescer e Dom João VI também foi responsabilizado não só por não saber escolher bons ministros e por não saber vigiá-los, como pelo “mal que se faz nos seus estados” e pelo “bem que se deixa de fazer”²⁶. Sofreu inclusive críticas de caráter pessoal ao ser definido como “rei fraco e desleixado”.²⁷

Na *Introdução* foram contabilizados 32 conceitos que sintetizam as proposições defendidas ostensivamente ao longo das 89 edições do periódico. Estes conceitos foram agrupados em cinco grandes categorias temáticas que fundamentam a postura ideológica de *O Portuguez* e que remetem aos principais preceitos do liberalismo.²⁸

Liberdade	Liberdade de imprensa	Reformas	Instrução	Ciências
Liberdade, amor da liberdade, tirania, mundo escravo, direito dos homens, liberdade dos povos, Somos livres!, povo livre, abusos, despotismo, liberdade civil, poder temporal e espiritual, intolerância da religião.	Imprensa, liberdade de imprensa, opinião pública, liberdade de pensamento, espírito público, patriotismo nacional.	Reformas, república, constituição, revoluções, máquina política.	Instrução, amor da pátria, luzes, trevas da ignorância.	As ciências, razão, natureza.

²⁶ O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 38, p. 829.

²⁷ O Portuguez, 1818, vol. 8, nº 48, p. 501.

²⁸ Desenvolvemos esse quadro a partir de outro levantamento realizado por Santos (1983), porém, o resultado que obtivemos é bastante diverso daquela autora.

Os conceitos de maior incidência no *programa* são espírito público, liberdade de imprensa e constituição com oito citações cada. Na sequência, ciências (sete); liberdade (seis); natureza (cinco); revoluções, opinião pública, imprensa, despotismo, abusos, tirania e luzes (quatro).²⁹ Essa recorrência temática expressa a linha editorial sobre a política interna lusitana, cujas pautas foram circunstanciadas pelas ações do tempo como a estadia da Família Real no Brasil e as consequências daí decorrentes. Os fatos ou situações, quer nacionais ou internacionais que se insurgiam, eram invariavelmente analisados sob estes prismas ou remetidos a estas conjunturas político-ideológicas.

A liberdade reivindicada era no seu sentido amplo, numa junção de fatores como liberdade civil, mecanismos que promovessem a garantia individual e a felicidade dos cidadãos, fim do tráfico de escravos, liberdade de culto religioso, entre outros. Já na primeira edição, reivindica a substituição do uso do termo *vassalo* pelo de *cidadão*, pois *vassalo* remetia à ideia de escravo e *cidadão* de homem livre e ciente de seus direitos e deveres. A essas liberdades acrescenta-se a prática do livre comércio tão ferrenhamente defendida pelo jornalista em consonância com o ideário do grupo que lhe apoiava e do liberalismo.

As reformas exigiam, acima de tudo, o fim da monarquia absolutista e a instauração da monarquia constitucional com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário atuando de forma independente. Reivindicava a constituição, a moralização da administração pública e o fim da corrupção e dos governos despóticos de Lisboa e do Rio de Janeiro.

O Tribunal da Inquisição só foi extinto pela Revolução do Porto de 1820 e a censura à imprensa no ano seguinte, dois grilhões que tolhiam a liberdade de pensamento manifestada de forma mais ampla por meio da imprensa. Para Rocha Loureiro, liberdade de pensamento e de imprensa eram indissociáveis, pois a imprensa livre seria a grande ferramenta a disseminar as luzes da instrução e da ciência que libertariam os povos da ignorância e das tiranias.

Consciente das transformações em curso, antecipa que aquela seria uma época, “mais que todas, sempre famosa na história pelos acontecimentos extraordinários e revoluções do tempo” e que estava a nascer ali o “espírito público, árbitro supremo da moral dos povos e

²⁹ Outros conceitos constantes no artigo *Introdução* e sistematicamente defendidos pelo jornal; repetidos **três vezes**: república, razão, reformas; **duas vezes**: espírito de religião, escravos, povo livre; **uma vez**: direito dos homens, liberdade dos povos, opiniões religiosas, ignorância dos povos, liberdade de pensamento, poder temporal e espiritual, povos escravos, Somos livres!, ser livre, amor da liberdade, liberdade das nações, intolerância das religiões, absoluta ignorância, instrução, trevas da ignorância, patriotismo nacional, intolerância, nação livre, máquina política, liberdade civil e amor da pátria.

primeiro móvel das grandes revoluções”. Percebe que as revoluções ocorrem cada vez menos pela força das armas e mais por meio das representações simbólicas. O exemplo dessa mudança foi o império de Napoleão que ruiu por que “se mostrou contrário aos direitos dos homens e à liberdade dos povos que o haviam cimentado” e se revelou o “oposto ao espírito público do nosso século” que é fundamentado nos “direitos da razão e da natureza”.³⁰

Ao analisar as mudanças históricas ao longo dos séculos, ressalta que o *entusiasmo* do espírito público de cavalaria (período feudal) foi sucedido por um “entusiasmo muito mais perigoso, que foi o espírito de religião mal entendida, que despovoou a metade da Europa em guerras civis por causa do dogma [...]”. Esse *espírito de religião* – na verdade fanatismo ou superstição – ensinava que não havia *virtude* sem obediência ao Papa, nem valor senão na guerra contra os infiéis. Em razão da ignorância dos povos, prevaleciam as opiniões “absurdas” de que “Deus necessitava dos braços dos cristãos para castigar” estes infiéis.³¹

Esse período de “trevas” foi dissipado gradualmente “ao romper a aurora das ciências, propagadas pela arte divina da imprensa”. Assim, na avaliação de Rocha Loureiro, as ciências, fundamentadas na razão e na natureza, libertaram os povos escravos da tirania teocrática e da tirania dos governos e fizeram nascer o “espírito público de amor da liberdade”. Mas para que a imprensa possa cumprir seu papel de informar e instruir é preciso acabar com a censura, mesmo que isso signifique a impressão de livros que podem “por abuso causar alguns males; mas estes só podem se corrigir-se pelo proveito de bons livros”. Por isso, “[...] não há outro meio que escolher, senão o de permitir todos os livros [...]”.³²

Para o povo saber distinguir entre bons e maus ensinamentos é preciso instruí-lo e “infeliz” o governo que se opõe a satisfazer o que “exige a natureza humana” e que lança “ferros ao pensamento, à língua e à escritura, que são tão livres como o ar que respiramos”. Tal governo procura as “trevas da ignorância” e não quer “cidadãos leais e sinceros; quer só escravos silenciosos e vilmente submissos”. Apesar do aparente controle que esse sistema possa representar, é preciso ter cuidado, pois esses escravos, “encobrando seus pensamentos com o disfarce e dissimulação, lá vem tempo que derrubam o seu tirano [...]”.³³ Para o jornalista, os bons escritos despertam ainda o patriotismo, o entusiasmo pelas obras primas nacionais, o amor pelas instituições, religião e glória do país.

³⁰ O Portuguez, 1814, vol. 1, p. 7.

³¹ O Portuguez, 1814, vol. 1, pp. 7-8.

³² O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 1, pp. 9-10.

³³ O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 1, p. 11.

Nesse contexto, *O Portuguez* se propõe a dar “o remédio aos males da pátria [...]” e não receia ser perseguido, mas se o for “neste asilo de liberdade [Londres]”, buscará novo refúgio. “Temos amor ao nosso Príncipe e lealdade à casa reinante; se inculcamos algumas ideias de reforma, é para a vermos assentar-se mais firme sobre o trono.”³⁴ E foram pelas reformas que Rocha Loureiro fez correr a sua corajosa pena. Suas palavras de ordem com as quais encerra a apresentação são *Pátria e Verdade*.

Anterior à primeira edição, um folheto com quatro páginas divulga o lançamento do jornal e apresenta suas características. O periódico fora criado a partir da experiência do jornalista em o *Espelho*, além da necessidade de tratar com maior proveito questões relativas à política, ao comércio e à literatura, para que trouxessem algum bem ao Estado e à nação.

Informa que o conteúdo editorial está dividido em partes/ramos (editorias) que lhe servem de insígnia: política, comércio e literatura. A política tem foco nos acontecimentos militares do mês, extraídos e verificados pelos ofícios e notícias certas; não serão publicados boatos ou conjecturas cuja maior parte é proveniente de fonte incerta e corrupta; serão noticiados principalmente negociações, ajustes, tratados de paz e de comércio celebrados entre as várias potências, e examinados segundo o direito federativo ou comercial.

Para além dos acontecimentos no mapa político europeu, a ênfase será a nação portuguesa notadamente às “suas forças e recursos naturais, posição, local, necessidades, circunstâncias, para compará-los depois com o abatimento a que a vemos reduzida.”³⁵ Em tom de advertência, sentencia que isso significa que

[...] nos veremos obrigados a remexer e combinar todas as partes da economia política e governo de Portugal; condenar os abusos e apontar os remédios aos males que nos têm levado à perdição; tarefa por certo bem difícil e perigosa! Porém, meteremos ombros à nossa empresa sem temor dos trabalhos e perseguições que nos possam sobrevir, sem curarmos de outros respeitos e contemplações que não sejam as da verdade. (*O Portuguez*, 1814. vol. 1, p. 2).

A seção comercial visa à agricultura, artes, ciências, jurisprudência, finanças e outras da administração pública em Portugal. A parte literária promete extratos ou críticas de obras, principalmente as portuguesas, no entanto, foi pouco explorada.³⁶ Ao final, o folheto

³⁴ *O Portuguez*, 1814, vol. 1, nº 1, p. 14.

³⁵ *O Portuguez*, 1814, vol. 1, p. 2

³⁶ Somente em junho de 1815, reconhecendo essa deficiência, Rocha Loureiro publica o primeiro “artigo sobre as boas letras”. Trata-se da carta (memórias) de 28 páginas escrita em julho de 1814 pelo tenente-general Carnot, conselheiro do rei Luiz XVIII, da França, e publicada naquele país. Carnot atuou na Revolução de 1789 e seu

conclama “todos os homens de letras e amigos da humanidade” a contribuírem com suas “luzes, avisos e conselhos”³⁷ para serem publicados no periódico. A segunda edição, conforme o anunciado, saiu em 10 de junho.

O Portuguez tinha o formato de livro (21 por 13 centímetros) com composição em uma coluna. Abaixo do nome, um recurso bastante usado pela imprensa da época, um verso de Camões em epígrafe. Em *O Portuguez*, o escolhido foi: *Vereis amor da pátria, não movido/ De prêmio vil; mas alto, e quase eterno*. Assim como os demais, não deixou de publicar inúmeros editais, proclamações, editais, além de muitas correspondências oficiais e de particulares, e artigos. Porém, quase sempre seguidos de longas análises e interpretações feitas pelo jornalista muitas vezes discordando do conteúdo ali exposto. Não possui anúncios (avisos). As páginas são numeradas em sequência de uma edição para outra e cada seis números formam um volume.

As edições variam de 60 a 140 páginas, mas a maioria tem entre 80 e 90 páginas. Entre abril de 1814 e janeiro de 1816 foi impresso por W. Lewis, o mesmo impressor do *Correio Braziliense*. De fevereiro de 1816 a novembro de 1818 por T.C. Hansard e de dezembro de 1818 a outubro de 1826 por L. Thompson. Até junho de 1816, as edições eram datadas com o dia 10 de cada mês. Porém, devido aos constantes atrasos, de julho de 1816 a dezembro de 1817 trazia na capa apenas o mês da publicação e a partir de janeiro seguinte apenas o número da edição.

Ao longo de sua trajetória foram impressas 8.148 páginas em 89 edições que formam 15 volumes. A primeira fase (abril de 1814 a janeiro de 1822) vai do número 1 ao 71, e a segunda (setembro de 1823 a outubro de 1826) do 72 ao 89. Por medida de economia, as edições 80-81 e 82-83 (1825) e 88-89 (1826) foram publicadas em conjunto, respectivamente.

Em maio de 1816, respondendo a reclamações de assinantes sobre os frequentes atrasos, aponta mais algumas características de seu jornal e relata como o seu delicado estado de saúde comprometia a já difícil tarefa que era fazer jornalismo no início do século XIX.

escrito dirigido ao rei faz uma análise daquele período e sobre “os princípios dos governos”. Acusa que foi Luiz XVIII quem matou o próprio pai, Luiz XVI, e não os revoltosos, pois não soube exercer sua autoridade, fugiu, se acovardou quando deveria defender o pai com a espada e até sua última gota de sangue. Em razão do forte teor, o editor que publicou o texto na França temia pela própria vida, mas o considerou ao equivalente a um “apêndice do Contrato Social fundado na Carta Constitucional” (*O Portuguez*, 1815, vol. 3, nº 14, pp. 120-124).

³⁷ *O Portuguez*, 1814, vol. 1, p. 4.

Somos uma só pena a escrever; temos um livro para fazer todos os meses (apage!) somos doentes e de um temperamento consumido; é-nos impossível o cumprir. O nosso Jornal é calculado menos para dar notícia, do que para a crítica, portanto fiquem entendendo os Senhores Assinantes, na entrada deste novo ano, que o nosso Jornal continuará a ter a data do dia 10 do mês (e faremos todos os esforços por nos pormos ao par, em sua publicação), mas de hoje em diante não contem com o Jornal para esse dia certo; basta que tenham por certo e seguro que há de sair um Jornal todos os meses; o dia fica incerto. (O Portuguez, 1816, vol. 5, nº 25, pp. 108-109).

Para agilizar o processo de composição e impressão, a partir de outubro inverteu a sequência das matérias. Cartas e artigos de terceiros passaram a ocupar as primeiras páginas enquanto os textos do jornalista passaram às últimas. Ainda assim os atrasos persistiram.

Em 1919, volta a queixar-se do seu cotidiano e que seus escritos têm gerado “mais do que dinheiro, perseguições, intrigas e ódios de Mandões, sem fazer conto com invejas mal merecidas e emulações, friezas de egoístas, esquivanças de áulicos pretendentes [...]”, mas também faz menção a “alguns poucos espíritos generosos” que o auxiliam na empreitada. Reconhece que era previsível a avalanche de oposições e, apesar dos contratemplos, não veria o “rosto da miséria” enquanto os amigos portugueses não o desamparasse. Quanto mais agudas são suas críticas e denúncias, mais recebe apoio de pessoas que antes não sabia nem o nome, mas que passaram a lhe socorrer declarando-se “protetores e bons soldados com praça assente na causa comum da liberdade.”³⁸

Entre os benfeitores há também os oportunistas, como o português de generosidade “indigna e mesquinha tacanhez” que ofereceu uma “letra aberta” ao jornal, mas que não foi utilizada.³⁹ Mais tarde, o benfeitor suspendeu a oferta sem que houvesse quaisquer rugas ou ofensas por parte do jornal. Segundo Rocha Loureiro, em parte por que o doador alcançou seus fins de ambição e em parte porque receava que o dinheiro fosse realmente utilizado.

Em 1821, assume um cargo na administração do governo liberal e encerra as atividades de seu jornal. Porém, anuncia que a última edição seria como a primeira: lavada a “cortar abusos, crimes, vícios e maldades” e que as regras do ofício não seriam esquecidas “se ocasião se nos oferecer a tornar a ele”,⁴⁰ o que aconteceria em 1823. A despedida tem um tom de lamento, mas também deixa um alerta quanto ao seu olhar aguçado em relação ao novo governo do qual faria parte.

³⁸ O Portuguez, 1819, vol. 10, nº 55, pp. 15-17.

³⁹ O Portuguez, 1819, vol. 10, nº 55, p. 17.

⁴⁰ O Portuguez, 1822, vol. 12, nº 71, p. 367.

Em verdade, oferece espinhos o redigir o último número de um jornal independente, que nunca meteu no escuro os erros, defeitos e outras ruindades da administração, agora que o redator entrou para ela; pois ainda que o passado governo fosse entre nós o pior que o da Turquia, e o de hoje seja o contrário disso, todavia, governo liberal sempre terá falhas e defeitos, e os ministros dele nunca poderão levar a bem (que são homens) o serem notados por criaturas suas. Eis aqui os espinhos desta nossa última composição. Embora havemos sustentar o antigo caráter de jornalista, sem tropeçar mal airoso ao cabo de nossa carreira e, suceda o que suceder, não se nos dará que nos julguem por esta nossa derradeira composição. (*O Portuguez*, 1822, vol. 12, nº 71, p. 367).

Nas últimas páginas, enfatiza que o trabalho foi longo e cansativo, mas que valeria gastar a vida ainda que só coubesse às futuras gerações “colher os frutos, caso seja que não tenhamos ocupado nosso tempo na cultura de árvores estéreis”.⁴¹ Ao texto, intercala versos de Camões que sintetizam a sensação de missão cumprida e os novos ares para Portugal:

*Podeis-vos embarcar, que tendes vento
E mar tranquilo para a pátria amada.
E a sua pátria e Rei temido e amado
O prêmio e glória dão, porque mandou,
E com títulos novos se ilustrou.*

Deixa explicitado o apoio financeiro que recebeu dos comerciantes portugueses em Londres e “dois ou três no Brasil”, que “até com dispêndio de sua fazenda estenderam a circulação de *O Portuguez*”. Não fosse este auxílio, “já há quatro anos este nosso jornal não existira; pois havendo sido por mar e terra bloqueado dos Mandões, de necessidade havia a praça capitular (que nunca faríamos) ou o sitiado perecer de fome e de miséria.”⁴²

4.1 Segunda fase: ressurreição e morte

Os problemas da primeira fase se intensificam na segunda, iniciada em setembro de 1823, e parecem esgotar as forças de Rocha Loureiro e de seu jornal. A periodicidade ainda mais irregular é um dos sintomas. Em três anos foram apenas 18 números (72 a 89): 1823 (setembro, outubro, novembro, dezembro); 1824 (março, maio, agosto e novembro); 1825 (janeiro: duas edições em uma, maio: duas em uma, agosto e outubro); 1826 (janeiro, julho, outubro: duas em uma).

Boisvert (1973) divide a trajetória de *O Portuguez* em quatro fases. A primeira (abril de 1814 a junho de 1817), denominada de “desenvolvimento”, é marcada pela expansão do

⁴¹ *O Portuguez*, 1822, vol. 12, nº 71, p. 443.

⁴² *O Portuguez*, 1822, vol. 12, nº 71, p. 444.

jornal por dois fatores: colocar-se como porta-voz da opinião pública que até então não tinha como se expressar e por que seus severos diagnósticos sobre a crise portuguesa e suas sugestões de matiz liberal encontram eco nas aspirações populares; havia a esperança de o governo promover as reformas necessárias e a perseguição aos jornais portugueses em Londres não era tão acentuada.

O segundo período, o da “resistência” (julho de 1817 a setembro de 1820), é o que exige mais tenacidade do jornalista em razão da perseguição contumaz. Em janeiro de 1817, a Espanha reage agressivamente, com apoio internacional, à ocupação de Montevideo; em março ocorre a Revolução Pernambucana; em maio é descoberto em Lisboa o complô de Gomes Freire. O conde de Palmela, embaixador de Portugal em Londres, responsabiliza o *Correio Braziliense* e *O Portuguez* pelas duas insurreições. Ambos são proibidos de circular em Portugal e meses depois, em dezembro, *O Portuguez* também é proibido de circular no Brasil. Rocha Loureiro vê-se privado de boa parte de seus rendimentos e reduzido à pobreza extrema. Esta é a fase em que o auxílio dos comerciantes torna-se imprescindível evitando o fechamento do jornal.

A perseguição e a censura só fazem aumentar a fúria de Rocha Loureiro. É desta fase um de seus *memoriais* mais contundentes contra D. João VI. Acusa-o de submisso às potências estrangeiras que lhe impõem até mesmo os ministros que devem ou não fazer parte do seu governo.

V.M. em todos seus tratos e negócios públicos, que só por suas mãos hão corrido (mais a solta e sem freio do que se V. M. fosse Grão Turco; pois este, sequer, nada pode determinar sem conselho do seu Divan) tem sempre, por fatal desacerto, sacrificado a honra e dignidade de sua Coroa, a independência nacional e a fazenda, vidas e direitos de seu Povo. Como então ousará V. M. intitular-se Príncipe Soberano e independente? Porventura tem o Rei de Portugal, em tratos públicos com outros Governos, alguns mais amplos direitos que não possuam os Despotas da Sérvia, Valachia, Moldavia ou Bósnia? A comparação é toda em grande descrédito e desvantagem de V. M., pois esses Despotas, ou pequenos Régulos, apenas são dependentes da autoridade da Porta, Rússia ou Áustria, e V. M. o é de todos os Governos do mundo, que lhe queiram despachar ordens e fazer-lhe insultos. Sempre eu cuidei que a Independência dos Soberanos era a igualdade da natureza, que só de Deus recebia leis; mas enganei-me com V. M.; e quando vejo que a França ou Inglaterra podem ordenar-lhe que Ministros deva ter e que direitos cobrar por as mercadorias estrangeiras, bem claro se amostra a meu rude juízo que V. M. só se julga Soberano independente porque o é despótico de seus Vassallos. Porém, mal fundamento por certo é esse e errado vai o juízo do que assim discorrer [...]. Veja aí, Senhor, como V. M., ainda que seja Pastor dos Portugueses (que bem gado são) não passa de ser um Pegureiro ou Zagal como alugado, que recebe ordens de seus Maaiores e pode, ao ajustar das contas, ser por esses Amos lançado do serviço (O Portuguez, 1819, vol. 9, nº 53, pp. 386-387).

O terceiro período (outubro de 1820 a janeiro de 1822), já sob o triunfo da Revolução Liberal, *O Portuguez* circula livremente e Rocha Loureiro se posiciona, em Londres, sobre os debates a cerca do novo governo, até assumir o cargo de adido na embaixada em Madri.

A quarta fase (setembro de 1823 a outubro de 1826) é a da “ressureição”, mas também a da morte do jornal. *O Portuguez* retorna, mas os liberais estão desiludidos em razão da dura repressão imposta pelos revolucionários a seus opositores. Rocha Loureiro critica o novo governo e revela certo desânimo por não conseguir o apoio esperado. “Enfurece-se imprudentemente” e é processado por Palmela, sendo condenado por difamação. Do Brasil, Dom Pedro outorga a constituição aos portugueses, o que desarticula os liberais e corrobora para o fechamento definitivo do jornal.

O longo intervalo de sete meses entre a primeira e a segunda edição de 1826 era explicada de diferentes formas pelos leitores, conforme o próprio Rocha Loureiro: repouso necessário para o jornal continuar sua luta; preguiça do redator; diminuição do fervor na causa da liberdade; o jornalista tem dinheiro para gastar e por isso não tem necessidade de escrever. Porém, a versão que mais lhe incomodou foi a de que estivesse com medo da ação criminal movida pelo conde de Palmela. O imbróglgio jurídico exigiu-lhe tempo, mas seus problemas tinham outros agravantes.

A verdade é que esse pobre fidalgo nos tem tomado algum tempo, e muito mais havemos gastado com outras obras em serviço da liberdade, que a seu tempo aparecerão; e também não podemos negar que os desgostos da nossa vida particular, a ansiedade do futuro, o desvio ou traição de alguns, e a apatia de outros no serviço da coisa pública, tudo isso há sido parte para havermos caído na modorra da indignada desesperação. (*O Portuguez*, 1826, vol. 15, nº 87, p. 212).

Ainda que considerando suas limitações, Rocha Loureiro estende suas críticas a apatia dos cidadãos que não reagem à delicada situação em que se encontram.

Quando vemos os Povos de Portugal e Espanha, com as mãos atadas a um vil receio, sofrer brutalmente o jugo de seus bestiais governos, sem se valerem das boas ocasiões que hão tido para o espedaçar, como se podem esperar de nossa parte forças inteiras para exortar os covardes a se livrar da tirania? (*O Portuguez*, 1826, vol. 15, nº 87, p. 212)

Ao admitir cansaço e transpor parte da responsabilidade a terceiros, Rocha Loureiro parece demonstrar que o jornal está próximo do fim. Como último fôlego, diz que não se dá

por vencido e promete continuar apesar das dificuldades, mas retumba que “a apatia política do Povo é contágio até para os mais puros Patriotas”.⁴³

Rocha Loureiro foi colocado no banco dos réus da justiça inglesa por que em novembro de 1824 acusou Palmela e os ministros portugueses da Guerra e da Marinha, e da Fazenda de “fralde” e “peculato” ao terem roubado e distribuído entre si o empréstimo de 85 mil libras esterlinas feito pelo governo de Portugal à Inglaterra para saldar dívidas com o Exército. O dinheiro, que não chegou aos militares, foi aplicado na compra de letras do tesouro inglês. Só após a denúncia feita por *O Portuguez* é que o dinheiro chegou a Portugal e Rocha Loureiro faz nova acusação de que só uma pequena parcela chegaria aos militares.

O julgamento ocorrido em 7 de julho de 1826 repercutiu nas gazetas londrinas *Times* e *Morning Chronicle* do dia seguinte e seus relatos foram traduzidos em *O Portuguez* em outubro, seguidos da extensa análise de Rocha Loureiro. Em 26 páginas, narra o julgamento ocorrido no Tribunal do King’s Bench. Compara o processo movido por Palmela ao atentado que sofrera em Madri quatro anos antes, do qual saiu ileso dos disparos de espingardas efetuados por militares. Ambos tinham em comum “[...] nos quebrar a altivez da liberdade, secar-nos a tinta da pena, e fazer-nos pedir misericórdia.”⁴⁴

O tribunal acusou o impressor do jornal, mas Rocha Loureiro assumiu total responsabilidade pela publicação. Inflexível, adverte: “[...] tivemos sentença contra nós; mas não fará isso que mudem nossas opiniões, nem que abatam nossos escritos na força e sabor da liberdade, antes faremos que S. Ex^a. lamente [...]”⁴⁵ O texto não faz menção à sentença imputada, mas a justiça e liberdade inglesas as quais usou como escudo para o correr livre de sua pena, lhe impuserem seu fim. Ao contrário quando do encerramento da primeira fase, a última edição de 1826 não faz qualquer menção sobre o fechamento do jornal. Como era usual, alguns artigos assinalam que teriam continuidade na edição seguinte.

4.2 Censura e liberdade de imprensa

A liberdade de pensamento e de imprensa, duas das premissas das liberdades civis que fundamentam o liberalismo, foi um tema caro para Rocha Loureiro. Como jornalista, lutou para que Portugal fosse libertado dos grilhões do Tribunal da Inquisição e da censura de

⁴³ *O Portuguez*, 1826, vol. 15, n° 87, p. 212.

⁴⁴ *O Portuguez*, 1826, vol. 15, n° 88-89, p. 468.

⁴⁵ *O Portuguez*, 1826, vol. 15, n° 88-89, p. 469.

imprensa. O peso de suas palavras em defesa da causa lhe custou perseguições, processos judiciais, tentativas de suborno e de assassinato; foi o preço a pagar. O processo movido por Palmela e que contribuiu para o fechamento do jornal, foi apenas um entre tantos. Apesar dos impropérios, resistiu o quanto pode.

Suas ideias inquietaram o governo quando ainda atuava no *Correio da Península* em Lisboa, mas foi em *O Portuguez* que a censura se fez sentir mais intensa. Já em maio de 1816, noticia a proposição do ministro Castlereagh, a ser transformada em lei pela Câmara dos Comuns, que poderia expulsar estrangeiros da Inglaterra, sem direito à apelação, em caso de atos contrários à política inglesa. Para Rocha Loureiro, a “impolítica e bárbara” iniciativa, só aceitável em tempos de guerra, feria a constituição inglesa e os tratados firmados entre Portugal e Inglaterra em 1642 e 1810. O jornalista considerou vaga a justificativa do ministro e temia que a lei encobrisse alguns abusos. Ele se vê como um dos primeiros ameaçados de expulsão, mas adverte que continuará a escrever “[...] ainda que não seja de acordo com a política inglesa [...]”⁴⁶ e que poderá fazê-lo na Bélgica ou nos Estados Unidos.

No mês seguinte, um alento. A Biblioteca Real do Rio de Janeiro solicita o envio da coleção completa de *O Portuguez*, *o Espelho* e outros jornais de sua autoria, para compor seu acervo. O pedido que definiu como “sentimentos liberais” e que “inundou de júbilo” seu coração, fê-lo tecer elogios a D. João que assim concedia proteção à liberdade de circulação. Sabia que o príncipe lia todos os jornais portugueses impressos em Londres e que ele (o príncipe) estava persuadido que estes jornais “escrevem verdades nuas e desagradáveis”, mas eram para “desafazer a névoa que rodeia o trono” e que os redatores “nunca lhe faltando ao amor, respeito e obediência, são os seus melhores amigos [...] e os seus mais fiéis conselheiros”. Reconhece que os jornalistas podem errar, deliberadamente ou não, mas adverte que “a proibição e perseguição do Jornal e Jornalista seria cem vezes mais perigosa que a indiferença [...]” e as divergências entre os jornalistas “apuraria a verdade, sem haver mister a bárbara tirania da Inquisição.”⁴⁷

Ao contrário dos ares liberais que sinalizava o governo do Brasil naquele momento, o de Lisboa insistia em censurar. No mesmo artigo, denuncia o chanceler de Lisboa no Maranhão, que determinou ao capitão do navio Marianne, destruir os folhetos de *O Portuguez* chegados de Liverpool àquela província, o que foi recusado. O chanceler solicitou então que

⁴⁶ *O Portuguez*, 1816, vol. 5, nº 25, p. 63.

⁴⁷ *O Portuguez*, 1816, vol. 5, nº 26, p. 198.

os folhetos fossem deixados no correio e que o general os queimasse. Houve nova recusa e o material foi entregue aos assinantes.

O governo em Lisboa também não dava trégua ao jornalista. Dom Miguel Pereira Forjaz, indignado com as críticas que recebia dos periódicos portugueses em Londres, solicitou às autoridades inglesas que fechassem *O Portuguez*, o que não foi atendido. Em resposta, em dezembro de 1816, Rocha Loureiro lança sua “maldição” a Forjaz:

Pobre Senhor! Ele, que pensa coisa possível em Inglaterra o fazer-se calar um Jornalista [...], está muito enganado; não pode mandar aqui um seu Aviso ao nosso Impressor Mr. Hansard, como o mandou à Junta da Impressão Régia, para que não nos deixasse imprimir o Jornal que então escrevíamos. Essa recomendação ao nosso ministro é vã, porque ele, que é dotado de discricção, fará [...] caso dela; mas ainda que o nosso Ministro em Londres quisesse fazer algum caso desse papelucho, que poderia ele fazer? Olhe, Sr. Forjaz, nem mesmo o Príncipe Regente pode fazer calar um Jornalista, nem proibir seu Jornal. Ainda que nós saíssemos de Inglaterra, havíamos escrever aqui, mandando da Holanda ou Brabante os nossos escritos, para se aqui imprimirem. [...] Esteja certo, Sr. Pereira Forjaz, que eterna maldição virá por nosso punho fulminada a todo o Mandão que ousar, como V. Ex^a, enfrentar a briosa e patriótica liberdade dos pensamentos que mandamos à escritura. (*O Portuguez*, 1816, vol. 6, nº 32, pp. 190-191).

Apesar de se sentir protegido pelas leis e autoridades inglesas, em 1817 sofreu um duro golpe que abalou a situação financeira do jornal e do jornalista. Em maio, a “conspiração diplomática” arquitetada pelo conde de Funchal conseguiu com que o governo inglês proibisse o envio de *O Portuguez* por meio dos paquetes e, em Portugal, que o agente local de paquetes não o distribuísse aos assinantes. Foi “insinuado” ainda que o agente entregasse a lista de assinantes ao governo português e enviasse todos os exemplares ao correio; estas últimas solicitações não foram atendidas.

O Portuguez não tinha distribuidor em Portugal em razão das perseguições e por isso a maioria das edições era remetida via paquetes ingleses que tinham livre trânsito. Os leitores assim preferiam, ainda que o custo das assinaturas aumentasse em duas libras. A proibição teve efeito contrário, pois “ampliou a circulação” e deu “honra, nome e fama”⁴⁸ aos escritores. Só mais tarde reconheceu as dificuldades geradas por estas proibições. Porém, temia outras coações do conde de Funchal ou de seu sobrinho, o conde de Palmela.

Na edição seguinte, mais um revide à outra ação governamental: proibir os portugueses de lerem o *Correio Braziliense* e *O Portuguez*. Rocha Loureiro disserta sobre a natureza e os efeitos políticos da “despótica e injusta” e da “inutilidade política e loucura dos Mandões”. Somente o *Investigador Portuguez* ficou imune da proibição. Para o jornalista,

⁴⁸ *O Portuguez*, 1817, vol. 7, nº 37, pp. 777-778.

penalizar os leitores é punir os pensamentos. O mais grave é que castigavam os que liam e “não os seus próprios pensamentos, mas o exame e análise que os leitores fazem dos pensamentos dos outros que escrevem”. O ato da leitura, para ele, não significa que os leitores concordem com os jornalistas e que “nunca o povo recebe a opinião de um escritor que seja contra o sentimento público.”⁴⁹

Coloca as insatisfações do povo e não a atuação dos jornais como a verdadeira causa das inquietações em Portugal, e questiona: “[...] que valerá pregar revoluções quando o povo está contente e satisfeito com o seu governo?” E acrescenta: “[...] não está nos escritos o fermento das revoluções; está no coração do povo; e a causa é sempre o mau governo que não rege como devia.”⁵⁰

Para Rocha Loureiro, as verdadeiras razões que levaram à proibição foram duas: a) seus conselhos ao rei para acabar com os governadores de Portugal, com o sistema de governo despótico e adotar o sistema de governo constitucional; desmascarar os governadores; denunciar os crimes contra o povo; anunciar verdades úteis e propor novas medidas justas e saudáveis; b) os governadores estavam reduzidos à insignificância e começavam a ser odiados e desprezados pelo povo.⁵¹

Os documentos que determinam as proibições são publicados em *O Portuguez* de setembro: a Portaria dos Governadores de Portugal de 17 de setembro de 1817 e o Edital do Desembargo do Paço de 25 de junho de 1817. A primeira determina que seja observada a Ordem Real de 17 de setembro de 1811 que proibia a entrada e publicação do *Correio Braziliense* e de todos os escritos de seu “furioso e malvado autor” e de *O Portuguez* que ainda “são mais sediciosas e incendiárias, se é possível, as terríveis máximas”. O documento justifica que o periódico objetiva, entre outros, destruir o trono e o altar.

[...] concitar tumultos e revoluções nos povos, para perturbar a harmonia estabelecida em todas as ordens do Estado e introduzir a anarquia, fazendo odiosos os dois supremos poderes que Deus ordenou para governar os homens, com o evidente objeto de destruir os altares e os tronos (*O Portuguez*, 1817, vol. 7. n° 37, p. 850).

⁴⁹ *O Portuguez*, 1817, vol. 7. n° 37, p. 793.

⁵⁰ *O Portuguez*, 1817, vol. 7. n° 37, p. 798.

⁵¹ *O Portuguez*, 1817, vol. 7. n° 37, p. 800.

O edital do Paço reproduz praticamente o mesmo texto, porém, acrescenta as punições já previstas no Alvará de 30 de julho de 1795: seis meses de prisão, perda de todos os exemplares e o pagamento do dobro do seu valor, para quem infringir a determinação pela primeira vez; para os reincidentes, além da prisão, a multa é triplicada (metade do valor fica com a Secretaria da Guerra e metade com o denunciante); quem for denunciado pela terceira vez, além da pena pecuniária, será degradado por dez anos para Angola.

Rocha Loureiro também via a imprensa como um importante instrumento para vigiar e punir os erros da justiça. Neste sentido, sugeriu a criação de um periódico com o título de *Jornal de Jurisprudência* que tivesse como objetivo propor e examinar as medidas e atos legislativos quanto ao sistema judicial, bem como censurar todos os despachos e sentenças dos ministros, nos quais houvesse injustiças. Seria uma forma de reparar os erros cometidos pelos “mandões” expondo tais infrações à opinião pública. “Dois ou três letrados de pura consciência e bom saber” era o perfil proposto àqueles que assumissem a empreitada. Reconhecidamente, um sonho impossível em um país sem liberdade de imprensa.

Ainda no final de 1817, o conde de Palmela, requereu, junto ao governo inglês, a proibição do envio de *O Portuguez* também para o Brasil e outros domínios portugueses. Esse golpe abalou a já difícil situação financeira do jornalista. Sua reação foi veemente.

Não importa. Façam os Ministros o que bem quiserem. Recorram ao inferno, mal podendo mover o céu contra nós; apurem todos os seus arbítrios tenebrosos em nosso dano; nunca farão, por mais que trabalhem, que não saiam nossos escritos publicados nas impressas inglesas. Saibam eles [...] que menos poderosa será a força do seu despotismo que a da nossa liberdade. Aceitamos para nós a palma, não a do martírio (que por martírio não tomamos nós as perseguições ministeriais), mas o símbolo de um espírito elástico e infatigável que nem se abate, nem se cansa com o peso que lhe impõem para o curvar. (*O Portuguez*, 1818, vol. 7, nº 42, p. 1220).

No início de 1821, mais uma denúncia de ameaça de morte. Rocha Loureiro recebeu do secretário da embaixada de Portugal em Paris, senhor Gameiro, duas cartas em envelopes com bordas pretas (17/12/1820 e 8/01/1821) solicitando correções das acusações feitas contra ele na edição anterior. O secretário ameaça que se não fosse atendido, faria com as “próprias mãos [...] a reparação do ultraje [...]” *O Portuguez*, entre outros pejorativos, acusava o reclamante de “aventureiro sem princípios, um ignorante e um travesso intrigante.”⁵² Irônico em sua réplica, Rocha Loureiro pede desculpas ao leitor e afirma que Gameiro era tudo isso e muito mais.

⁵² *O Portuguez*, 1821, vol. 11, nº 66, p. 512.

Após a instalação do governo liberal e das Cortes, finalmente nasce a tão sonhada Lei de Liberdade de Imprensa, promulgada em 4 de julho de 1821. Sua íntegra contendo 63 artigos foi publicada nas 14 primeiras páginas da edição de setembro. Aquela seria a penúltima edição do periódico. Os dois primeiros artigos asseguravam o direito de publicação de quaisquer impressos por quaisquer cidadãos, sem autorização prévia; e os direitos autorais e de propriedade vitalícia de seus autores. A elaboração da lei foi determinada pelos artigos oitavo, nono e décimo das Bases da Constituição juradas por D. João VI.

Rocha Loureiro, em outras 21 páginas, analisou vários artigos do documento, fez críticas, propôs alterações, concordou com muitas questões. No seu entender, uma boa lei sobre a liberdade de imprensa exigia mais conhecimentos de Filosofia e de outras ciências das humanidades, que do Direito. Apesar das imperfeições, a lei era “bem vinda”.

Esta nossa lei (não o disfarçaremos) saiu mui imperfeita e mais bem acabada se esperava que saísse da sabedoria do Congresso Nacional, mas não acusamos disso a parte liberal do Congresso, a qual bem trabalhou por a fazer sair depurada assim das fezes dos tribunais, como dos tímidos escrúpulos do confessionário, e por a dar à luz bem como o pediam nossas necessidades e as luzes do século em que vivemos. (O Portuguez, 1821, vol. 12, nº 70, p. 274).

A lei de liberdade imprensa foi um dos grandes avanços promovidos pelo governo liberal e uma grande conquista de Rocha Loureiro. Na sua concepção, a imprensa era a ferramenta indispensável para disseminar a instrução, a ciência e a liberdade de pensamento. A liberdade de expressão deveria ser irrestrita e um eventual desvio que pudesse ocorrer por parte de algum periódico só poderia ser corrigido com outra boa publicação. Era esse embate de ideias que promoveria o crescimento e conscientização da opinião pública. A imprensa era o “procurador do povo” e como tal necessitava de liberdade para atuar.

4.2 Afetos e desafetos

Além da classe política, Rocha Loureiro tinha desafetos entre os jornais de sua época, seja em Londres, Lisboa ou no Rio de Janeiro. Divergências de posicionamento editorial e até erros gramaticais resultavam em fortes e extensas trocas de insultos públicos. Como porta-vozes de diferentes linhas ideológicas e grupos políticos, esses embates eram previsíveis no espírito do jornalismo opinativo de então. Entre seus principais rivais estavam *O Investigador Portuguez em Inglaterra* e a *Gazeta de Lisboa* e, eventualmente, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Com o *Correio Braziliense* e *O Campeão Portuguez* havia certo alinhamento de ideias, mas isso não impediu divergências com ambos.

O lançamento do *Mercúrio Portuguez*, no início de 1815 em Lisboa, sob os auspícios da *Gazeta de Lisboa*, gerou um forte ataque de Rocha Loureiro à *Gazeta* oficial. Eram proibidas novas publicações em Portugal e o jornalista comparou o surgimento do novo jornal à estratégia do marquês de Pombal que “[...] se ajudava da imprensa contra os Jesuítas, e proibia o escreverem-se novidades, e até a mesma gazeta que S. Ex^a. conserva, para nela meter o que lhes fizer conta.”⁵³ Denuncia que o redator do *Mercúrio* foi obrigado a pagar tributos aos oficiais da Secretaria da Guerra para imprimir seu jornal. Revela ainda que a cobrança de tributos se fazia necessária por que

[...] o rendimento da gazeta do governo costuma repartir-se pelos oficiais da Secretaria da Guerra (nenhum dos quais tem ainda sido capaz de redigir aquele papel, miserável como é; mas sempre tem metido obreiro de fora, que por eles trabalha na roça) daqui vem o dizerem-se *proprietários* da gazeta, e até sustentam, que tem por si privilégio exclusivo, para só eles (por seu feitor) e os que tiverem seu beneplácito, poderem escrever novidades. (*O Portuguez*, 1820, vol. 10, nº 59, p. 363).

A denúncia sinaliza, no mínimo, certa promiscuidade administrativa na *Gazeta de Lisboa*, a inoperância dos redatores oficiais e a consequente terceirização dos serviços de redação, além do pagamento de propinas a seus diretores. Crítica ainda mais sarcástica é feita em relação ao conteúdo do jornal:

[...] quem faz cotidiana digestão com a nauseosa gazeta lisbonense dá provas de estômago robusto e consumada paciência: assim não é maravilha que não se tome de enjoio e enfado, quem lê aí o que se aqui imprime, e não se gasta por moda nessa terra (como droga e mercadoria de Inglaterra), mas só por ter alguma cor, tintura e sabor da liberdade deste país. (*O Portuguez*, 1815, vol. 3, nº 14, pp. 109-110).

Apesar dos embates, *O Portuguez* reproduzia artigos da *Gazeta de Lisboa* como o relato sobre a Revolução do Porto de 1820, que foi elogiado por Rocha Loureiro. Neste episódio, a *Gazeta* foi uma de suas principais fontes.

A mesma acidez foi dirigida à *Gazeta do Rio de Janeiro* em razão do relato sobre a cerimônia de coroamento de D. João VI como rei: “O Redator desse papel fedorento (que traz umas armas reais do reino unido a modo e feição de uma rolha de garrafa ou sino-salmão) não se corou de vergonha quando chamou a El Rey de modelo dos Monarcas do Universo”, e o rei

⁵³ *O Portuguez*, 1820, vol. 10, nº 59, p. 362.

“deixou passar essa baforada que embaçou o espelho de sua modéstia.”⁵⁴ Referindo-se aos redatores como “gazeteiros miseráveis” do Rio de Janeiro, acrescenta:

[...] tão largo foi o gazeteiro em dar garbos fumosos ao seu Rei, quão minguado se mostrou em descrever a parte principal dessa augusta cerimônia. Não se nos diz se a ela assistiu, como lhe cabe, o Procurador do Povo, que estivesse presente ao receber o Rei do o juramento, nem a fórmula deste se escreveu. (*O Portuguez*, 1818, vol. 8, nº 44, p. 132).

O maior desafeto de *O Portuguez*, porém, foi *O Investigador Portuguez*, criado em 1811 pelos médicos Bernardo José Abrantes e Castro e Vicente Pedro Nolasco Cunha e com o apoio da Coroa portuguesa, visando combater o *Correio Braziliense* e *O Portuguez*. Para Rocha Loureiro, *O Investigador* era incoerente e contraditório e na seção de política pareciam ser três pessoas distintas e um só redator. A contradição estava em querer professar os princípios liberais, porém dependia dos favores do governo; e ninguém pode servir a dois senhores. “Um governo nunca protege um jornalista para que este lhe fale verdades, mas sim para que as oculte ao povo e para que defenda com a pena os despotismos que o governo comete com a espada.”⁵⁵

As querelas públicas entre os dois periódicos eram frequentes e calorosas. Possivelmente, a mais polêmica ocorreu em 1817 com os periódicos defendendo e atacando os reinados de diferentes dinastias. A polêmica iniciou na edição de abril (publicada em junho) quando *O Portuguez* acusou que a “fraqueza e miséria (toda, toda)” de Portugal era devido à “incapacidade de nossos últimos reis, mormente aos da Augusta Casa de Bragança.”⁵⁶ Na defesa dos Braganças, *O Investigador* dá indicativos de seu perfil editorial e acusa *O Correio* e *O Portuguez* de estimularem os portugueses à agitação.

Aos escritores públicos incumbe inculca-los, adoçar o azedume dos espíritos aflitos e inquietos, e por nenhuma forma azedar mais o fermento da impaciência que os instiga a meditar planos ou estultos, ou destruidores da tranquilidade social. [...] Muito errado nos parece ser o caminho que nesta parte política estão agora seguindo os dois nossos contemporâneos escritores portugueses em Londres que, em vez de aconselharem o povo à paciência e à esperança, antes o estimulam e irritam. (*O Investigador* apud *O Portuguez*, 1817, vol. 7, nº 38, p. 814).

Invocando a pessoa do rei como sagrada, *O Investigador* salienta que a sentença de Rocha Loureiro – *A nossa fraqueza e miséria (toda, toda), devemos nós a incapacidade de nossos últimos reis [...]* – era mais que uma sátira. Qual o indivíduo que aceitaria um conselho

⁵⁴ *O Portuguez*, 1817, vol. 8, nº 44, p. 132.

⁵⁵ *O Portuguez*, 1817, vol. 7, nº 38, p. 822.

⁵⁶ *O Portuguez*, 1817, vol. 6, nº 36, p. 481.

que principia com “amarga descompostura” e que contém “indecência e impolítica?”, questiona o periódico.

Ressalta três épocas de glórias promovidas pela dinastia Bragança: D. João I livrou o país do jugo espanhol e promoveu sua independência; em 1640 a família foi chamada ao trono e conquistou pela segunda vez a independência após 27 anos da monarquia dual; em 1807 a “ousada resolução” de D. João VI de partir para o Brasil consolidou a independência e “deu à monarquia portuguesa uma estabilidade e consideração como ela já não tinha nos tempos modernos”. Para *O Investigador*, reinados infelizes e que deram origem a todo mal foram os de D. João III e de D. Sebastião, este último que “sepultou” em campos de África “toda a grande glória de Portugal”.

O Investigador também criticou o posicionamento do *Correio Braziliense* em relação à Revolução Pernambucana, pois não “tratou bem, como politicamente devia” a questão. Para *O Investigador*, o *Correio* (p. 558) fizera apologia àquela Revolução e às demais que pudessem ocorrer no Brasil. Ao final, indaga: *Agora perguntamos ao leitor cândido, se não é isto causa mais que suficiente para fazer com que todos os habitantes do Brasil (sensatos e espirituosos) aborreçam o governo?*⁵⁷

A reação de *O Investigador* foi incisiva: os brasileiros não tinham motivo algum para aborrecer o governo. Justifica o jornal:

Quem tem ganhado mais do que o Brasil depois que o trono ali se estabeleceu? O Brasil era colônia [...] e hoje é um reino. Os portos do Brasil estavam só abertos para Portugal e agora estão abertos para todo o mundo. Os habitantes do Brasil não tinham artes, ciências nem indústrias; hoje têm escolas de todos os gêneros, têm fábricas e têm manufaturas. O Brasil necessitava até agora de ir a Lisboa para qualquer graça ou privilégio; hoje acha tudo em si mesmo, no Rio de Janeiro! (*O Investigador* Portuguez, 1817, nº 38. pp. 127-133).

Estes motivos, para *O Investigador*, seriam mais que suficientes para o brasileiro “amar o seu governo” e aquele que julga ter o direito de aborrecê-lo é “o maior ingrato do mundo.” Reconhece que o Brasil precisa evoluir no que diz respeito à legislação, mas isso não significa que este processo não tenha iniciado. Conclui que aos brasileiros e portugueses “só compete aconselhar revoluções feitas por El Rey e reprovar todas as que forem feitas pelo povo ou em nome do povo”⁵⁸

⁵⁷ *O Investigador* apud *O Portuguez*, 1817, vol. 7, nº 38, p. 816.

⁵⁸ *O Investigador* apud *O Portuguez*, 1817, vol. 7 nº 38, p. 817.

Em agosto e setembro, Rocha Loureiro utiliza 20 e 26 páginas, respectivamente, em sua réplica e tréplica. Como de hábito, é contundente: “o governo tem feito lá muito mal e nem centésima parte do bem.”⁵⁹ Reconhece o tom enérgico de suas considerações, mas não retrocede nas críticas.

É verdade que a nossa frase é um pouco enérgica e clara, nem conhece os comedimentos da adulação; assim não servíamos nós para ser Confessor de Reis ou Jornalistas alugados do governo. Assim também, no estado em que se vê a nossa pátria, nos guardaríamos de chamar ao Rei – o nosso muito bom e mui adorado Soberano, o melhor de todos os Príncipes, que faz a felicidade dos seus vassallos – e outras expressões sedições que promovem náuseas. (*O Portuguez*, 1817, vol. 7, nº 38, p. 821).

Em sua argumentação, distingue reis constitucionais de reis despóticos – “pois não é justo que se respeitem como sagrados alguns indivíduos que não respeitam os direitos de milhões de pessoas e só os reis constitucionais são dignos de serem sagrados.”⁶⁰

A carta de um leitor assinada com o pseudônimo de Corretor (Louraça da Loirinha), publicada em *O Investigador*, gerou outro embate. A correspondência acusava *O Portuguez* de “contraditório, inconsequente, mentiroso, indecente e até ingramática”. Rocha Loureiro não deixou por menos: “[...] de tantas mil páginas do *Investigador*, uma só não poderá apontar-se aonde não apareça a claro o estropiamento da boa língua portuguesa, a ignorância da lição dos clássicos e ainda erros palmares para os quais não haveria perdões na escola.”⁶¹

O alinhamento de ideias entre Rocha Loureiro e Hipólito da Costa, recorrente desde quando o primeiro redigia o *Correio de Península* (1809-1810) em parceria com Pato Muniz, passam a deteriorar-se próximo à Revolução de 1820. Pelo menos duas questões podem ser destacadas como centrais: a monarquia constitucional e a estadia da Família Real no Brasil.

Ambos defendiam a instauração da monarquia constitucional, mas com pontos de vista diferenciados sobre como promover esta mudança. Rocha Loureiro defende uma linha “revolucionária, a convocação das Cortes, a soberania do povo”, enquanto Hipólito da Costa, “partindo de um tradicionalismo constitucional”, apresenta para o Brasil um modelo de Constituição mais identificado com a americana que com a inglesa (Tengarrinha, 2002, p.

⁵⁹ *O Portuguez*, 1817, vol. 7, nº 38, p. 818.

⁶⁰ *O Portuguez*, 1817, vol. 7, nº 38, p. 821.

⁶¹ *O Portuguez*, 1818, vol. 8, nº 45, p. 180.

252). Em comum, queriam a convocação de Cortes novas, e divergiam com José Liberato que defendia as Cortes velhas.

Hipólito da Costa reivindicava a permanência da Família Real no Brasil, a unidade mais importante do Reino Unido. Por sua vez, apoiado na história secular e no glorioso passado de Portugal, Rocha Loureiro entendia que seu país não poderia ficar subordinado ao Brasil, um reino de “dois dias de idade”. José Liberato, que inicialmente aceitou a permanência da Corte no Brasil, a partir de 1818 passou a defender seu retorno para Lisboa.

Na última edição, mais um embate com Hipólito da Costa. O brasileiro era contra o poder de veto concedido pelas Cortes ao rei e havia considerado que o pequeno número de deputados brasileiros nas Cortes não deveria ser motivo de preocupação para os parlamentares europeus. Rocha Loureiro via em tal atitude uma possível mudança de oposição de Hipólito na defesa da “verdadeira liberdade”, mas considerava que

Ainda que o C.B. se torne Jornal de oposição, assim mesmo pode ser de grande utilidade; porque, sempre alguma vez há de censurar coisa, em que tenha razão, e deva ter emenda. No mais que escrever sem fundamento perderá de si a autoridade e poder de Censor público. (O Portuguez, 1822, vol.12, nº 71, p. 433).

Em tom moderado, o jornalista explica o motivo da sua preocupação em relação à postura do *Correio Braziliense*:

Pode servir de exemplo o seu último Jornal nº 163, que nos parece escrito com algum sabor de oposição; porém, quem deixará de achar razão e utilidade à moderada censura que a pag. 531 fez ao Conselho de Estado? Não são do mesmo calibre suas reflexões, pag. 528, sobre a sanção Real. *Se Elrei* (diz ele) *é obrigado a dar essa sanção é destruído todo o benefício que dela podia resultar*. Ora, não disputamos agora, se o Veto concedido ao Rei por as Cortes foi muito restrito ou foi como devia ser: isso é questão à parte; porém, desejamos saber o como, uma vez que elas não o tinham concedido absoluto, podiam deixar de fazer obrigatória e necessária essa sanção, quando expirasse o prazo do Veto? Que este fosse absoluto, repugnava às Bases, às nossas necessidades e à opinião do século. Nem o Deputado Ribeiro Saraiva se atreveu a propô-lo; por isso nos maravilha que o defenda implicitamente o C.B. – Um lapso de pena achamos nós a pag. 526, que muito nos magoou. (O Portuguez, 1822, vol.12, nº 71, pp. 433-434).

Sobre a forma como Hipólito da Costa minimizou a representação brasileira nas Cortes, Rocha Loureiro reagiu com um misto de diplomacia e indignação.

Falando dos Deputados do Brasil em Cortes, diz o Redator: *do Pará, Bahia, etc., ainda nenhuns chegaram; assim a Deputação do Brasil em Cortes não é tão numerosa que assuste os Deputados Europeus*. Certo que esta insinuação casa bem com as doutrinas do Redator, que há pugnado por a união do Brasil com Portugal; e por isso lhe chamamos de lapso de pena; porém, seja o que for, não escapa de ser

uma grande injustiça à parte Europeia do Congresso, que há deixado para traz muitos pontos de policia Americana, à espera que cheguem seus colegas do Brasil. Como então se reccar deles quem os está esperando com ânsia e braços abertos? (*O Portuguez*, 1822, vol.12, nº 71, p. 434).

O que se observa em Rocha Loureiro é a extrema fidelidade aos seus ideais e princípios, defende-os e sem fazer concessões. À frente, está seu projeto de um país livre que promova a felicidade de seus cidadãos. Tinha consciência dos obstáculos para atingir seus objetivos, e embora em algumas ocasiões revelasse as muitas dificuldades que enfrentava, não deixa transparecer esmorecimento.

4 Estratégias discursivas

Como o objetivo de persuadir o leitor em torno da sua causa contra o Antigo Regime e em defesa da ideologia liberal, *O Portuguez* apresenta diferentes estratégias discursivas. A estética gráfica seguia o padrão da época: era impresso no pequeno formado de livro medindo 14 por 21 centímetros e texto disposto em uma coluna. Seu conteúdo, no entanto, apresentava características diversificadas. Além do artigo *Portugal* no qual dispunha suas reflexões, análises, artigos e comentários sobre as inúmeras questões relativas a seu país, Rocha Loureiro se utilizou também da série de *Cartas a Orestes* e dos *Memoriais a D. João* para expressar seus pensamentos e opiniões.

As três instâncias discursivas permitiam ao jornalista estabelecer diferentes formas de fazer sua opinião chegar ao leitor. O artigo *Portugal* é um texto contínuo no qual aborda diferentes assuntos internos portugueses (política, economia, navegação, ações do governo, instrução, assuntos religiosos, notícias cotidianas e de polícia⁶²) e a mudança de um para outro é demarcada apenas pela mudança de parágrafo, sem subtítulos. Também fazia análises, reflexões e críticas sobre os atos e publicações oficiais e das cartas impressas nas páginas iniciais. O número de páginas variava de cinco a vinte. Ocupa-se das reflexões, sempre em tom crítico, do “factual” jornalístico.

Para além de comentários e artigos, muitos de seus textos eram “ensaios patrióticos”, conforme definiu um leitor em correspondência publicada já na terceira edição. Conforme Melo (1994, p. 109), o artigo interpreta, julga ou explica um fato ou uma ideia que o autor (jornalista ou não) considera importante. Tem finalidade *doutrinária* (orientar, persuadir) e

⁶² O conceito de polícia do século XIX, bem diferente do atual, equivalia a questões de infraestrutura como iluminação pública, saneamento, segurança pública, urbanização, entre outros; visava à promoção do bem estar do cidadão.

científica (apresentar avanços da ciência, novos conhecimentos, conceitos). Pode se apresentar ainda em forma de artigo propriamente dito (traz julgamentos iniciais, pois os fatos ainda estão se configurando e se baseia mais nos conhecimentos e sensibilidade do articulista) e ensaio (os pontos de vista são mais definitivos e a argumentação se baseia em fontes documentais que confirmam as ideias defendidas pelo autor). Ou seja, o ensaio possui maior profundidade e consistência que o artigo.

Rocha Loureiro dizia não gostar de citações, pois isso era “pensar por procuração”, mas usa desse recurso retórico com demasiada frequência para fundamentar e sustentar sua argumentação discursiva. Erudito, seus textos se valiam de referências a vários personagens e episódios mitológicos; de conceitos e ideias de pensadores clássicos (Plutarco, Platão, Aristóteles, etc.) e contemporâneos (Montesquieu, Kant, Rousseau, Pope, etc.); de exemplos de acontecimentos de civilizações da antiguidade (Roma, Grécia, Egito, etc.) e modernas (Espanha, Inglaterra, França, Estados Unidos, etc.); de passagens e personagens bíblicos; e documentação fiável (leis, tratados, estatísticas, balanços, cotações de mercado, relatórios de guerra, entre outros). Parábolas, ironias e metáforas também faziam parte desses recursos.

Mais breves e menos densos que seus artigos e ensaios, mas não menos críticos e elucidadores, seus comentários seguem a linha classificada por Castelli (Apud Melo, 1994, p. 111) em três tipos: a) *analítico* (similar ao editorial em sua erudição e subjetividade, mas agregando fortes traços de humor e ironia), b) *documental* (muitas vezes utiliza os recursos da reportagem, mas sem excluir juízos pessoais), c) *crítico* (apreciação pessoal, realça a natureza do tema analisado, antecipa possibilidades de soluções).

Conforme Melo (1994, p. 1909), “o comentário explica as notícias, seu alcance, suas circunstâncias, suas consequências” e através dele “o jornalista pode assumir o papel de juiz da coisa pública”. Esta era uma das principais práticas de Rocha Loureiro. Na sequência de decretos, editais, artigos, cartas ou de resumos de notícias de jornais europeus, fazia seus comentários quase sempre estruturados na contextualização histórica, análise pessoal, emissão de juízo de valor e com proposição de soluções quando fosse o caso. Era na hábil conjugação destas instâncias enunciativas que analisava as questões emergentes de seu tempo com o objetivo de levar as luzes a seus compatriotas e combater o despotismo.

Essa mesma estrutura discursiva era desenvolvida nas *Cartas a Orestes*. A série iniciou já na segunda edição e se estendeu até 1826, com poucas interrupções.

Outra instância enunciativa desenvolvida pelo jornalista foi o *Memorial à Majestade do Mui Alto e Mui Poderoso Senhor Dom João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*. A ideia surgiu após D. João ser coroado como rei. Trata-se de uma estratégia discursiva para se dirigir de forma mais direta ao monarca, em tom pessoal, para fazer-lhe aconselhamentos e mostrar-lhe “as perigosas circunstâncias da monarquia dispersa e mal segura, e os remédios de que ele se pode ajudar para a cura da enfermidade mortal de que adoece o nosso Portugal”. Foram nove memoriais⁶³ (em seis volumes) entre 1816 e 1824, somando 272 páginas.

Boisvert (1973), reuniu os textos em uma coletânea, acrescida de uma breve biografia do jornalista e da análise dos memoriais. Avalia que a série não foi previamente planejada e que cada texto é resultado do ritmo das circunstâncias ou da inspiração. “Uma leitura continuada destes artigos colocados verticalmente mostram a sua descontinuidade, a uniformidade do tom e o retorno insistente aos mesmos temas, às mesmas ideias, as mesmas fórmulas” (Boisvert, 1973, p. 42). A aparente desordem é atribuída aos diferentes temas que foram abordados no decorrer de oito anos.

O pesquisador divide os memoriais em três grupos. O primeiro (agosto de 1816 a setembro de 1819) reúne os quatro primeiros textos publicados após a elevação do Brasil a reino. Enfatizam que apesar de todas as suas riquezas, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves está em profunda decadência, que deixou de figurar entre as primeiras nações do mundo e sua população está subjugada pela miséria. A causa de todos os males é o despotismo fundado a partir da servidão e da ignorância e imposto pelo medo e pela corrupção.

O despotismo é o inimigo das luzes e do progresso e a ruína do Estado, por isso é preciso acabar com ele. Do seu fim depende a salvação da monarquia e a independência portuguesa. O remédio é uma constituição semelhante à da Inglaterra e cuja forma de governo é melhor que a “democracia pura”. A instauração do modelo inglês em Portugal resgataria as Cortes tradicionais que anteriormente favoreceram a ascensão do reino e cujo abandono foi uma das causas de sua decadência. A proposição de restauração das Cortes velhas

⁶³ Os memoriais foram publicados nas edições nº 28 (08/1816), nº 36 (04/1817 – publicada em junho), nº 37 (05/1817 – publicado em julho), nº 51 (05/1819), nº 52 (06/1819), nº 53 (08/1819), nº 54 (09/1819), nº 67 (04/1821), nº 80-81 (12/1824).

Não será uma inovação, mas um regresso à legitimidade instituída em 1143 durante a lendária Assembleia de Santa Maria de Almacave e solenemente confirmada em 1641 pelas Cortes da Restauração: o rei obtém o seu poder do povo que lho confia sob certas condições e que dispõe do direito de lho retirar se assim entender. (Boisvert, 1973, p. 44).

Rocha Loureiro enfatiza que o meio de recuperar a “fama e o esplendor” do antigo império é a “restauração das Cortes e das antigas formas do nosso governo que mais se achegam às do governo britânico e tanto distam da maneira absoluta e destemperada por que hoje somos governados.”⁶⁴

O primeiro memorial exalta a figura do rei e atribui toda miséria do reino somente aos ministros “mandões”. Ressalta que só o rei pode salvar a monarquia. Porém, a partir do segundo, passa a imputar também aos monarcas, em especial à Casa de Bragança e a D. João VI, a responsabilidade pela “nossa fraqueza e miséria (toda, toda) [...]”⁶⁵ Quando Palmela pede à justiça inglesa a expulsão de Rocha Loureiro, no processo é anexado o segundo memorial como uma das provas de sua insolência. Com a proibição do envio do seu jornal para Lisboa, ameniza seu discurso no terceiro memorial, invocando um tom mais conciliador. No seguinte, relata sérias dificuldades financeiras por não circular em Portugal, mas não deixa de enfatizar a miséria pela qual passa seu país.

O quinto memorial (segundo grupo) foi publicado em abril de 1821, após a vitória dos liberais no Porto em 1820, fato só conhecido na Europa a partir de 26 de fevereiro de 1821. O jornalista alerta ao rei que o trono de Bragança está “[...] sitiado de corruptos aduladores, minado de traições e combatido de perversos conselheiros que o ameaçam desfazer em pó.”⁶⁶ As trinta páginas são contra os ministros e conselheiros, aos quais o rei não deveria tomar conselhos; especialmente, o marquês de Marialva, o conde de Palmela e o ministro Vilanova. Entre inúmeras acusações ao caráter destes ministros, Rocha Loureiro lembra que eles solicitaram a Napoleão, quando da primeira invasão em 1807, que nomeasse um novo rei para Portugal, excluindo assim a dinastia Bragança do trono. Defende que se Portugal adotar uma Constituição ao modelo da espanhola, o rei não perderá direitos e poderes, como alegam seus conselheiros, e declara-se a favor da formação do parlamento com uma só câmara, e não com duas como era o caso da Inglaterra e da França.

⁶⁴ O Portuguez, 1816, vol. 6, nº 36, p. 481.

⁶⁵ O Portuguez, 1816, vol. 6, nº 36, p. 584.

⁶⁶ O Portuguez, 1821, vol. 12, nº 67, p. 7.

O sexto e último (dezembro de 1824) foi publicado após os absolutistas liderados por D. Miguel terem restaurado as prerrogativas do reinado absoluto em junho de 1823 e os liberais terem sido alijados do poder. Rocha Loureiro busca, então, o apoio de alguns militares liberais para restabelecer a Constituição de 1822, afim de lhe assegurar uma situação mais tranquila, já que era ameaçado pelos absolutistas. Já não defende o restabelecimento das Cortes velhas e, “afirmando que uma Carta nos moldes da francesa ‘contentaria ao princípio a muita gente (ainda alguns dos que juraram a Constituição de 1821 e andam cá por fora desterrados’, mas não seria mais do que um paliativo provisório” (Boisvert, 1973, p. 16).

4.1 Pautas de um liberalo

As análises a seguir sobre a estadia da Família Real no Brasil são resultado da leitura, principalmente, das 71 edições de *O Portuguez* (1814 a 1822) que totalizam 6.350 páginas. Os temas surgiram não de uma pauta pré-estabelecida pelo pesquisador, como resultado dos temas mais correntes nas páginas do periódico e aos quais Rocha Loureiro imprimia maior relevância por meio de extensas e contundentes análises contra ou a favor em relação aos temas em questão. Estes temas também tornaram-se os mais significativos na historiografia sobre o Brasil do início do século XIX.

a) A fuga da Família Real Portuguesa para o Brasil

A ideia de o Brasil se tornar a sede do reino português não era nova. Os constantes conflitos e ameaças de invasões pela Espanha já haviam suscitado essa hipótese nos séculos XVII e XVIII. Na primeira, o padre Antônio Vieira aconselhou a transferência a D. João IV, que venceu a Espanha nas chamadas Guerras da Restauração e tornou Portugal independente dando início à dinastia Bragança em 1640. A segunda, em meados do século XVIII, foi planejada pelo marquês de Pombal e seu irmão, o governador da província do Grão Pará, que realizou diversas melhorias em Belém como a construção de palácios, igrejas, do arsenal de marinha e reforçou as defesas da cidade para receber a Corte, mas D. José I não seguiu para o Brasil. No final do século XVIII, o ministro da Marinha, D. Rodrigo de Sousa Coutinho indica outra vez o Pará, que era administrado pelo seu irmão Francisco de Sousa Coutinho. Porém, a transferência não ocorreu.

Coube a D. João VI realizar o feito inédito na história das monarquias europeias: foi o primeiro e único a emigrar para o continente Americano e também o único a ser coroado rei

no Novo Mundo. A fuga para o Brasil foi apoiada por muitos e contestada por tantos outros. Rocha Loureiro a considerou gloriosa, mas a longa estadia da Família Real gerou o caos e a ruína de Portugal. Ora defendia o retorno da Corte, ora defendia a permanência no Brasil. Sua expectativa era de que o Brasil seria dotado das melhorais que tanto necessitava e que a união entre as duas nações seria fortalecida. Porém, predominam as críticas de que a permanência não foi boa para o Brasil e pior ainda para Portugal.

Para o jornalista, a mudança transplantou para o Brasil velhos vícios do governo português, instaurou a má administração e a corrupção generalizada no país. Pouco destacou as melhorias realizadas por D. João. Suas críticas, quase sempre, eram ambivalentes. Ou seja, os governos eram tiranos no Brasil e em Portugal, a má administração e a corrupção impregnaram as duas nações, ambos os ministérios eram incompetentes, a miséria e a ruína afligiam os dois lados do Atlântico. A partir de 1815, com a elevação do Brasil a reino, as críticas se acentuam contra o governo brasileiro que explora todos os recursos portugueses e não oferece nada em troca a Portugal que está prestes a se tornar colônia brasileira.

A favor do Brasil, as acusações de que a Coroa não promove seu povoamento e as melhorias necessárias ao desenvolvimento do país. A ideia de desenvolvimento tinha fundo notadamente econômico, pois o Brasil, “fonte inexaurível de recursos”, precisava urgente de braços para cultivar suas riquezas e o governo deveria dispor de todos os meios possíveis para este fim. Como solução, aponta dois caminhos: domesticar e civilizar os índios por meio da “brandura e da persuasão” e não pela “força e o rigor”⁶⁷ e convidar, “com bons partidos”, homens de todas as nações “perseguidos da tirania” para se estabelecer no Brasil. Como “bons partidos”, define a distribuição de terras e auxílio para o estabelecimento das famílias. O principal, porém, era assegurar a liberdade civil – proteção das leis, liberdade de consciência e tolerância de todos os cultos – aos emigrados.⁶⁸

A liberdade civil estaria assegurada com a constituição que promoveria o fluxo migratório de europeus para o Brasil. “Enquanto não houver constituição, todos fogem do

⁶⁷ Rocha Loureiro justifica que “os índios são bravios e ferozes por que a crueza e ambição dos europeus lhes tem dado essa natureza, como o padre Antônio Vieira lamenta em muitas de suas cartas, nas quais refere que os governadores de seu tempo (além de mil cruelíssimos tratos) faziam morrer de fome e cansaço milhares de índios nas lavouras de tabaco” (O Portuguez, abril 1814, vol. 1, nº 1, p. 59). Porém, acredita na possibilidade de civilização dos indígenas e cita como exemplo o trabalho feito pelos jesuítas no Paraguai que fizeram dos índios “uma família e sociedade de irmãos”.

⁶⁸ O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 1, pp. 59-60.

Brasil”.⁶⁹ Os Estados Unidos eram o exemplo bem sucedido de como atrair imigrantes e o Brasil deveria seguir este caminho.

[...] saiba agora que para os Estados Unidos estão emigrando com grandes capitais imensas famílias da Europa, que não deixariam de ir para o Brasil, se o governo os atraísse tanto, quanto é capaz de os convidar a fertilidade do terreno e a benignidade do clima”. (O Portuguez, 1815, vol. 3, nº 18, p. 680).

Mesmo colocando o povoamento como prioridade, critica o acordo com Nápoles para a extradição de dois mil presos napolitanos para o Brasil. Eram condenados a mais de 15 anos de prisão, que poderiam levar mulheres e filhos e receberiam terras para o cultivo. Um bom negócio para Nápoles, mas ruim para o Brasil que “chama para si [...] as piores víboras da raça humana que lho hão delacerar. Com tais povoadores, quem folgará de vir viver no Brasil para os ter como vizinhos de porta?”.⁷⁰

Na extensão da crítica ao acordo com Nápoles, traz dados do livro *Statistical annals of the United States of America*, de Adão Seybert, o qual assinala que a população americana passou de 3.921.326 (697.697 eram escravos) habitantes em 1790 para 7.239.903 (1.191.364 escravos) em 1810. A razão desse aumento, mesmo sem os Estados Unidos oferecerem vantagens ou privilégios, é por que “o Governo do Brasil é legítimo por a Graça de Deus; o dos Estados Unidos liberal por a Constituição”.⁷¹ A tese de Rocha Loureiro era que a liberdade e a igualdade de direitos entre americanos e emigrantes eram os atrativos, mesma estra tégia usada com sucesso pela Inglaterra e Holanda para promover o fluxo migratório para aqueles países. Enquanto isso, o Brasil se via direcionado a “comprar vassalos” e marginais que mesmo assim “irão forçados” para o país.⁷²

Ao analisar, na primeira edição, a força do comércio e sua influencia sobre o poder, a indústria, os costumes e os governos das nações, *O Portuguez*, considerando a abundância e as potencialidades do Brasil no setor, assinala que o país foi “talhado de molde para ser o maior império do mundo”, uma pedra preciosa que, porém, “caiu em mãos que nem a sabem polir, nem tirar dela a utilidade que podiam.”⁷³ Imputa aos ministros os erros na administração do país e apresenta soluções como o povoamento do Brasil, a demissão de funcionários corruptos, retirada dos privilégios dos fidalgos, pôr fim a Inquisição, entre outras medidas.

⁶⁹ O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 40, p. 1028.

⁷⁰ O Portuguez, 1820, vol. 10, nº 56, pp. 138-139.

⁷¹ O Portuguez, 1820, vol. 10, nº 60, p. 462.

⁷² O Portuguez, 1820, vol. 10, nº 60, p. 462.

⁷³ O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 1, pp. 53-55.

Para promover o desenvolvimento econômico do Brasil, propõe a criação da Junta do Comércio, Agricultura, Artes e Navegação apresentando, inclusive, a proposta de composição do seu corpo diretivo – presidente, secretário, pelo menos um lavrador de cada capitania, um deputado eleito de cada porto de navegação – e as funções de cada um dos seus membros, bem como as minúcias do funcionamento da Junta. Defende que, se houvesse uma junta atuante, o governo não teria firmado o tratado de 1810 com a Inglaterra.

Dez anos após o estabelecimento da Corte no Brasil, considera que as obras realizadas estão “longe de serem benfeitorias” e estão mais para “malfeitorias”. Para ele, o Brasil nada ganhou com a mudança. “A Corte foi estabelecer-se no Brasil como poderia mudar-se para o globo da lua, sem mais ideias ter daquela região do que poderia ter deste planeta, e sem conhecimento do seu novo estado político e condição.” Por outro lado, no Velho Continente, “a casa antiga, desmantelada e desguarnecida de quanto nela havia de valor, foi deixada aos ratos, ou o que é pior, a maus caseiros e feitores”.⁷⁴

Conjugando a falta de melhorias no Brasil com a corrupção ministerial, o jornalista sentencia: “Em cada ministrinho eu vejo uma praga.”⁷⁵ A contundência é extensiva aos ministérios no Brasil e em Portugal. A artilharia vai da primeira à última edição. Ao deixar Portugal, o príncipe nomeou a junta de governo a qual o jornalista denominou de “governo de sete cabeças”, formado pelos generais ingleses Beresford e Lord Wellington, por três cléricos e dois fidalgos de capa e espada.⁷⁶ A junta é acusa de atrocidades, desmandos e má administração. “Salter, Forjaz, Patriarca e outros comparsas saíram ao rocio por as janelas fora (como baralhos de cartas velhas já muito conhecidas) [...]. É muito pior que inferno a Regência dos Governadores do Reino, junta à dominação do Brasil”.⁷⁷

No Brasil, a corrupção pesa sobre as finanças do país. Já em junho de 1814, no artigo *Abusos e erros da administração em o Brasil*, noticia que o erário do Rio de Janeiro está vazio e que os soldos dos militares e civis estão atrasados. O motivo é que um “enxame de vermes devoradores caiu sobre aquele ditoso território [Brasil]” e “tem devorado sua substância e contagiado com a infecção e hálito da morte aquele paraíso capaz de tudo produzir quase sem cultura [...]”. Para o jornalista, “a administração é ruínosa em o Brasil,

⁷⁴ O Portuguez, 1818, vol. 8, nº 43, pp. 20-21.

⁷⁵ O Portuguez, 1818, vol. 8, nº 43, p. 21.

⁷⁶ O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 1, p. 22.

⁷⁷ O Portuguez, 1820, vol. 10, nº 59, p. 337.

como o foi em Portugal: o mal já vem de longe; embora se mude a pátria, os hábitos viciosos e más inclinações vão dentro de nós para toda a parte [...].”⁷⁸

A corrupção instaurada no Rio de Janeiro se estende por várias províncias. O jornal denuncia o envio 50 sacas – e outras mais – de algodão do Maranhão para a Inglaterra sem o devido pagamento do imposto de exportação; há também cunhagem indiscriminada de moedas de cobre sem o respectivo lastro e a desnecessária cunhagem do ouro e da prata em Pernambuco e no Maranhão. Como resultado, as duas províncias, “principalmente Pernambuco, estão inundados, como era de esperar, de cobre em moeda. O ouro e prata têm desaparecido. E a nosso parecer, chegará mui cedo o tempo em que no país do ouro e prata não circule nem uma só peça destes preciosos metais [...].”⁷⁹

O que permeava estes desvios era a corrupção praticada pelo governo e seus funcionários dos variados escalões. Considera que as fraudes eram propiciadas principalmente pela falta um sistema de leis da Marinha e do comércio, pois as poucas existentes eram dispersas e incompletas levando Portugal a “mendigar aos Códigos estrangeiros”. Tamanha corrupção, velhos vícios e a falta de ordenamento legal levam-no a sentenciar: “Que vergonha! Dura há sete séculos a nossa Monarquia e parece que está na sua infância: este estado de coisas não pode durar”; e a reivindicar: *Reforma, Reforma*.⁸⁰

As relações exteriores de Portugal também estavam fragilizadas. No Congresso de Viena, além da devolução de Olivença, Rocha Loureiro reivindicou que fosse negociada a anulação dos tratados de 1810, porém, considera que

[...] o governo Portuguez está tão desacreditado por sua fraqueza e incapacidade que é impossível que qualquer de seus representantes lhe possa dar algum peso e consideração entre as demais nações. Estas estão, infelizmente, confirmadas em a opinião a cerca de Portugal; e por isso nenhum ministro, por maiores talentos que tivesse, poderia desmanchar o mau conceito e a má conta em que somos tidos (O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 3, p. 246).

No *Memorial* de 32 páginas de junho de 1819, assume o “longo trabalho” de apontar diretamente a D. João os erros do seu governo, embora enfatize que a ruína de Portugal tenha iniciado muito antes daquela regência e está enraizada no próprio *sistema*, pois “inércia e estupor mental são defeitos e vícios naturais de todo o Governo despótico [...]”. Atribui a partida da Família Real aos maus conselhos dos ministros. Um dos erros cabais estava na

⁷⁸ O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 2, pp. 115-116.

⁷⁹ O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 2, p. 127.

⁸⁰ O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 2, p. 133.

escolha dos ministros e o próprio sistema despótico impunha a este erro. O sistema era de tal modo nefasto que mesmo havendo algum ministro bem intencionado, este logo seria corrompido ou pediria demissão do cargo.⁸¹

[...] lançamos a culpa de tudo (e nunca nos enganaremos) aos cortesãos e ministros ignorantes e corrompidos, que abusando das boas qualidades do Príncipe, ou lhe mentem ou lhe ocultam a verdade para em seu nome determinarem coisas iníquas e apressarem assim a destruição do reino. (O Portuguez, 1814, vol. nº 1, p. 45).

Outro erro apontado foi o não enfrentamento das tropas napoleônicas e a assinatura da lastimosa proclamação na qual o Príncipe Regente confessa que as repetidas sangrias dos franceses haviam *esgotado o Tesouro Real e causado grande prejuízo nos rendimentos da Coroa*. Mesmo considerando a força do inimigo, Rocha Loureiro avalia que ao invés de pagar o exigido pelos franceses, esses recursos deveriam ser utilizados na compra de armas e outros aparatos de guerra para combatê-los. “Não sabia V.M. ou não sabiam seus Conselheiros que a paz comprada a ouro apenas será trégua, e muito certo produzirá sede hidrópica nos vendedores?”⁸² questiona em tom de aconselhamento. No caso de enfrentamento em defesa da liberdade e independência da pátria, o povo teria orgulho de sua Coroa unindo-se a ela para derrotar o inimigo. Se assim o príncipe fosse aconselhado,

[...] a revolução da Espanha rebentaria alguns meses antes; o exército de Junot passaria em Portugal por as Forças Caudinas; logo se teria ali posto mão a um sistema regular de defesa; Évora, Porto, Beja, Leiria não viriam a ser sepulcros de seus moradores; nem o Reino a ser corrido todo a ferro e fogo, como o foi; nem um milhão de Povo teria acabado por a miséria e peste, mais que por o ferro dos inimigos. Finalmente, não teria sido obrigado o Príncipe à fugida vergonhosa que os Ingleses, por escárnio, chamaram esplêndida e magnânima, tendo ele deixado em terra boa parte das riquezas dos Paços Reais e quatro naus no porto, com algumas fragatas de guerra e todos os arquivos públicos e todas as preciosidades das igrejas e os bens particulares, que os desejam salvar e os viram cair em poder de Franceses! (O Portuguez, 1819, vol. 9, nº 52, p. 324).

Na conclusão de seus argumentos no memorial, parece reivindicar o reconhecimento dos alertas feitos por *O Portuguez* e o povo em geral sobre os riscos que representavam a França e a Espanha, mas que o príncipe não levou em consideração.

[...] se a pública sabedoria tivesse sido escutada, nunca o Príncipe houvera largado Portugal para ir fazer no Brasil o famoso tratado de comércio, que foi a segunda conquista de Portugal, e ainda não se pode até aqui recuperar, por se nessa conquista haverem dado garrote a todas as forças vitais da nossa indústria (O Portuguez, 1819, vol. 9, nº 52, p. 324).

⁸¹ O Portuguez, 1819, vol. 9, nº 52, pp. 315-318.

⁸² O Portuguez, 1819, vol. 9, nº 52, p. 324.

Em razão das pesadas críticas dirigidas ao rei, ao final daquele ano foi aconselhado por amigos, para garantir sua segurança pessoal, que as mesmas fossem dirigidas somente aos ministros e não ao monarca.

Se fazeis (me dizem eles) esses ruins Ministros único alvo dos vossos tiros e salvais o Rei, também vossa pessoa será salva e segura: e além disso, não terão eles ocasião de se ao Rei justificarem das malfeitorias por que os vós acusais, dando-se a ele por inocentes de vossos capítulos por a mesma razão que ele se dá por caluniado nos que lhe dizem respeito. (O Portuguez, 1819, vol. 10, nº 55, p. 19).

Rocha Loureiro concorda com o conselho no que diz respeito à sua segurança pessoal, caso tivesse algum respeito e contemplação por sua própria pessoa, mas o “mais nobre” era a causa por defender “da qual me tenho votado mártir para morrer por ela, se não com ela”. Lembra que milhares de portugueses, espanhóis e franceses regaram com sangue os campos de batalhas em defesa da liberdade de suas pátrias e, portanto, não seria “covarde” para voltar às costas ao combate. “[...] estou disposto a tudo: poderão os Braganções tirar de mim alguma pequena vingança, mas por minha parte, estou eu determinado a lha vender bem cara e fazer que tão custosa e sanguinolenta lhes seja a vitória [...]”⁸³

Na sequência, indignado com a impunidade dos “mandões” e por não ver efeito dos seus *memoriais* que pedem o afastamento e punição dos ministros, direciona seu ataque diretamente ao rei. Alerta que a monarquia portuguesa está “caindo aos pedaços e os estúpidos conselhos do Rio acarretando ruína e perdição” à dinastia dos Braganças que “promete ser tão infeliz” como foi a dos Stuarts na Inglaterra. O rei “pode ter uma índole excelente”,⁸⁴ mas isso nada resolve, pois

Os seus mandões são demônios em carne prontos em setembrizar e queimar a Portugueses, açoite de Deus e flagelo do Povo; nem há remédio de nos vermos livres deles; que o Príncipe não lho quer dar. Nestes termos, seria grande sandice e injustiça o gastar tempo com fazer queixas inúteis contra os Ministros e poupar a causa primeira de onde vem todo o mal. Os Mandões são criaturas e obra do Rei que lhes dá autoridade e em nome seu lhes deixa, sem por cobro nisso, desenfrearem-se na soltura e devassidão de todos os crimes [...]. (O Portuguez, 1819, vol. 10, nº 55, pp.28-29).

Para o Brasil, também é desenhado um cenário catastrófico no qual as capitânias, o comércio e o desenvolvimento em geral da nação encontram-se em estado crítico em consequência da corrupção personificada na figura do tesoureiro-mor Maria Targini e da guerra na região do Prata.

⁸³ O Portuguez, 1819, vol. 10, nº 55, pp. 20-21.

⁸⁴ O Portuguez, 1819, vol. 10, nº 55, p. 29.

Por a imensa despesa dessa guerra louca e sem fim, por os desperdícios do Governo, e por o aproveitamento de Targini e mais gente da sua cevadeira, está o Brasil perdido, o comércio acabado e acabado do crédito. O Rio é a capital do Estado e a parte dele que mais se dói. A Bahia vai-se governando com muito trabalho, ainda que também sinta muito da geral tormenta. Porém, a Capitania de Pernambuco, por as ordens que tem o Governador para fazer soldo (as quais se casam bem com o gênio dele marcial) está quase sem cultura e em breve, se o mesmo sistema atura, ficará aí a terra de pouso nem dará rendas par a se pagar ao Governo local. Nas outras partes do Brasil há muito que sentir e pouco de contentar. E toda essa miséria se experimenta havendo lá um Banco Nacional de que seu Instituidor se prometia a felicidade geral do Brasil! (O Portuguez, 1820, vol. 10, nº 56, p. 140).

Nem mesmo a nomeação dos novos ministros em Portugal, Vizires Paulo Fernandes Viana e Luiz José de Carvalho, amenizou as críticas do jornalista contra os ministros que levaram para o Brasil os vícios administrativos e a corrupção.

[...] não vejo como, no ofício de destruir Portugal, se pudessem avantajarem os que já tiveram ou que têm agora as pastas. Tratados que deram com a indústria de Portugal em terra; guerra no Brasil, que deu guerra no comércio Português; sangrias de dinheiro e gente; leis tirânicas; desfavores e cruezas por vários modos, tudo há sido por ordem de Ministros Portugueses que têm havido no Brasil depois que se para lá passou a Corte. (O Portuguez, 1820, vol. 10, nº 56, p. 126).

A submissão do governo português ao britânico também não se alterou com a Família Real no Brasil. “Muda-se de pátria e de habitação, mas não se muda de costumes. A corte mudou-se para o Brasil, mas não despiu a antiga servilidade e a feudatária sujeição ao cetro Britânico [...]”⁸⁵ Foram com essas e tantas outras abordagens que Rocha Loureiro construiu seu discurso de que a fuga da Corte para o Brasil em nada melhorou a situação do Brasil ou de Portugal. Pelo contrário, ambas as nações padeceram e muito com a mudança.

b) Abertura dos portos brasileiros em 1808 e os tratados de 1810

Ruína. Vergonha. Miséria. Infeliz. Todo mal. Penúria. Nefasto. Insensato. Repugnante. Estes são alguns dos pejorativos que sintetizam o discurso de Rocha Loureiro contra a abertura dos portos brasileiros às nações amigas em 28 de janeiro de 1808 e os tratados de Comércio e Navegação e o de Aliança e Amizade firmados entre Portugal e Inglaterra em 19 de fevereiro de 1810. Depois das críticas ao despotismo e ao governo de D. João (ministros e rei), os dois temas sobre comércio exterior ocupam com maior frequência as páginas de *O Portuguez*. Tamanha ênfase pode ser identificada com os princípios professados pela

⁸⁵ O Portuguez, 1817, vol 6, nº 34, p. 375.

ideologia liberal de livre comércio, mas também atribuída ao alinhamento editorial com a classe de comerciantes que o apoiava.

A abertura dos portos brasileiros fez parte do acordo secreto assinado por D. João em outubro de 1807, como compensação pelas despesas da esquadra inglesa na eventual escolta da Corte para o Brasil. Não por acaso, o documento foi assinado ainda em Salvador, antes da Corte chegar ao Rio de Janeiro, o que ocorreria em 8 março. Concedia-se assim, à Inglaterra, o privilégio na comercialização dos produtos brasileiros para o mundo, privilégio até então exclusivo de Portugal. Como consequência, a exportação dos produtos para a França que representava 77,9% em 1808, foi simplesmente zerada em 1809. No sentido inverso, as vendas para a Inglaterra saltaram de 7,4% em 1808 para 50,8% em 1809 e 64,9% em 1810.

Para Rocha Loureiro, a abertura dos portos era baseada em uma liberdade de comércio sem limites, ideia de “nobre aparência e generosa em teoria; porém impossível de executar-se à risca, sem a inteira ruína do comércio, abismo e subversão do estado.”⁸⁶ Defendia a livre concorrência como forma de diminuir a rivalidade entre as nações, já que o monopólio comercial teria efeitos mortíferos. “Quando a desgraça nos chegou ao ponto de comprarmos aos estrangeiros as manufaturas e ainda os gêneros de primeira necessidade que podíamos ter de casa,”⁸⁷ o importante era adquirir as mercadorias pelo preço mais barato, independente do fornecedor. Se o governo quisesse tomar novas medidas econômicas para amenizar a situação, elas deveriam ser de ordem interna, tais como:

1º. simplificar o sistema das alfândegas e despedir os oficiais incapazes; regular as pautas, tarifas ou aranzéis da alfândega, e estabelecer uma comissão permanente de homens capazes que tenham a sen (sic) cárrego (sic) o reformá-los quando isso se faça necessário; 2º. dar nova forma à Junta do Comércio (que atualmente é muito boa para coisa nenhuma) fazer que os seus trabalhos sejam efetivos e proveitosos, e compô-la de gente que tenha préstimo; 3º. mandar proceder a um código, que não temos, de direito marítimo e comercial o qual possamos chamar nosso e possa servir de norma segura em comércio e jurisprudência; 3º. (sic) finalmente que nele se abroguem e anulem todas as leis, costumes e disposições que forem contrárias ao bom sistema de economia política e à nossa indústria e comércio [...]. (O Portuguez, 1814, vol. 2, nº 7, p. 82).

Outro agravante que levou à abertura dos portos foi o Bloqueio Continental imposto pela França proibindo às nações europeias o comércio com a Inglaterra. Napoleão, que não conseguia derrotar a Inglaterra por mar, impunha sua estratégia de derrotá-la estrangulando sua economia. Portugal, que até então detinha o monopólio da comercialização dos produtos

⁸⁶ O Portuguez, 1814, vol. 2, nº 7, p. 81.

⁸⁷ O Portuguez, 1814, vol. 2, nº 7, p. 83.

brasileiros no mundo, mais uma vez se vê pressionada: ou alinha com a França ou com a Inglaterra. Se acordasse com a França, ficaria proibido de comercializar com sua própria colônia, o Brasil. Então, optou pelos ingleses.

A Inglaterra, ainda insatisfeita, impôs os tratados de Comércio e o de Amizade em 1810, que anularam o de 1808 e ampliaram as vantagens inglesas. O acordo era bom para o Brasil e ainda melhor para a Inglaterra, mas devastador para Portugal. Os ingleses passaram a pagar apenas 15% de impostos sobre a exportação de suas manufaturas para o Brasil, enquanto os portugueses pagavam 16% e as demais nações 24%. Rocha Loureiro não cansou de denunciar as consequências desse cenário, assim como fizeram o *Correio Braziliense* e *O Campeão Portuguez*.

Já na primeira edição, no artigo intitulado *Rendas do Estado em Portugal e Brasil*, levanta a possibilidade de rompimento do Tratado de Comércio e apresenta alternativas de ordem tributária para recuperar a economia portuguesa. No centro de seus encaminhamentos estava a equivalência dos impostos sobre os produtos portugueses e ingleses, o aumento da receita mas sem onerar os portugueses com mais impostos, além da diminuição das despesas. A solução era aumentar a tributação aos produtos estrangeiros. Os navios portugueses pagavam nos portos ingleses cerca de 2.200 réis por tonelada de produto, enquanto os ingleses pagavam “bagatela” nos portos de Portugal ou não pagavam nada em alguns portos de seus domínios. Nos cálculos do jornalista, se os valores praticados fossem os mesmos em navios portugueses e ingleses, a receita lusitana passaria para 5 ou 6 milhões. Embora não respeitada, essa reciprocidade estava prevista no artigo 4º do tratado de 1810.

Mesmo ocorrendo queda nas exportações por causa da elevação dos impostos, estima que “mais ativa e numerosa se fará a nossa marinha mercante que lucrará todos os fretes, sem ter competidores; e por este modo também se aumentará a marinha de guerra, crescerá a indústria, e principalmente será maior a circulação, princípio vital do comércio.”⁸⁸

Outra reivindicação era elevar de 15% para 120 a 140% o imposto sobre o tecido de lã inglesa exportada para Portugal, ato amparado pelo artigo 26 do mesmo tratado, combinado com os dois artigos do Tratado de Methuen de 1703.⁸⁹ Cobrando apenas os 15%, Portugal

⁸⁸ O Portuguez, vol. 1. nº 1, p. 23.

⁸⁹ O Tratado de Methuen assinado entre Portugal e Inglaterra em 1703 tinha dois únicos artigos que versavam sobre a venda da lã inglesa para Portugal e sobre a venda dos vinhos de Portugal para a Inglaterra. O segundo estipula que “em tempo nenhum, ou haja paz ou guerra entre os reinos de Inglaterra ou de França, nada mais será

arrecadava 1,5 milhão de cruzados; com os 140%, a receita chegaria a 14 milhões. Para o jornalista, essa elevação tratava-se apenas de uma contrapartida, pois quando foi assinado o tratado de 1703 eram cobradas cerca de 11 libras em impostos sobre a pipa do vinho português e em 1814 o imposto variava entre 52 e 54 libras.

Baseado no modelo tributário inglês, sugere ainda a cobrança de 5% de impostos sobre todos os produtos e manufaturas estrangeiras negociadas em leilão e, em caso de necessidade, 2% de imposto sobre produtos e manufaturas nacionais (a Inglaterra cobrava 10%). Propôs também rigorosa legislação para a atracagem de navios estrangeiros em portos portugueses.

Deveria [...] proibir-se o carregar ou descarregar em nossos portos qualquer navio que não fosse rigorosamente construídos em portos da nação a que pertence e que não fosse navegado com passaportes de sua nação; porém no caso de um tal navio ser admitido, só o fosse com pesadíssimos impostos. Deveria até proibir-se a Portugueses a navegação e comércio em embarcações que não fossem de rigorosa construção Portuguesa; e quando comprassem navios estrangeiros e neles fizessem comércio, pagariam um imposto de ao menos 5 por 100 sobre os fretes. (O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 1, p. 34).

Por fim, como forma de diminuir as despesas do governo, propõe a demissão de empregados “inúteis”; o fim de estabelecimentos escusos que “além de não valerem o que consomem, servem de estorvo e empecilho à máquina do governo”; que os empregados prestem contas das despesas realizadas. Como estabelecimentos escusos, leia-se os tribunais da Inquisição, que além de instrumentos coercitivos ao livre pensamento, Rocha Loureiro considera-os interventores em todo processo político e econômico de Portugal.

Para o jornalista, tais medidas, mais que ações de ordem econômica, representam a autonomia política de Portugal. Ele tinha clareza que suas propostas teriam o desagravo do governo inglês, mas que aquele era o momento do governo português demonstrar sua independência, que era “mais que tempo de recobrar o caráter de energia e dignidade que lhe cabe e que lhe falta; do contrário, fará como agora está fazendo, um papel insignificante em o teatro das nações.”⁹⁰

Em julho de 1814, Mr. Canning foi nomeado embaixador da Inglaterra em Lisboa. O *Courrier* noticiou que o motivo era o estado de saúde de seu filho mais velho que exigia a mudança de clima. O jornal londrino avalia também que, *por causas remotas*, tal nomeação

requerido por estes vinhos debaixo do nome de direitos da alfândega ou tributos [...] do que o for requerido por uma semelhante quantidade ou medida de vinho Francês, deduzindo ou abatendo uma terça parte do direito das alfândegas ou tributo; mas se em qualquer tempo esta dedução ou abatimento for de qualquer maneira acometido ou prejudicado, será justo e lícito para Sua Sagrada Majestade de Portugal o proibir outra vez os panos de lã e o resto das manufaturas de lã inglesas” (O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 1, p. 26).

⁹⁰ O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 1, p. 35.

era “mais importante que em tempos ordinários”. Canning era político experiente e de prestígio, destacado para importantes missões. Rocha Loureiro vê com suspensão o papel do novo embaixador, já que normalmente a embaixada portuguesa era destinada aos “noviços de diplomacia (tal é o descrédito em que caiu o nosso governo).”⁹¹ Para ele, as tais *causas remotas*, seriam a paz geral que a abertura dos portos portugueses e brasileiros propiciariam ao reino lusitano. Mas a Inglaterra tinha receio que a França viesse lhe ocupar o lugar no mercado e a missão do novo embaixador era “dar o contraveneno a qualquer peçonha dos negociantes franceses ou de qualquer outra nação”.⁹²

Se o Lord Strangford, “aprendiz de política”, conseguiu arrancar os tratados de 1810, “o que não alcançarão agora os talentos conhecidos de Mr. Canning e as artes dos seus amigos políticos?”⁹³ temia o jornalista. Na sua percepção, o empenho da Inglaterra era no sentido de monopolizar a comercialização de suas manufaturas em Portugal e excluir de iguais direitos a França, cujo o linho, a seda e as quinquilharias são melhores, mais baratas e agradam mais. Em um dos artigos mais contundentes contra os tratados, propõe a anulação dos mesmos.

Falemos claro e digamos tudo de uma vez: os dois tratados de fevereiro de 1810 [...] são repugnantes à nossa independência e prosperidade. Se o Português quisesse, em ele puxando pelas estipulações do tratado de Comércio, que o parlamento Inglês não provou, ou que não tem aqui obtido o seu devido cumprimento, o governo Português tinha [...] sólidas e justificadas razões para requerer o seu cumprimento e no caso de o não alcançar, estava de sua parte o julgado nulo (O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 4, p. 336).

Apesar da contundência, sugere que o governo encaminhe o processo de acordo com as circunstâncias que se impõem, mas que era preciso estar preparado para enfrentar essa “guerra”, pois se os portugueses permanecerem inertes “dormindo sepultados em profundo sono à beira do precipício [...] então não devemos contar com a nossa independência”.⁹⁴ Se não fosse possível equilibrar os negócios com a Inglaterra por meio da diplomacia, então era preciso escolher dos males o menor: destruir o monopólio pela concorrência.

O tráfico de escravos também foi atingido pelos tratados de 1810. Conforme Rocha Loureiro, o artigo 10º do Tratado de Aliança e Amizade abriu pretexto para a Inglaterra aprisionar navios negreiros portugueses; além de ter sido interpretado de forma abusiva, confundindo-se aquele artigo com o artigo 5º do Tratado de Comércio e Navegação. No seu

⁹¹ O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 4, p. 333.

⁹² O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 4, p. 333.

⁹³ O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 4, p. 333.

⁹⁴ O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 4, p. 336.

entender, estes instrumentos serviram de base para a proibição do tráfico negreiro ao norte da linha do Equador, aprovado pela convenção de Viena.

O aprisionamento de navios gerou animosidade entre os portugueses, e Rocha Loureiro temia que isso poderia levar ao rompimento entre Portugal e Inglaterra.

Quantos males às vezes de uma só fonte se derivam! Aquele nefasto Tratado de Amizade originou as tomadas dos nossos navios e com isso, além da perda de particulares, a irritação dos ânimos Portugueses (que é tão natural e justa, quanto menos razão havia para Portugal sofrer violências do governo Britânico) daí a indisposição das duas nações e finalmente a violenta contestação dos dois governos que não esteve longe, nem o está ainda, de vir a parar num rompimento [...]. (O Portuguez, 1815, vol. 4, n° 20, p. 150).

No seu parecer, o Tratado de Viena não era claro quanto à proibição do tráfico, já que não havia uma “muralha da China” para delimitar o norte e o sul do Equador. Contrário ao tráfico, assinala que a convenção deveria buscar uma solução favorável à causa humana – o tráfico negreiro – mas que evitasse prejuízos aos donos de navios. De início, considerou pequena a indenização de 300 mil libras esterlinas a estes proprietários, mas em seguida concordou com Hipólito da Costa de que o valor era suficiente. Em conclusão ao artigo, assevera: “[...] que em todas essas obrigações estamos ao ovo de Leda ou boceta de Pandora que são os dois tratados de 1810: Deus perdoe a quem os fez.”⁹⁵

Reivindicou que os deputados portugueses participantes da convenção de Viena, cujo objetivo maior era reivindicar a devolução da Olivença tomada pelos espanhóis, encaminhassem também o pedido de anulação dos tratados de 1810, “essa origem de nossa ruína, essa nossa vergonha, esses mal agourados ajustes de 1810.”⁹⁶ Sua justificativa era que os ingleses não haviam cumprido sua parte no acordo que era a igualdade de isenção de impostos cobrados pelos produtos transportados em navios portugueses e ingleses. Porém, reconhecia que o governo não tinha forças para tal imposição.

Percebia que o Tratado de Comércio pesava de forma diferente para Brasil e Portugal, trazendo maiores prejuízos a este último em razão de sua frágil industrialização e do déficit de sua balança comercial. Temia que seu país não suportasse até o prazo para revisão do tratado.

[...] com o sistema atual do Governo e com esse tratado de comércio, Portugal, em menos de seis anos, ficará tão ermo, perdido e miserável como é o Estado de Gôa [...]. O Brasil, como tem as primeiras matérias das manufaturas de que sempre hão

⁹⁵ O Portuguez, 1815, vol. 4, n° 20, p. 151.

⁹⁶ O Portuguez, 1814, vol. 1, n° 6, p. 556.

ser os ingleses tributários, poderá resistir a um mau governo e a um péssimo tratado e chegar até ao período que a esse tratado se assinou; mas Portugal, sem indústria, sem gêneros de exportação equivalentes à balança de sua importação, tendo, principalmente, apenas um trago de vinho e um pouco de sal para permutar, Portugal, que recebe tudo de fora e exporta muito pouco, não pode, certamente, levar a cabo a cruz desse tratado. Já a Inglaterra está cheia de ouro português que se vende tão baixo como nunca se viu [...]. (O Portuguez, 1816, vol. 5, nº 27, p. 285).

No início de 1818, noticia a possibilidade de o governo inglês estar elaborando um novo tratado de comércio para substituir ou alterar o de 1810. Para o jornalista, era sinal de que os próprios ingleses percebiam que a fonte estava secando e era preciso dar tempo para equilibrar a oferta de “novos frutos” para colhê-los “maduros” nos anos vindouros, já que o tratado era vitalício, mas poderia ser revisado em 15 anos. Defendeu que, se houver o novo tratado, que o de 1810 não deveria ser usado como modelo, pois dele nada se aproveita.

Nos portos londrinos era visível a redução do movimento de navios portugueses. “[...] já pouco ou nada trabalham aqui as alfândegas em despacho de fazendas para Portugal. Antigamente, todos os dias saíam deste porto muitos navios carregados de mercadorias para os de Portugal; hoje em dia não sai um em muitos meses e algum [...]”.⁹⁷ Os poucos que atracam levam até dois meses para conseguir carga. Em Portugal o quadro não é diferente; as indústrias locais “não querem e nem pedem” mercadorias inglesas por que não têm dinheiro para pagar, pois morreram “deixando por herdeira a Inglaterra no tratado de 1810 [...]”.⁹⁸

O tratado de 1810 foi negociado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho que, com plenos poderes concedidos por D. João VI, estabeleceu cláusulas e percentuais sem avaliar as consequências para Portugal e que engessavam qualquer possibilidade de renegociação.

O erro capital do Tratado de 1810 (e esse incurável) é o do Negociador Português, sem conhecer o estado relativo das duas nações, se haver atrevido, com orgulho igual à sua ignorância, a estipular artigos particulares definindo e determinando tudo, não deixando ao governo português livre as mãos para em sua casa legislar com lhe prouvesse. Na verdade, depois de o nosso Ministro haver estipulado o admitir todos os gêneros ingleses em só 15 por cento de direitos, que liberdade ficava ao nosso governo ou que podia ele fazer? (O Portuguez, 1818, vol. 8, nº 43, p. 52).

Minucioso e denso em suas análises, em maio, junho e outubro de 1816, fez uma longa recuperação histórica e crítica, no total de 71 páginas, dos tratados firmados entre Portugal e Inglaterra a partir de 1642. O objetivo era demonstrar o quanto Portugal perdeu ao longo dos séculos com seus acordos econômicos com a Inglaterra, mas que nada se comparava aos

⁹⁷ O Portuguez, 1818, vol 8, nº 43, p. 51.

⁹⁸ O Portuguez, 1818, vol 8, nº 43, p. 51.

nefastos tratados de 1810. Por outro lado, demonstra também o quanto os Estados Unidos souberam tirar proveitos de seus acordos comerciais. A série de artigos tem por título *Tratados de Portugal com Inglaterra: como os Estados Unidos sabem melhor contratar*.

Para Rocha Loureiro, todos os erros da administração e dos tratados realizados com outros países têm origem na *fraqueza* do governo português. Os tratados de 1642, 1652 e 1654 foram confrontados em seus vários artigos analisando as regras estipuladas e as sutilezas de suas redações. Para ele, muitas dessas regras eram inconcebíveis e foram ajustadas de um tratado para outro agravando cada vez mais a difícil situação de Portugal. Ressalte-se que quando desses acordos, Portugal havia recém se emancipado após 60 anos sob domínio espanhol, e encontrava-se praticamente isolada na Europa em busca do reconhecimento do novo reino. Naquele contexto, se via na condição de acatar as imposições inglesas, circunstâncias diferentes das de 1810.

c) O possível retorno da Corte a Portugal em 1814

A possibilidade do retorno da Família Real para Lisboa no início de 1814 gerou polêmica não só pelo titubear de D. João em tomar a decisão, como pelas condições em que ficaria o Brasil após alguns progressos e principalmente por que o país poderia se contagiar com a onda emancipacionista que ocorria com as colônias espanholas na América. A indecisão se estende até 1815 quando o príncipe dá o ultimato para que a esquadra inglesa que foi escoltá-lo retornasse à Inglaterra.

O imbróglio é abordado já na primeira edição. O retorno envolvia gastos superiores a 4 milhões de cruzados para reformar as instalações reais em Lisboa. Os gastos, para Rocha Loureiro, eram um mal necessário para por fim ao governo provisório da Regência que não atendia as carências do povo, mas “que pode fazer enforcar, desterrar e impor tributos por portaria”. Do lado brasileiro, apesar das saudades que o príncipe deixaria, também haveria vantagens, pois o governo não promovera as melhorias necessárias e o país não aguentava mais as tomadas de propriedades para destiná-las aos cortesãos ou seus criados; com os saques, contribuições e impostos; com as perseguições ao comércio. Mesmo entregue à tirania dos governadores das capitânicas, o Brasil “lucra muito”, pois “é melhor sofrer em governo tirano, do que 100 ou 200 tiranos, como eram os cortesãos e até os seus criados.”⁹⁹

⁹⁹ O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 1, pp. 159-160.

Apesar das vantagens apontadas para o Brasil, o jornalista preocupa-se com os palácios em construção; com os inúmeros empregos públicos, novos ofícios, desembargadores do Paço e de outros tribunais que não teriam como continuar; como se comportariam a economia do reino e as novas fortunas. Questiona ainda sobre a continuidade dos tratados de Comércio e de Amizade, a questão do comércio de escravos e a onda de independência das colônias espanholas que poderia se estender ao Brasil. Seu temor era que o retorno da Corte poderia resultar na independência do Brasil e o fim do império. Tais desafios não eram tarefa para um só economista político e D. João deveria se valer do Conselho de Estado e promover com “vínculos estreitos” a união das colônias com a metrópole. Para isso, era preciso “abandonar o antigo sistema colonial e introduzir outro mais humano, político e liberal.”¹⁰⁰

Em julho, o *Times* noticia que o almirante John Beresford havia se deslocado com sua esquadra para o Rio de Janeiro para conduzir o príncipe a Lisboa. O embaixador de Portugal em Londres, conde de Funchal, foi tomado de surpresa, pois não havia sido comunicado para intermediar a negociação. Portugal vivia um período de paz e possuía esquadra adequada para o transporte da Família Real. Rocha Loureiro considera como “indecorosa” a ação do governo inglês em não comunicar o embaixador e não muito “digno” o fato de o príncipe recorrer aos ingleses para fazer o seu traslado. Entende que isso “aumenta tanto a influência e consideração destes [ingleses] como parece diminuir a sua [do príncipe].”¹⁰¹

As primeiras dúvidas quanto ao retorno aparecem na edição de outubro de 1814. O príncipe demonstra muita excitação e nem o Conselho de Estado consegue fechar questão. Rocha Loureiro defende a estadia permanente do príncipe no Brasil em razão da guerra da independência (1810-1816) da Argentina e do Uruguai, pois “o incêndio está muito vizinho”. A preocupação era que a onda republicana pudesse atravessar fronteiras e contagiar o Brasil. E para “assegurar para sempre a sujeição e fidelidade americana” era preciso proceder reformas no sistema de administração, abolir o sistema militar, prover empregos, enfim, “abolir e anular tudo quanto seja contrário ao melhoramento no Brasil e, pelo contrário, adotar todas as medidas que o puderem promover.”¹⁰²

A indecisão repercute nas edições seguintes, inclusive com o debate ocorrido no final de novembro na Casa dos Comuns, na Inglaterra, sobre o custo de 6 mil libras para a viagem e

¹⁰⁰ O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 1, p. 162.

¹⁰¹ O Portuguez, 1814, vol.1, nº 4, p. 325.

¹⁰² O Portuguez, 1814, vol.1, nº 6, p. 560.

a solicitação da escolta inglesa. No início de 1815, a notícia do não retorno gera críticas com os gastos feitos em Lisboa nas reformas das instalações para abrigar a Família Real. As mais incisivas foram dirigidas à “indignidade” do vice-rei, Mr. Canning, que passou então a ocupar o Palácio das Necessidades e aos governadores do reino que permitiram que um particular “enxovalhe com a sua residência os Paços Reais.”¹⁰³

Com base em informações das gazetas inglesas, em abril *O Portuguez* confirma que o príncipe não retornará a Portugal. O capitão Beresford, que chegara ao Rio de Janeiro, fora intimado por D. João a retornar para a Inglaterra no prazo de 15 dias. Rocha Loureiro vê como falta de cortesia a atitude do príncipe, mas apoia sua permanência no Brasil. Justifica que tinha informações vindas do Rio de Janeiro que a notícia da saída de D. João estava para gerar um grande crime de estado. Não explicita qual seria o crime, mas utiliza como metáfora o exemplo da última saída de Roma, do rei Tibério, que resultou na morte de muitos cidadãos.

Em maio, em razão da polêmica gerada no parlamento e na imprensa inglesa sobre a solicitação da nau inglesa, o jornalista recomendou a D. João que fizesse uma declaração oficial desmentindo tal requisição e assim salvar a honra da Corte para não ser tachada de “inconsequente, inconsiderada e inconstante.”¹⁰⁴

No início de 1820, corre nas gazetas inglesas a notícia de que D. João abandonara definitivamente a ideia de retornar a Portugal e que publicaria um decreto assinalando aos brasileiros seus votos de permanecer no Brasil para sempre. Rocha Loureiro considera desnecessária tal declaração, pois “todo o mundo já sabia que nunca mais o Rei poderia voltar do Brasil, a menos que ele não quisesse perdê-lo”. O comunicado apenas demonstraria mais “sinceridade e lisura” do rei, ao contrário dos governadores de Portugal que mês a mês enganam o povo sobre o retorno da Corte. O jornalista demonstra total descrédito em torno da questão e desabafa: “Viva o Rei aonde lhe melhor convier, e seja governado Portugal como o deve ser”, mas “Portugal não há de ficar colônia; não o há de Deus permitir.”¹⁰⁵

Duas edições depois, publica carta assinada por “Um brasileiro estabelecido em Londres”, solicitando que sejam desmentidos os rumores de que o príncipe permaneceria definitivamente no Brasil, além de outros descontentamentos que havia entre os portugueses.

¹⁰³ *O Portuguez*, 1815, vol. 2, nº 10, pp. 358-359.

¹⁰⁴ *O Portuguez*, 1815, vol. 2, nº 13, p. 80.

¹⁰⁵ *O Portuguez*, 1820, vol. 10, nº 58, pp. 284-285.

Para o jornalista, a carta tinha características de ofício e “cheirando aos selos pendentes de lacre”. Tenha ou não o príncipe manifestado esse interesse, “o certo é que nunca mais ele voltará à Europa; nem que ele desejasse tornar, o poderia fazer a salvo por razões que todos sabem.”¹⁰⁶

Ainda em 1820, o conde de Palmella é chamado ao Rio de Janeiro por D. João VI e promovido de major a marechal de Campo no Exército do Brasil. A ele é atribuída a autoria do folheto publicado em francês sob licença da Imprensa Régia do Rio de Janeiro e intitulado *Deverá o Rei e a Família Real de Bragança, nas circunstâncias atuais, voltar para Portugal ou ficar no Brasil?* O extrato do folheto publicado no *Times* em abril de 1821 foi reproduzido em *O Portuguez* no mês seguinte. O autor apresenta seis proposições em defesa da permanência da Corte no Brasil:

1ª) Portugal, no seu estado presente, não pode passar sem a assistência do Brasil. Ao contrário, o Brasil não tem a menor vantagem de estar unido com Portugal. 2ª) A partida da Família Real para a Europa seria o prelúdio da independência do Brasil, e por isso, o passo mais impolítico que se poderia dar. 3ª) S.M. pode no Brasil conservar intacta sua autoridade e fundar aí um império florescente, que seja de grande influência na balança política do mundo. 4ª) A ousadia dos revolucionários da Europa ficará muito desanimada por a determinação de o Rei não se ir do Brasil, porém não teria limites, se estivesse S.M. em Lisboa em meio dos rebeldes e à discrição deles. 5ª) A melhor situação do Rei relativamente aos Constitucioneiros é, sem dúvida, aquela aonde a Providência o colocou, longe do foco da sedição, e em posse da porção a mais florescente e importante do Império Português. 6ª) Enfim, suceda o que suceder, sempre e a todo tempo poderá S.M. dar o passo que se lhe agora propõe. (*Times* apud *O Portuguez*, 1821, vol. 12, nº 68, p. 154).

A cada uma de suas proposições, o autor apresenta um conjunto de argumentos que define como provas, cuja síntese coloca-se a seguir: 1º) O Brasil recebia apenas vinho e sal de Portugal e poderia obter estes e outros poucos produtos de que necessitava, bem como imigrantes, de países como Inglaterra, Alemanha, Suíça e Irlanda. 2º) Após treze anos como sede do reino, o Brasil não aceitaria ser colônia ou província de Portugal e perder as vantagens de ter a Família Real em seu território; havia também discordâncias entre brasileiros e portugueses que poderiam degenerar em antipatia nacional caso o rei partisse. 3º) Reconhece que há alguns descontentamentos dos brasileiros com o governo, mas que a maioria da população não é afeita à inovações, citando como exemplo a Revolução de Pernambuco – de motivação republicana – que foi rejeitada. Considera fácil acabar com as sedições aplicando medidas vigorosas e melhoramentos como novas leis de lesa majestade e proibições e assim D. João se tornaria um dos primeiros monarcas do mundo. Para o autor,

¹⁰⁶ *O Portuguez*, 1820, vol. 10, nº 60, p. 450.

são muitas as vantagens do rei permanecer no Brasil, pois Portugal é “de tão pouca valia e tão mal situado” que para se defender da opressão da Espanha teve que “jazer curvado perpetuamente sob o jugo da Inglaterra”.

Em relação as três últimas proposições, argumenta que: 4º) O receio da separação deve necessariamente impor um grande freio aos rebeldes cujos líderes serão obrigados a simular moderação e ter maior devoção à Casa de Bragança. 5º) Reafirma que há uma pequena fração de revoltosos e que a maioria da população permanece fiel ao cetro paternal de D. João. “Por isso, não cabe a esses rebeldes dar leis ao seu Soberano, mas deste é que as devem receber”. 6º) Insiste que os revolucionários não podem ficar sem a família Bragança e que não há risco de Portugal se unir com outra nação, pois a maioria da população tolherá tal medida.

Para Rocha Loureiro, a melhor resposta ao folheto são as rebeliões contra o governo ocorridas no Pará, na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão. Todas semelhantes a ocorrida em Portugal: não houve derramamento de sangue (exceto na Bahia por quixotada do marechal Felisberto Caldeira) e por que os movimentos de Pernambuco e Bahia, assim como o de Portugal, rejeitaram as Cortes velhas. A única taboia de salvação é D. João apressar a Constituição portuguesa.

Após todos os contratempos, finalmente a Corte sai do Rio de Janeiro em 26 de abril e chega a Lisboa às 11 horas de 3 de julho de 1821. A Família Real só desembarcou no dia seguinte, pois ainda não estavam concluídos os preparativos para a recepção. Em nota de última hora, de apenas onze linhas, confirma, via fontes francesas, que o rei desembarcou no Tejo, foi recebido com grande pompa pelas autoridades, a comitiva se dirigiu para a Sé onde foi realizada uma missa e, na sala das Cortes, o rei prestou juramento às bases da Constituição. Algumas páginas antes da mesma edição, o jornalista ainda reclamava que fora um erro dos ministros aconselhar a partida sem antes ter avisado o governo português para providenciar as devidas acomodações.

Com a saída da Corte, ficaria delicada situação do Brasil já que boa parte das províncias era governada por Juntas Populares, ainda que em nome do rei. “Cabia acaso o sair do Brasil o Rei, deixando esse Estado no da incerteza, sem o acordo das Cortes de Portugal, de onde se espera que emanem os atos para se os dois reinos consolidarem?” Sua intenção era

dar um “bico de obra” ao juízo dos ministros que aconselharam, sem necessidade, a mudança repentina da Corte, o que geraria “grande transtorno, inconveniência e confusão.”¹⁰⁷

Em setembro, dois meses após a chegada do rei, *O Portuguez* relata a especulação de que D. João, a conselho de seus ministros, ficaria na ilha do Faial e de lá solicitaria auxílio à Inglaterra para então atracar em Lisboa. Porém, o rei seguiu direto para Lisboa e assim evitou possíveis atentados de traidores e “caíram os maquinadores da ruína do Rei e Pátria na mesma cova [...]”¹⁰⁸ Referia-se ao episódio no qual o conde de Palmela e cerca de outros dez conselheiros, que foram proibidos de desembarcar com a comitiva, ficaram detidos 15 dias a bordo e depois desterrados a 20 léguas da capital e a 10 léguas da costa.

O fato repercutiu nos jornais ingleses no final de julho. Em resposta, um leitor identificado apenas como “Um Português”, em carta publicada no *Courier*, considerou injusta e violenta a punição a Palmela e mais ainda a pecha de que ele era apontado como o “autor das desgraças de sua Pátria”. A carta foi reproduzida em *O Portuguez* em setembro e refutada por Rocha Loureiro que considerou a punição como “brando castigo da sua matilha.”¹⁰⁹

Após a recepção, já no Palácio das Cortes, o rei ouviu o pronunciamento do presidente das Cortes e prestou juramento às bases da Constituição. Em nome do rei, que estava cansado, falou Silvestre Pinheiro Ferreira. Em seguida foram nomeados os novos ministros, entre eles o conde de Barbacena no Ministério dos Negócios Estrangeiros, por “pressa” ou pelo rei estar “mal informado”. Barbacena havia se recusado a jurar as bases da Constituição, ergueu a espada em favor dos mandões e solicitou às Cortes que “metessem no escuro as malfeitorias dos fanhosos marquês de Marialva, conde d’Oriola e Antônio de Saldanha”, entre outros desmandos. Em pouco tempo, “como estrangeiro aos negócios”,¹¹⁰ Barbacena largou a Pasta dos Negócios Estrangeiros e foi substituído por Silvestre Pinheiro.

Na sequência da carta, Rocha Loureiro continua a relatar a chegada do rei e parece demonstrar sinceridade em seu apreço a D. João e à monarquia, apesar das críticas. Ressalta que o rei “está de coração na boa causa [monarquia constitucional]”. Um incidente ocorrido durante o cerimonial repercutiu nos jornais. D. João se distraiu em conversa com o marquês de Loulé e o conde de Vila Flor, enquanto as tropas lhe prestavam continência. A imprensa

¹⁰⁷ *O Portuguez*, 1821, vol. 12, n.º 69, p. 224.

¹⁰⁸ *O Portuguez*, 1821, vol. 12, n.º 70, p. 328.

¹⁰⁹ *O Portuguez*, 1821, vol. 12, n.º 70, p. 328.

¹¹⁰ *O Portuguez*, 1821, vol. 12, n.º 70, p. 329.

considerou o ato como despreço do rei pelas instituições portuguesas. Rocha Loureiro defendeu o monarca assinalando que nada lhe era indiferente. Preocupado com a futura imagem do rei, fez extensa defesa do mesmo “para evitar que para o futuro se publiquem anedotas escandalosas como agora escreveu um tal Henderson numa sua *História do Brazil*”.

Em tempos de escassez, as Cortes dotaram a Família Real com 1,287 milhão de cruzados. Para o jornalista, valor era pouco expressivo, mas o rei haveria de se habituar e como “pai do povo, não há de querer que para ele ter abundâncias, morram seus filhos de fome.”¹¹¹ Considerava o rei como elemento central para a promoção das reformas que o país tanto necessitava. Seu discurso, ao contrário do que se possa supor, não era pelo fim da dinastia Bragança, mas pelo fim do despotismo, e a monarquia constitucional comandada por D. João era o caminho mais seguro a seguir.

d) A elevação do Brasil a reino em 1815

O Brasil foi elevado à condição de reino em 16 de dezembro de 1815, por D. João VI, passando o império a ter a designação de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Assim, o príncipe cumpria a exigência para poder participar do Congresso de Viana realizado na capital austríaca entre 2 de maio de 1814 e 9 de Junho de 1815. A conferência, centrada nas quatro principais nações que derrotaram Napoleão – Reino Unido, Rússia, Áustria e Prússia –, teve também a participação da França, Espanha, Portugal e outros países europeus. O objetivo era redesenhar o mapa político europeu após a pacificação do continente com o fim do domínio napoleônico e restaurar os antigos tronos às respectivas famílias reais.

Portugal foi representado pelos ministros Pedro de Sousa Holstein (conde de Palmela), António de Saldanha da Gama e D. Joaquim Lobo da Silveira. Porém, foi questionada a legitimidade da participação portuguesa em razão da administração do reino ser feita a partir de uma colônia e não da sua metrópole. Para resolver o impasse e legitimar a participação na conferência já que Portugal tinha interesses diretos nas resoluções a serem definidas no evento, D. João elevou o Brasil a reino e o Rio de Janeiro como sua capital. Portugal e Espanha reivindicavam o território de Olivença. O congresso reconheceu o direito português,

¹¹¹ O Portuguez, 1821, vol. 12, nº 70, pp. 331-332.

mas a Espanha, após muita resistência, só ratificou a decisão em 7 de Maio de 1817, porém, nunca devolveu o território a Portugal.¹¹²

Já o Brasil devolveu a Guiana à França, que fora anexada ao país pelas forças luso-britânicas em 1809 em retaliação à invasão francesa em Portugal. *O Portuguez* foi da crítica à indiferença quanto a esta devolução, já que não afetaria as condições de penúria em que se encontravam Brasil e Portugal. A Corte deveria priorizar o povoamento do Brasil, o fim da corrupção, criação do policiamento e da instrução para os brasileiros.

Em meio às tratativas do Congresso de Viana e antes da criação do reino do Brasil, em setembro de 1814 Rocha Loureiro apresenta seu plano para o Brasil e América: a formação de um bloco federativo único unindo todo o continente. Entusiasmado com seu projeto, observa que ainda que nunca seja colocado em prática ou que pareça impraticável, “só o empreendê-lo faria grande honra, quanto mais o executá-lo [...]”. Acrescenta que se sentiria pago e contente caso o plano “fosse tido em conta de sonho de um bom cidadão.”¹¹³ Assim,

[...] desejáramos que dos nossos estados do Brasil, dos Unidos e dos que foram espanhóis se ordenasse uma federação compacta e unida, por maneira que todo o vasto continente da América parecesse uma só nação, como é um só território; todas as leis constitucionais e públicas fossem para a unidade estável daquele vasto continente; todas as ordenações particulares para a felicidade de todos os indivíduos americanos. Assim, a América por sua situação, natural independência do antigo continente, riqueza de produções (tão necessárias como repugnantes a aclimatarem-se na Europa) em breve viria dar leis a este nosso continente. (*O Portuguez*, 1814, vol. 1, nº 5, p. 425).

O jornalista reconhece que a política opressora europeia seria um grande entrave para a execução de seu projeto. Mais grave ainda é a falta de luzes, doutrina e desenvolvimento da América que não está preparada para tal empreendimento, mas que esses avanços podem ser obtidos com o tempo. Apesar das dificuldades iniciais, considera que

Já o primeiro passo está dado ao norte, e ao meio dia da América; não será maravilhoso que a geração futura veja de toda a América uma só nação. Se a união se conseguisse, a Casa de Bragança, em vez de um império oco e balofo, teria uma imensa força real e verdadeira além do Atlântico, que lhe valesse umas poucas vezes mais do que Portugal (o qual ainda assim podia conservar) teria finalmente o melhor quinhão no império do mundo. Mas... não era necessário para isso que o Brasil se confederasse com o resto da América, bastava que o governo Português não desperdiçasse os imensos recursos que o Brasil lhe oferece à mão; que em poucos anos se tornaria um império de grandeza colossal; porém, depois que o assento do

¹¹² A Espanha anexou Olivença pela imposição dos tratados de Badajoz de 6 de Junho e de Madrid de 29 de Setembro de 1801. Quando o Brasil invadiu a província da Cisplatina (Uruguai), em 1821, as negociações entre Portugal e Espanha foram interrompidas. Olivença está situada na província de Badajoz, possui 430 quilômetros quadrados e em 2012 contava com 12 mil habitantes.

¹¹³ *O Portuguez*, 1814, vol. 1, nº 5, pp. 424-425.

governo se mudou para o Brasil, só se tem lançado mão de meios pequenos e minuciosos e, pelo contrário, tem-se cometido erros capitais em administração. Assim, não é maravilha e espanto que o Brasil, em vez de prosperar, defínhe, chegue à ruína e perdição. (O Portuguez, 1814, vol. 1, nº 5, pp. 425-426).

Sacramentada a elevação, em maio de 1816 o jornalista reage de modo negativo à criação do Reino do Brasil e não vê utilidade e proveito do título para o país, mas pondera afirmativamente sobre a cláusula de *união* do Império luso-brasileiro constante na lei. Em oposição à criação do reino, argumenta que no continente Americano “há uma federação de pobres estados que não tem nome de reino e, contudo, vale reinos”. A partir do exemplo dos Estados Unidos, deixa em suspenso a importância do novo título brasileiro: “É o nome ou é o governo quem dá caráter aos povos?”¹¹⁴

Ainda na edição seguinte manifesta sua indiferença e parece favorável à nova condição, desejando êxito ao Brasil. Sua preocupação era que Portugal, uma monarquia de séculos, não perdesse o título de reino e fosse reduzida a mera colônia do Brasil.

Não é meu intento agora demorar-me com o novo título de Reino Unido, nem com a nova dignidade com que foram condecorados os Estados do Brasil (que lhes faça muito bom proveito) tudo isso reputo eu coisa tão insignificante [...] o ponto que essencialmente nos importa é que o antigo reino de Portugal não deixe de merecer o título de reino, que tem há tantos séculos, e que o novo reino do Brasil não seja só titular, mas antes suba a um grau de força e prosperidade, que seja igual à sua nova preeminência política e à sua capacidade territorial [...]. (O Portuguez, 1816, vol. 5, nº 26, p. 114).

Acrescenta, em agosto, que a iniciativa em si mesma é “indiferente ou nula”; será boa ou má dependendo das ações a serem tomadas na sequência.

Todavia, apesar da conservação do seu antigo título e da preeminência nominal, o nobilíssimo reino de Portugal, que foi o berço da monarquia e há pouco se restaurou por si, está posto no humilde, injurioso e incômodo estado de colônia! [...] V.M. não tem senão dois braços e quer abranger com eles os dois mundos! [...] pode-o fazer mas há mister V.M. [...] adquirir (o que não tenho por impossível) a mesma força da Grã-Bretanha; de outra sorte, receio que se venha a perder o tronco do nome Portugal. (O Portuguez, 1816, vol. 5, nº 28, p. 347).

Sua preocupação era menos de nomenclatura do reino e mais de ordem estrutural no sentido de fazer do Brasil um país desenvolvido. “[...] agricultura, povoação, comércio liberdade, luzes, formam a força moral de um estado. Em qual destes artigos poderá dizer-se que houve o Brasil aumento ou pode havê-lo por o seu novo título de reino?”¹¹⁵ O crescimento que ocorreria era o das despesas, observação que leva Rocha Loureiro a lastimar

¹¹⁴ O Portuguez, 1816, vol. 5, nº 25, p. 4.

¹¹⁵ O Portuguez, 1816, vol. 5, nº 25, p. 5.

a condecoração. Estimava que o título nem mesmo aguçaria a vaidade ou faria abrir os bolsos dos brasileiros para sustentar a nova estrutura.

Para além da nomenclatura, o novo título era a inscrição simbólica mais significativa para a independência que se encaminhava. “Não vejo eu em tal lei de *criação* e *união* outro fim [...] a não ser uma demonstração que faz o nosso Governo, de querer para sempre ou pelo menos por um longo tempo, fazer a sua corte no Rio de Janeiro.”¹¹⁶ Se fosse esse o caso, para o jornalista não era necessária a lei de “absoluta inutilidade”, pois ninguém pedia satisfações pela demora do retorno do príncipe e nem ele tinha obrigação de dar esclarecimentos. Critica a Câmara do Rio de Janeiro que, para marcar a data, propôs erigir uma estátua em homenagem a D. João, que não havia realizado nenhum grande feito em Portugal ou no Brasil, para merecê-la.

A efetiva união entre Brasil e Portugal estava ainda comprometida pela falta de implementação de várias questões, principalmente de natureza jurídica. Entre elas, liberdade de imprensa, melhorias nas condições dos escravos, fim do Tribunal da Inquisição; tolerância de todos os cultos; extinção de funções desnecessárias como juízes de fora, corregedores, provedores, desembargadores do Paço; reforma da legislação civil e criminal; elaboração do código marítimo e comercial genuinamente português já que a legislação utilizada era mera adaptação da de outros países europeus; legislação agrária. Aponta que foram instaladas muitas instituições no Brasil quando estas já deveriam ter sido extintas em Portugal, como o Desembargo do Paço. Muitas foram meramente criadas por já existirem em Portugal, mas sem a menor utilidade no contexto brasileiro. Sua proposição era de uma estrutura administrativa e jurídica mais enxuta no Brasil.

Todas essas questões passavam pela elaboração de uma constituição livre que colocaria o Brasil no centro do desenvolvimento do rico continente Americano, que ao norte já tinha um exemplo de prosperidade (Estados Unidos) e ao sul a agora ex-colônias espanholas começavam a experimentar o sabor da liberdade. Para promover essas reformas também eram necessários bons ministros e conselheiros, elementos que, conforme Rocha Loureiro, o rei não dispunha. Os que formavam o ministério no Brasil eram praticamente os mesmo de Portugal “[...] e se eles ali lhe foram de pouco ou nenhum proveito, acredita V.M.

¹¹⁶ O Portuguez, 1816, vol. 5, nº 25, p. 6.

que no Brasil se terão tornado melhores? [...] os homens mudam de terras, mas não mudam de costumes e natureza [...].”¹¹⁷

Sobre o caráter de *união* do Império constante na lei, analisa vários exemplos de monarcas e administradores públicos da história contemporânea europeia que buscam manter a união de suas possessões ou unidades administrativas por meio de leis ou resoluções e movidas apenas pelo egoísmo. Para ele, o sistema de união administrativa expõe sua própria fragilidade, pois vai “relaxando os vínculos entre o governo e os governados e virá por fim (o que Deus não permita) a soltar-se e romper-se, sem que mais possa soldar-se a sua união.”¹¹⁸

De acordo com Rocha Loureiro, o egoísmo predomina nas esferas pública e privada da Europa do século XIX: “não há motivos de honra, virtude ou opinião pública para determinar as ações dos empregados públicos; cada um deles refere tudo a si, julgando-se o centro do estado e nada crê dever aos seus semelhantes”. O mais notável, segundo ele, é que esse sistema da administração privada se estende aos governos que “têm se unido e dado as mãos contra os povos.”¹¹⁹ Porém, a *doce união* entre Brasil e Portugal não tem fundamento no egoísmo, mas vínculos na conformidade de pensamentos, no respeito, na mútua estimacão, na amizade, na honra e na virtude. Sua esperança é que a virtuosa união seja infinita e que não venha a morrer antes de Portugal ter uma constituição como a da Inglaterra, que seja extinta a liga dos Governos contras os povos, vingados os foros da natureza e acabada a raça infame dos mandões.

Aos poucos, começa a sentir os efeitos do novo cenário para Portugal, tanto no aspecto político quanto no econômico. Considera que estava cada vez mais insustentável a união do império, principalmente por que o Brasil passara a dar ordens à antiga metrópole. Em 1817, chega a prever a separação das duas nações.

[...] mais cedo ou mar tarde (o governo considere-o bem) Portugal tem de ser, por qualquer forma, separado, se o Brasil não muda de sistema. Dar a Portugal a preeminência de ser o primeiro nome da firma Reino Unido e o governo não residir ali, e Portugal estar na condição miserável de colônia, tudo isso implica absurda contradição. (O Portuguez, 1817, vol. 6. n° 35, p. 518).

¹¹⁷ O Portuguez, 1816, vol. 5, n° 28, p. 346.

¹¹⁸ O Portuguez, 1816, vol. 5, n° 25, p. 9.

¹¹⁹ O Portuguez, 1816, vol. 5, n° 25, p. 9.

Suspeita que o casamento de D. Pedro, arranjado com a casa real da Áustria, era uma aliança internacional como forma de manter a sujeição de Portugal, já que o governo não conseguia manter a união pelos meios cabíveis que era conceder constituição e liberdade.

No início de 1818, Rocha Loureiro retoma seu projeto. Manifesta sua ansiedade em ver o Brasil se transformar para adotar a constituição dos Estados Unidos, mas considera que essa mudança era impossível naquele momento em razão das diferenças de hábitos, leis, usos, costumes e educação entre os dois países. Mesmo com todos os obstáculos, avalia que era “cem vezes mais fácil” os brasileiros tornarem-se republicanos, quando deveriam se tornar “uma poderosa monarquia constitucional” que, “unida aos Estados Unidos por laços de liberdade comum e por relações de localidade, viesse com eles a influir dominante em todo o continente Americano e a opor uma barreira poderosa a todas as pretensões da Europa ambiciosa”.¹²⁰ Para ele, tratava-se de um projeto plenamente viável.

Não são nossos pensamentos nenhuns desvarios ou sonhos de imaginação febricitante: são planos de fácil execução quando se queira pôr mãos a obra e se tenha boa vontade de trabalhar. *Dai-me um ponto de apoio fora do globo* (dizia Arquimedes) *e eu moverei o mundo. Dai-nos ao Brasil* (dizemos nós) *uma livre constituição e esse Estado fará o que o atrevido Archimedes desejava.* (O Portuguez, 1818, vol. 7, nº 42, p. 1210).

Com a proximidade da coroação de D. João VI como rei em 6 de fevereiro de 1818, a expectativa, como de costume nestas ocasiões, era de que fossem concedidos títulos de nobreza. Rocha Loureiro via em tal ato, mais uma forma equivocada de manter unidos Brasil e Portugal. “Nós não podemos conceber os fins estúpidos dos conselhos do Rio, os quais supõem que podem unir Portugal, e ganhar a boa vontade do Brasil, dispensando às mãos cheias títulos vãos, honras e insígnias [...]”¹²¹

A criação do Brazil em reino, a trasladação da Corte para esse novo reino, os tratados insensatos que já depois disso havemos feito com os estrangeiros, a ruína e miséria cabal a qual tem chagado o nosso Portugal, as necessidades do novo reino, a informe legislação que ainda rege todos os nossos domínios, as luzes do século em que vivemos, os acontecimentos que pode a política Europa trazer consigo, tudo são razões que a altas vozes demandam da Corte do Rio reformas capitais e novo sistema de reger. [...] Em mui crítico estado morboso consideramos nós o novo reino unido; por isso, o Governo fará de barbeiro ignorante, se demora aplicar-lhe os remédios que convém; hoje ainda há tempo; amanhã talvez o não será. (O Portuguez, 1816, vol. 6. nº 32, p. 167).

Toda a conjuntura exposta no enunciado acima, o jornalista vê cada vez mais agravada ao longo dos anos. Ainda que reconheça como justa a elevação do Brasil a reino, entende que

¹²⁰ O Portuguez, 1818, vol. 7, nº 42, p. 1210.

¹²¹ O Portuguez, 1817, vol. 6. nº 35, p. 518.

ela seja a causa de toda a penúria de Portugal. Em 1820, poucos meses antes do regresso da Corte, sentencia que a miséria de seu país era resultado da criação do novo reino: “Não duvidamos confessar que todos os nossos males vem da justa emancipação do Brasil”.¹²²

e) A independência das colônias espanholas e o Império do Brasil

A elevação do Brasil a reino, a independência das colônias espanholas na América e a manutenção da união ou a separação entre Brasil e Portugal são questões intrinsecamente relacionadas na história destas nações e no discurso de Rocha Loureiro. A ebulição destes acontecimentos e seus imprevisíveis desdobramentos levam o jornalista a pregar a união entre Portugal e Espanha como o melhor caminho para evitar a total ruína lusitana e para que seu país não se curve à condição de colônia do Brasil. Por outro lado, esboça a formação do império brasileiro com a possessão das colônias espanholas na América.

Para Sérgio Buarque, a criação do reino do Brasil significou o reconhecimento de uma situação de fato e um ato político no sentido amplo. “Sentimento de tal ordem – que, além de assegurar a administração tranquila, permitia que se forjassem planos imperialistas na direção do Prata e mesmo se reavivassem sonhos de uma amplitude continental – havia de prender a Coroa ao Brasil, e o Brasil à Monarquia” (Buarque, 1986, p. 78).

A prisão e exílio da Família Real espanhola por Napoleão Bonaparte foi o ponto de partida para se conjecturar a formação de um império sul-americano liderado pelo Brasil, já que D. João VI e sua esposa Carlota Joaquina, filha e herdeira do rei da Espanha, estavam a salvo no Brasil da tirania napoleônica. Porém, de um lado Carlota Joaquina ambicionava formar o seu império com as colônias espanholas; de outro, D. João desejava constituir o império brasileiro incluindo a anexação das colônias pelo Brasil.

Baseado nos preceitos legais do casamento de D. João com Carlota Joaquina, já em 1808 Hipólito da Costa, em seu *Correio Braziliense*, conjecturou a apropriação das colônias pelo império português. Porém, condenou qualquer invasão, pois isto desviaria a atenção da principal vantagem de a Coroa estar no Brasil, que era reduzir o atraso e promover as melhorias necessárias ao país. Para o brasileiro, “o território do Brasil é tão vasto que toda

¹²² O Portuguez, 1820, vol. 10, nº 60, p. 452.

ideia de o aumentar é absurda.”¹²³ As prioridades eram aumentar a população e fomentar o comércio interno.

Seria com efeito para desejar, que os limites do Brasil se encerrassem, ao norte e ao sul, dentro dos grandes rios Amazonas e da Prata; porém, havendo os Estadistas da Corte do Rio de Janeiro deixado perder a ocasião favorável de obter este ponto por uma negociação, empreender agora tal objeto, por meio das armas, é medida de última imprudência. Nem as finanças do Brasil, nem o descontentamento interno causado pela má forma de Governo das províncias ou Capitânicas, nem a grande energia que é de esperar empreguem em tal guerra as colônias Espanholas, entusiasmadas com as suas ideias de liberdade, nem o perigo de que essas se comuniquem, em caso de guerra, aos Povos do Brasil; podem deixar de infundir grande temor de que o menor projeto de hostilidades contra a América Espanhola seja produtivo de males incalculáveis ao Brasil. (Correio Braziliense apud O Portuguez, 1820, vol. 10, nº 57, p. 221).

Inicialmente, Rocha Loureiro defende a tese de Hipólito da Costa, mas ao longo dos anos oscila entre manter a união Brasil-Portugal ou unir Portugal à Espanha. Foi o primeiro a propor a separação do império luso-brasileiro e a conjecturar a aproximação com a Espanha, apesar dos intensos e históricos conflitos entre os dois países.

O movimento de independência de Buenos Aires iniciou em maio de 1810 e da Banda Oriental (futuro Uruguai) em fevereiro de 1811. O processo só foi concluído em 19 de julho de 1816, após muitos conflitos armados, inclusive com tropas luso-brasileiras, e revezes diplomáticos.

A Espanha, aliada da França na invasão a Portugal em 1807, agora solicita auxílio português para combater os rebelados de seus domínios na América. Rocha Loureiro foi contra e considerou “precipitado e imprudente” qualquer intervenção luso-brasileira na região do Prata. Assim como Hipólito, defendeu que a Corte deveria priorizar o desenvolvimento do Brasil. O governo brasileiro, mesmo não reconhecendo o de Buenos Aires, não deveria hostilizá-lo. Pelo contrário, deveria estabelecer relações diplomáticas, mas ficar atento para que a ideia de independência daquelas províncias não contagiasses os brasileiros. Uma das medidas para evitar esse risco seria mudar o sistema militar de governo, colocando fim à tirania e ao despotismo dos capitães-gerais do Brasil.

Alheio aos protestos do jornalista, Portugal convoca seus soldados para a ação intervencionista. Cerca de 10 mil portugueses e espanhóis saíram de Cadiz (Espanha) para se reencontrarem em Santa Catarina e dali seguirem para a região de fronteira do Rio Grande do

¹²³ Correio Braziliense apud. O Portuguez, 1820, vol. 10, nº 57, p. 221.

Sul com as províncias do Prata, de onde partiriam para dominar Maldonado, Montevidéo e Buenos Aires. Rocha Loureiro ironiza a forma como o rei da Espanha, Fernando VII, pagaria Portugal pela ação: se apropriaria de terras de Portugal, assim como o rei Carlos IV invadiu Olivença após Portugal lutar a seu lado na guerra do Rossilhon.

Para o jornalista, duas razões principais moveram Portugal a intervir no processo de emancipação das colônias espanholas: promessas de ampliação do território nas fronteiras do Brasil e o receio de que a onda emancipacionista na América do Sul atingisse o Brasil, a mais rica das possessões portuguesas. Sobre tais promessas, pede que o governo lembre que na Guerra da Grande Aliança (1688-1697)¹²⁴ Áustria e Inglaterra prometeram o mesmo, mas Portugal ficou praticamente só no campo de batalha e nada recebeu em troca. Quanto as ideias de emancipação, que considerou de maior peso para a intervenção de Portugal, era natural que os brasileiros nutrissem esse desejo em razão das conquistas do passado. Esse desejo, acrescido da desigualdade dos direitos, dos privilégios e regalias da metrópole que não são comunicados às colônias, mais o exemplo dos vizinhos, poderiam estimular o Brasil à independência.

Apesar dos motivos que moviam o governo brasileiro, considera a interveção injusta, pois o governo inseria-se em um juízo que não lhe cabia, além de não dispor de recursos financeiros, homens e armas para enfrentar uma guerra. Isto só levaria os brasileiros a se indisporerem contra o governo “insensato” e assim promoverem sua independência. Um sintoma dessa insatisfação foi o elevado número de deserções de soldados luso-brasileiros que ocorreu na primeira expedição à região do Prata e que agora poderia se repetir. “Desertarão todos” se forem mandos pela segunda vez, principalmente se Buenos Aires lhe acenar “com tabaco, água ardente e alguns duros.”¹²⁵

Na eminência do conflito, em agosto de 1814 a Corte anistia todos os desertores e exige que se apresentem nas unidades militares em no máximo seis meses. Até os desertores que estavam presos foram libertados. Ainda assim, os 10 mil combatentes previstos são reduzidos a 7 mil por causa das deserções, notícia *O Portuguez* em fevereiro de 1815. As

¹²⁴ A Guerra da Grande Aliança, também conhecida como Guerra dos Nove Anos, teve início em 1688 com a Liga de Augsburg no combate ao avanço da França sobre a região do Reno. Em 1689 a Liga teve a adesão da Inglaterra de Guilherme III que temia o apoio francês a uma possível restauração de Jaime II ao trono inglês, do qual havia sido derrubado com a Revolução Gloriosa. A disputa entre Inglaterra e França também estendeu o conflito às colônias americanas.

¹²⁵ *O Portuguez*, 1815, vol. 2, nº 9, pp. 262-263.

deserções ocorreram já em Lisboa e na área do conflito foram ainda maiores. Os que foram à combate, “o fazem de má vontade”.¹²⁶

Em maio de 1816, *O Portuguez* volta a noticiar, reproduzindo notas do *Morning Chronicle*, a deserção de centenas de soldados luso-brasileiros, atraídos por Buenos Aires, com a oferta de terras, pesos duros e água-ardente, como antecipara Rocha Loureiro. Para ele, aquela era uma guerra sem causa para os portugueses, pois os independentes de Buenos Aires não lhes fizeram nenhum mal para serem combatidos, por isso a deserção. “[...] Esses independentes defendem a mesma causa que nós, em 1808, guerreamos; aqueles detestam o jugo de Fernando, como nós detestamos o jugo dos Franceses.” Aquela era uma causa do governo espanhol e não do português. “Se o governo Português, ao invés de romper com os seus vizinhos em América, rompesse com o seu vizinho na Europa,”¹²⁷ não haveria deserções, avalia. Insiste para que o governo não confie em suas tropas e nem que os independentes estejam enfraquecidos por causa dos revezes que haviam sofrido no Peru.

Portugal e Espanha eram exemplos de que, se o povo quisesse, por maiores que fossem os inimigos, poderiam tornar-se livres, referindo-se ao período em que ambas as nações estiveram sob jugo francês. Avalia que a “ambição, causa única da guerra, será a fonte de onde emana a ruína e destruição do Brasil”. Entende que até mesmo os ingleses tomarão partido dos independentes e Portugal só recolherá miséria, vergonha e confusão. Para sustentar sua tese sobre o posicionamento dos ingleses em favor da províncias latinas, reproduz mais duas notas do *Morning Chronicle* que sinalizam para esta direção.

Os Portugueses estão ansiosos por sacudir o nosso jugo (que é o nome que lhe dão) e, com grande alacridade de seus ombros despiriam a dívida de gratidão. Grandes esforços têm eles feito por anular o nosso tratado de comércio e nos excluir do Brasil. Seus desejos seriam que não comunicássemos com Portugal, agora feito colônia; mas não o podendo alcançar, pretenderam restringir-nos ao Rio de Janeiro. Qual seria o seu tom para conosco se eles pudessem tomar posse da margem oriental do Rio da Prata e monopolizar o comércio dos couros! Sua glória seria o fazer que, por este artigo, que é para nós de 1ª necessidade, deles fôssemos dependentes. A política e o ministério Português têm mudado depois que emigrou para a América; com a novo(sic) ordem de coisas, eles só se agarram ao novo mundo. (*Morning Chronicle* apud *O Portuguez*, 1816, vol. 5, nº 25, p. 60).

A gazeta inglesa avalia a atuação de Portugal no Prata como uma forma de prejudicar economicamente a Inglaterra. Para Rocha Loureiro, o discurso do *Morning Chronicle* é patriótico; nos dias atuais, tal discurso teria a conotação protecionista. Esta era a posição

¹²⁶ *O Portuguez*, 1815, vol. 2, nº 10, p. 355.

¹²⁷ *O Portuguez*, 1816, vol. 5, nº 25, p. 59.

corrente na maioria das gazetas inglesas e considerando a influência das mesmas junto à opinião pública e ao governo, Rocha Loureiro recomenda que o governo português a tome por “bom conselho para não romper e se empenhar numa guerra de que há de desistir por ordem de um gabinete estrangeiro, o que será grande fraqueza, desdoiro e covardia”¹²⁸

Ao final de 1816, outro artigo do *Morning Chronicle* motiva novas análises de *O Portuguez*. A gazeta inglesa defende que a Inglaterra tem direito de intervir na região, não o Brasil. Rocha Loureiro rebate que nem Brasil e nem Inglaterra possuem esse direito, pois Buenos Aires não agrediu ou ameaçou a nenhuma das nações.

A Espanha também não aceitou a mediação diplomática da Inglaterra no conflito. Em julho, as princesas portuguesas embarcam do Rio de Janeiro a Cadis para desposarem o rei Fernando VII e seu irmão. Ao final do ano, o *Morning Chronicle* supõe que aquela união era a verdadeira razão pela qual a Espanha não aceitou a ajuda inglesa, pois a retomada das colônias seria uma das condições para o pagamento dos dotes às esposas. Antevendo nessa união um prejuízo para a economia inglesa, o jornal questiona: “se isso viesse a efeito, que seria do nosso comércio ali?”¹²⁹

A notícia é reproduzida em *O Portuguez*, seguida de 21 páginas com diferentes abordagens e análises sobre a guerra. Reproduz alguns trechos dos pontos de vista já abordados anteriormente como a intervenção dos ingleses em favor dos independentes e impondo a retirada de Portugal do conflito, a injusta e precipitada intervenção luso-brasileira e as deserções. A Inglaterra não havia se pronunciado oficialmente sobre a invasão. Com base na gazeta inglesa e na oposição feita pelo embaixador inglês no Rio de Janeiro quando da primeira intervenção, o jornalista tece longa argumentação de que o governo português era humilhado pelos ingleses que impediam a nova intervenção.

Até o final de 1816, o governo não havia decidido invadir Buenos Aires, o que traz um certo alento para Rocha Loureiro. O Brasil não se amedronta com as pressões inglesas mas, para o jornalista, estas pressões amenizaram os ânimos luso-brasileiros. Porém, o clima de guerra está no ar e o povo de Buenos Aires “detesta cordialmente a sujeição ao Brasil” e “a

¹²⁸ *O Portuguez*, 1816, vol. 5, nº 25, p. 62.

¹²⁹ *Morning Chronicle* apud *O Portuguez*, 1816, vol. 5, nº 29, p. 465.

conquista será mui trabalhosa, ainda que os Independentes sejam deixados só às suas forças; porém, será impossível se com eles fizerem causa comum os Ingleses, como é de receiar.”¹³⁰

O Congresso argentino, em 3 de janeiro de 1817, determina que não se declarasse guerra a Portugal. Para Rocha Loureiro, isto significava que as províncias do Prata estavam tão desejosas de declarar guerra ao Brasil que era necessário contê-las para não precipitar os fatos. A Argentina estava envolvida na conquista do Peru e se não a priorizasse, para o jornalista, seria inevitável que declarasse guerra ao Brasil.

Que miséria e perdição virá ao Brasil com essa guerra [...]. Não já os bandos de Artigas indisciplinados que os nossos terão por contrários em campanha; serão os companheiros de San Martin, que o Chile conquistaram em 19 dias e ao lado destes pelejarão os antigos ódios nacionais engrossados por as injúrias recentes, e as luzes, e os talentos, e a liberdade da nova república triunfante de seus inimigos (O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 38, p. 835).

Em 19 de julho de 1816, o Congresso das Províncias Unidas, realizado em São Miguel de Tucuman, declarou a independência das províncias do Prata. O *Ato da Independência* foi publicado em *O Portuguez* no início de 1817 juntamente com a reprodução da proclamação do governo de Buenos Aires, publicada no *Morning Chronicle* em outubro de 1816, alertando e convocando a população para fazer frente à invasão portuguesa. Os dois documentos foram complementados com novas análises do jornalista. Para ele, uma guerra só seria justa e de direito em caso de “reparação de agravos e danos e também para evitar que seja destruída a sua independência.”¹³¹

Uma das alegações oficiais para a intervenção luso-brasileira no Prata, era que o general Manuel Francisco Artigas, se retirou de Buenos Aires para combater em Montevideo e representava uma ameaça para o Brasil. Rocha Loureiro reage e acentua:

Que Artigas seja rebelde a Buenos Aires e alevantado em Montevideo; que Valles faça o mesmo; que se unam; que se desunam, isso dá ao Governo do Brasil tanto direito para se meter com isso, como o tem para se importar com as revoluções que todos os dias fazem os Janissaros de Constantinopla. É boa! Não poderá cada um governar em sua casa como lhe parecer? (O Portuguez, 1816, vol. 6, nº 32, p. 206).

Embora defendesse a não intervenção e o direito de atuação de Artigas em seu país, o jornalista não deixou de fazer duras críticas ao general, e apontar a verdadeira causa da intervenção: ambição.

¹³⁰ O Portuguez, 1816, vol. 6, nº 31, p. 56.

¹³¹ O Portuguez, 1816, vol. 6, nº 32, p. 206.

Enfim, esse Artigas, esse contrabandista, esse alevantado, esse tirano (nome, com que o honram) é o estribilho da cantiga e a causa da guerra que pretexta o Governo do Brasil. Porém, ambição (razão da mór(sic) parte das guerras) é a causa verdadeira. (O Portuguez, 1816, vol. 6, nº 32, p. 207).

Por meio de duas proclamações assinadas pelo general português Carlos Frederico Lecor e uma pelo marquês de Alegrete, governador da capitania de São Pedro do Rio Grande (Rio Grande do Sul), em dezembro de 1816 o Brasil declara guerra a Montevideo. Lecor justifica que os insultos dirigidos por Artigas aos cidadãos de Montevideo e do Rio Grande, a proibição de comunicação na região de fronteira e o deslocamento das suas tropas para o rio Pardo, provam que Artigas é uma ameaça para ambos os povos e por isso a necessidade da posse de Montevideo.

Ao estilo de Junot quando invadiu Lisboa em 1807, o general português anuncia que “não vem para conquistar, nem para destruir [...] propriedade”. Pelo contrário, o objetivo é “sujeitar o inimigo”, livrar o povo da “opressão”, restabelecer a “tranquilidade” e por fim “às extraordinárias contribuições” impostas por Artigas. Ressalta que todos serão tratados “com amor, exceto aqueles que daqui em diante tentarem perturbar o sossego público.”¹³² A proclamação do governador anuncia a chegada das tropas luso-brasileiras e também promete expulsar e punir o inimigo, além de proteger a população local.

Para Rocha Loureiro, tratava-se de “pobríssimos documentos” e “subterfúgios miseráveis”, que não expunham o real motivo da invasão: a ambição, e não Artigas. O governo português havia iniciado uma guerra sem declaração de motivos. Ao invés do general, a Corte é que deveria fazer tais proclamações e com razões justificadas, se é que elas fossem possíveis. Assim, era preciso “fazer justiça ao caráter público de Artigas” que tem se mostrado “concorde e conseqüente em seu proceder” e que tem sido, “infelizmente, muito caluniado [...]”. Artigas, que no início da revolta das províncias fora aliciado pela Corte de Madri e designado como general, não se utilizou dessas prerrogativas e, ao se retirar de Buenos Aires, invés de fugir para o Brasil, como alguns líderes rebelados, foi combater em Montevideo. Assinala ainda que Artigas se mostra um conciliador “todas as vezes que ele viu o governo da capital inclinado para a verdadeira liberdade constitucional.”¹³³

Na edição seguinte, é publicada uma proclamação do governo de Buenos Aires, de agosto de 1816, o qual lamenta que alguns expatriados das províncias do Prata têm recorrido à

¹³² O Portuguez, 1817, vol 6, nº 33, pp. 322-323.

¹³³ O Portuguez, 1817, vol 6, nº 33, pp. 324-327.

Corte brasileira para solicitar a intervenção em Buenos Aires; mesma solicitação também dirigida ao governo inglês por meio do lord Beresford. Rocha Loureiro refere-se ao episódio com a ação de “uns poucos miseráveis trãnsfugas que fugiram para o Rio, e com intrigas alcançaram umas poucas assinaturas de alguns descontentes [...] pedindo o auxílio do Brasil contra Artigas.” Artigas não ostentava títulos nobres ou militares e isso o qualificava como “um repúblico nada ambicioso” que buscava unir-se a Buenos Aires quando ali houvesse a “verdadeira liberdade.”¹³⁴

Os primeiros combates ocorridos a partir de outubro de 1816, só passaram a ser relatados pelo jornal em março do ano seguinte, que procurou mostrar os avanços e perdas de ambos os lados, utilizando-se da reprodução de gazetas de Buenos Aires, da *Gazeta do Rio de Janeiro* e documentos militares brasileiros. A expectativa era se Buenos Aires tomaria partido em favor do Brasil ou de Montevideo. Também corria nas gazetas inglesas notícias não confirmadas de que o governo espanhol solicitara ajuda ao inglês para atuar como mediador com o Brasil. Para o jornalista, esse fato poderia desencadear uma nova guerra na Europa a partir de Portugal e Espanha. Fosse qual fosse o resultado destas questões, e mesmo vencendo o conflito com Montevideo, a invasão era “injusta” e não era de território que o Brasil precisava, mas de “povoação, liberdade, economia, governo e constituição”.¹³⁵

No *Memorial* de maio de 1817, quando as tropas se encontravam em pleno campo de batalha em Montevideo, Rocha Loureiro dirige-se a D. João:

V. M. tem colônias na Europa, Ásia e África, as quais podem ser conquistadas logo que forem invadidas. O seu novo reino do Brasil [...] está caindo aos pedaços; nenhuma parte dele tem forças que possam resistir aos inimigos estrangeiros ou domésticos; em qualquer parte um regimento pode fazer uma revolução e o espírito público, que não é favorável ao governo, bem longe de a atalhar, há de favorecê-la. (O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 37, p. 703).

A ocupação de Montevideo foi qualificada como pobre e infelicíssima conquista. Uma conquista “mui barata”, mas que “mui cara nos deve ela por fim custar.”¹³⁶ Apesar da vitória, os combatentes brasileiros e a povoação local sofriam os horrores da fome e da miséria isolados pelos homens de Artigas.

A formação de um império sul-americano era pauta na imprensa inglesa. O *Morning Chronicle*, que sempre se posicionara contra o projeto português, no final de 1818, após a

¹³⁴ O Portuguez, 1817, vol 6, nº 34, pp. 370-371.

¹³⁵ O Portuguez, 1817, vol. 6, nº 35, p. 503.

¹³⁶ O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 38, p. 834.

derrota de Artigas, passou a enaltecer os portugueses que se esmeravam em conquistar a simpatia dos habitantes locais e pela sua “perfeita harmonia” com o governo de Buenos Aires.

A verdade é [...] que o Gabinete do Brasil não cuida senão em os interesses do Sul d’América, sendo o desejo do Rei o fundar um grande Império no ocidente, empregando para esse fim todos os seus esforços e energia. Qualquer que seja o estado atual de pacificação na Europa, devemos confessar que ele tem adotado um judicioso plano; visto que tem lugar para dilatar e engrandecer os seus novos domínios, libertados com o abandono das suas antigas conexões (Morning Chronicle apud O Portuguez, 1818, vol. 8, nº 47, p. 390).

Rocha Loureiro concorda que o plano de expansão portuguesa na América está em curso, mas o considera inviável em razão da má administração do governo brasileiro que “vive à maneira das baratas: só de ruína e destruição”. Nas duas últimas linhas do enunciado acima, o *Morning Chronicle* refere-se ao fato de as colônias espanholas terem perdido conexão com a sua antiga metrópole (Madri). Porém, intencionalmente ou não, Rocha Loureiro cita e interpreta a frase de modo invertido – *de que o governo do Rio se julga desatado de suas antigas conexões* [reino de Portugal] – para tecer mais críticas: “[...] o governo carioca, incapaz de atender aos interesses de Portugal, e conhecendo bem que este reino lhe há de, mais tarde ou mais cedo, escapar das mãos, só cuida em o desfrutar, como temporário senhorio [...]”¹³⁷

f) União/separação de Brasil e Portugal

As ações do governo no Brasil tornam cada vez mais crítica a situação de Portugal e levam Rocha Loureiro a considerar cada vez mais tênue a linha entre união ou separação do reino luso-brasileiro. A elevação do Brasil a reino, em 1815, foi a gota d’água neste processo e no ano seguinte o jornalista começa a esboçar seu sentimento de separação. Em maio de 1817, assumindo a posição de colônia a qual Portugal se via submetido, vislumbra que não será o Brasil a tornar-se independente de Portugal, mas Portugal é que tornar-se-á independente do Brasil, caso o governo insista em manter o antigo sistema de regência. Na sua proposição, a qual denomina de “conjecturas ao vento”, Portugal agora já não ficaria subordinada ao Brasil e nem à Espanha.

Não se tenha por impossível que tenha meios Portugal, se o quiser, de se tornar independente. [...] Em verdade, em nenhum tempo se mostrou ocasião tão propícia aos Portugueses para mudarem seu governo, se o quiserem, como agora; e que o desejem e que o ponham por obra, coisa é essa muito de recear [...]; por isso aconselho a V. M. que tire ao povo português esse desejo, mudando o antigo sistema

¹³⁷ O Portuguez, 1818, vol. 8, nº 47, p. 393.

e governando-o a seu jeito [...]. Às grandes nações nenhuma conta fará tirar Portugal ao Brasil para o dar à Espanha; porém, faz lhe boa conta o separado da Espanha e do Brasil (O Portuguez, 1817, vol. 7. n° 37, p. 705).

Embora considere que o povo fosse leal e fiel ao governo, adverte que se “os capatazes da santa aliança” desejarem mudá-lo, o povo não defenderá o trono. Como forma de legitimar sua conjectura no cenário internacional, assinala que até mesmo as grandes nações europeias não se oporiam a esta separação, pois estas já perceberam que o Brasil, se bem governado e alcançando a grandeza que lhe cabe, “pode vir a dar leis a Europa, mormente tendo um pé em Portugal que lhe sirva de escala de comércio, telégrafo de luzes e de indústria”. Para o jornalista, um exemplo bem sucedido dessa interferência da América na Europa eram os Estados Unidos que começavam a se impor ao Velho Mundo mesmo sem ter um só ancoradouro naquele continente e apesar de ser um “pobre território que mal se pode comparar ao Brasil.”¹³⁸

Meses depois, em novembro, formula vários questionamentos nos quais sintetiza os problemas enfrentados por Portugal, imputando-os à responsabilidade do governo brasileiro:

Quem houve e dissipou os socorros que nas capitâneas do Brasil se juntaram para se mandarem a Portugal, que ardia em guerra, sem aí chegar uma pataca? Quem retirou de Portugal todos os rendimentos das Casas Reais durante a guerra e os está ainda agora tirando em meio da cabal miséria do reino? Quem lhe deu os atuais Governadores (que por si só valem as doze pragas do Egito), um regulamento de milícias que põem o selo à ruína da agricultura e do comércio, um Marechal estrangeiro em tempo de paz com carta e provimento igual ao de vice-Rei? Quem arrancou de Portugal os braços de seus melhores defensores? Que mete Portugal em despesas de onde nenhum proveito lhe vem, e lhe impõe tributos que ele não pode pagar? O governo do Brasil, o governo do Brasil. (O Portuguez, 1817, vol. 8, n° 43, p. 13).

Diante deste dramático cenário, aponta que não vê uma só medida prática “que denote o desejo que tenha o Brasil de conservar e favorecer a Portugal [...]: a verdade é que se há feito quanto se há podido por o acabar e destruir.” A se manter essa linha de “sangrar a Portugal até que este não verta mais sangue [...]”, o país mal poderá seguir a política brasileira e em pouco tempo “seguirá a europeia, unido à sorte da Espanha, livre ou escravo com ela, e com ela, no último caso, movido por o impulso de quem dominar a Europa”.¹³⁹

Uma das preocupações do jornalista era o fato de Portugal, nos últimos anos, estar à mercê da intervenção estrangeira. Primeiro pela França durante as invasões, e agora pelo

¹³⁸ O Portuguez, 1817, vol. 7, n° 7, p. 706.

¹³⁹ O Portuguez, 1817, vol. 8, n° 43, pp. 13-16.

Brasil e Inglaterra que passam a ditar normas ao país a partir da Corte instalada no Rio de Janeiro e do marechal inglês Beresford que administra Portugal na ausência do rei. Outro aspecto é a expressiva redução da população portuguesa por causa das milhares de baixas na resistência contra os franceses e pelo envio milhares de soldados ao Brasil. Essa fragilidade demográfica facilitaria a invasão de Portugal por qualquer outro país. Por isso, a necessidade de se aproximar da Espanha.

“O Brasil [...] mal pode esta unido a Portugal, senão com os vínculos morais que possam ligar dois povos, liberdade e interesses comuns, mas parece que esses laços, como cingidouros, tão em ódio estão para o governo como aventais de Pedreiros livres; e por isso, espere ele de ver entre Portugal e Brasil tanta harmonia e união como a pode haver entre luz e trevas”. (O Portuguez, 1817, vol. 8, nº 43, p.16).

A união com a Espanha tinha seus obstáculos. Os dois países tinham um histórico secular de guerras entre si, muitas delas vencidas pelos portugueses. O último destes conflitos estava muito vivo na memória dos portugueses, quando a Espanha se aliou à França na invasão de 1807. Pelo Tratado de Fontainebleau, firmado secretamente entre as duas nações em 27 de outubro de 1807, após a invasão de Portugal seu território seria dividido entre França e Espanha. Outro problema, agora de ordem interna a Espanha, era que o país estava sob o governo do despótico Fernando VII, tantas vezes denegrido por Rocha Loureiro como a “cabeça de onde vem todo o mal.” Ainda assim, o jornalista não exitou em apresentar sua proposição de união e argumentar contra estes obstáculos para persuadir o leitor em torno de sua causa.

Durante sessenta anos, entre 1580 e 1640, Portugal esteve sob domínio espanhol no regime de monarquia dualista da dinastia Filipina. Somente após 28 anos (1640 a 1668) de muitos conflitos – as chamadas Guerras da Restauração – Portugal conquistou sua independência. Estes conflitos iniciaram com a conspiração de 1º de dezembro de 1640 que decretou a independência de Portugal e levou a Casa de Bragança ao trono do país. Porém, após muitas batalhas, a Espanha só a reconheceu em 1668 com o tratado de paz assinado já no reinado de D. Afonso VI (1656 a 1683) e regência do infante D. Pedro (1667 a 1683) – futuro rei D. Pedro II (1683 a 1706), o terceiro da dinastia Bragança.

Como então defender a união com a Espanha após esse histórico? Ao retomar o tema da unificação no início de 1818, e de forma mais veemente, Rocha Loureiro argumenta que a primeira condição é a Espanha estar livre do governo despótico. Incisivo, para ele a união representaria para Portugal a escolha entre ser livre ou permanecer escravo do Brasil. Elenca

uma série de perguntas que buscam induzir o leitor a considerar que não há outra saída para Portugal a não ser aceitar a união com a Espanha.

Se a Espanha chega a se libertar da tirania, como quererá Portugal, ou como poderá não se lhe unir? Que escolha pode haver entre ser livre e ser escravo? Qual é melhor, formar a cauda de um Leão ou ser o segmento de um miserável Polypo? Ser uma grande nação ou pertencer a uma corte miserável? Ser colônia ou ser metrópole? (O Portuguez, 1818, vol. 8, nº 45, p. 200).

Na defesa de sua proposição, chega a lastimar os triunfos de Portugal nos conflitos contra a Espanha, “em guerra civil a povos que a natureza fez nossos irmãos”, mas que esta glória não ficará esquecida no passado e “nem receberá mancha por união pacífica de interesses e vontades”. Essa nova união seria fundamentada na reciprocidade de liberdades na qual “[...] os Espanhóis governam os Portugueses, como que são a estes sujeitos; não haverá mais que um Soberano comum – a liberdade constitucional.” Acrescenta que se houver repressão aos portugueses como ocorreu na monarquia dualista, “então melhor nos vale sofrer a nossa.”¹⁴⁰

Sobre a perda do Brasil por parte de Portugal, assegura que o Brasil é que perde o usufruto de Portugal, já que do Brasil não vem recursos nem obras para Portugal. Pelo contrário, o Brasil é que carrega para si todos os recursos lusitanos. “Como então podemos nós perder o Brasil que há muito está perdido para nós?”¹⁴¹ O majestoso cenário que até então se via do império luso-brasileiro é deslocado agora para o império luso-espânico.

Una-se toda a Península sob a pedra fundamental da constituição e verão os séculos um império imenso, muito mais forte do que podia ser em tempo do fabuloso Girão [...] então, escusadas são conquistas e colônias; e todavia, se ambição tivermos, conquistas e colônias podemos haver nestas partes que já foram nossas ou que hoje são cabeça do nosso estado e das quais somos colônia. (O Portuguez, 1818, vol. 8, nº 45. p. 201).

Embora expresse, num primeiro momento, que Portugal e Espanha são autossuficientes e rejeitariam a busca por futuros domínios, não descarta nem mesmo a possibilidade de os dois países – *se ambição tivermos* – promoverem anexações, inclusive a retomada das agora ex-colônias espanholas na América – *que já foram nossas* – e do Brasil – *cabeça do nosso estado e das quais somos colônias*. A ambição que ele tanto condenara quando o Brasil se apossou das colônias espanholas são agora apresentadas como justificativa para Espanha e Portugal intervirem no Brasil e estas mesmas colônias. Note-se que o autor se utiliza de verbos (*tivermos; foram; somos*) e pronomes (*nossas; nosso*) na primeira pessoa do

¹⁴⁰ O Portuguez, 1818, vol. 8, nº 45. p. 201.

¹⁴¹ O Portuguez, 1818, vol. 8, nº 45. p. 201.

plural, como recurso linguístico a dar mais intensidade à sua proposição ao criar no leitor o sentido de pertença, de que o leitor está inserido no contexto de que Portugal e Espanha já fazem parte de um mesmo reino. Em outras palavras, procurar criar no leitor elementos de identidade, de identificação e de pertencimento à nação espanhola. Elementos esses de forte poder persuasivo.

Seguindo a linha persuasiva de seu discurso, nega qualquer possibilidade de manterem-se unidos Brasil e Portugal. Ainda que houvesse boa vontade da Corte no Rio de Janeiro para com Portugal, as iniciativas já tomadas como a elevação do Brasil a reino, não podem mais devolver a seu país as condições de que dispunha anteriormente. Tudo que do Brasil viesse seria pouco se comparado com o que resultaria a união com a Espanha. Em um país ainda amedrontado pelas ameaças de invasões, argumenta que a distância entre Brasil e Portugal impede até mesmo o auxílio da jovem nação caso Portugal necessite de defesa em situação de conflitos.

[...] ainda que o nosso governo quisesse favorecer o nosso Portugal, como seu filho mais velho, impossível seria que Portugal fosse próspero, livre e independente como antes; pois a mudança da Corte para o Brasil, a criação deste em reino, a *incontiguidade* dos dois estados e muitas outras coisas tolhem que possa Portugal vir a ser como algum dia; e por isso, quaisquer vantagens que lhe do Brasil possam vir, seriam coisa pouca em comparação de à Espanha livre nos unirmos. Quando Portugal seja invadido, com pode ele, pertencendo ao Brasil, ser do Brasil socorrido? Agora quando ele, vinculado com a Espanha, forme uma das primeiras nações do mundo, quem o ousará invadir sem que se recolha com as mãos na cabeça, punida a temeridade? (O Portuguez, 1818, vol. 8, nº 45. p. 202).

Dizendo-se já sem paciência para relatar tantos erros do governo, no *Memorial* de setembro de 1819, apela no sentido de que se o príncipe não socorrer os portugueses por “piedade” ou por “obrigação”, então que o faça por “o próprio interesse de sua coroa que está arriscada a se ver descravar a primeira e mais preciosa de suas gemas”. Reforça que em razão dos desmandos em que se encontra Portugal, “não pode durar no mesmo senhorio de Rei fraco e desleixado por o cetro do qual tem chegado aos últimos paroxismos”. Em tom desafiador sobre os riscos de o rei perder o trono, pergunta: “Se V.M., ao que parece, tem mais terras do que pode e do que sabe governar, acaso não receia que lhas tirem e as deem a quem melhor saiba cuidar delas?”¹⁴²

¹⁴² O Portuguez, 1819, vol. 9, nº 54, p. 501.

Argumenta que a ocupação francesa resultou em duas grandes mudanças: a perda do rei de Portugal e a criação do reino do Brasil. Com isso, Portugal se vê na condição de colônia usurpado agora pelos governos brasileiro e inglês. Não culpa o Brasil, mas o governo brasileiro pela má administração de Portugal. Reitera que para conservar a união do reino, são necessários dois elementos fundamentais: o rei precisa, de fato, promover a união entre Brasil e Portugal e dar uma constituição livre para Portugal.

O Brasil também lucraria com esse enlace, pois concentraria seus negócios em uma única nação ao invés de tratados vacilantes e inseguros com outras nações. Uma constituição livre, porém, ainda não poderia ser dada ao Brasil que possui povos mal preparados para recebê-la. Para Rocha Loureiro, para promover essa preparação bastaria ao Brasil um governo de luzes para providenciar algumas reformas nos antigos abusos da educação.

Em uma de suas cartas a Orestes, no início de 1820, encontra-se, possivelmente, o discurso mais ácido no qual aponta que o governo do Brasil é o único culpado por Portugal estar na condição de “o mais sáfaro e miserável país da terra” volta a defender a união com a Espanha. Mesmo considerando os revezes sofridos durante os 60 anos que Portugal esteve sob jugo espanhol, o jornalista em sua “consciência e opinião de juízo” considera que “mais nos valia a união com a nossa vizinha Castela [Espanha] nesses mesmos tempos calamitosos, do que nos pode servir a do Brasil, tão distante, e que só nos pode unir por via de ficções jurídicas e metafísicas.”¹⁴³

Exaltando o período da monarquia dualista, declara: “Eu não sei que outro fosse o sistema de Castela que ela usou com Portugal quanto estiveram unidas as duas Coroas e por o qual nos descartamos nós da governança dos Felipes e cortamos o nó da fantástica união.”¹⁴⁴

O Campeão Português havia publicado um texto do padre Antônio Vieira (1608-1697) que apontava as perdas e as provações sofridas por Portugal quando esteve sob o domínio espanhol. Rocha Loureiro aproveitou a ideia e, utilizando-se de trechos do mesmo texto de Vieira, intercalou suas comparações sobre as condições que o Brasil havia deixado Portugal. Lembra que a Corte levou para o Rio de Janeiro os portugueses ricos, os soldados, o dinheiro dos cofres públicos, as armadas de Lisboa que estavam apodrecendo no Brasil, além de promover a insensata abertura dos portos brasileiros e os infaustos tratados de 1810.

¹⁴³ O Portuguez, 1820, vol. 10, nº 56, pp. 112-122.

¹⁴⁴ O Portuguez, 1820, vol. 10, nº 56, p. 123.

Reconhece que o Brasil não envolveu Portugal em guerras contra outras nações como fez Castela nos conflitos contra a Inglaterra e a Holanda, porém, o Brasil declarou guerra a Portugal fazendo alianças, pazes e tratados com outras nações. Ele não vê relevância na diferença das causas que moveram Castela e Brasil, pois os efeitos foram os mesmos.

Nem devem aqui esquecer as outras máquinas infernais com que tolhe o Governo Brasileiro que prospere Portugal, como são os desfavor aos produtos da indústria dele quando os não faz exclusivos no Brasil (como podia fazer ao vinho) quando os sobrecarrega de tributos que afugentam Estrangeiros (como é o caso com o sal) quando põe estorvos a comércio e navegação (furtando navios a seus vassalos e desencaminhando marinheiros, negando passaportes, impondo propinas e esportulas inúteis e injustas, demorando saídas, ordenando Capelões a navios, etc.) enfim, quando deixa de fazer de Lisboa um porto franco e despreza o fazer dele um empório e escala principal do comércio do Mundo, segundo já o foi e está em sua natureza e vi-lo a ser quando a do Governo se mudar. (O Portuguez, 1819, vol. 10, nº 55, pp. 118-119).

Em suas considerações e paralelos sobre os períodos do jugo espanhol e depois brasileiro, conclui:

Não quero eu aqui disfarçar os males que dos Castelhanos nos vieram quando nos eles dominaram, porém, quisera que se entendesse e visse claro, que o Brasil não tem ficado atrás dos Espanhóis no desfavorecer, maltratar e afligir a Portugal; antes, pelo contrário, nessa obra ruim há levado muita dianteira aos intrusos de 1580; por que ao Governo do Rio restauramos nós com muito amor e com mil desperdícios de fazenda e rios caudais de nosso sangue, por onde nos vinha direito de bom agradecimento. Porém, dos Castelhanos nunca nós o devíamos esperar por os haveremos obrigado a tomar posse de Portugal com as armas na mão e nunca bem nos haverem conquistado o ânimo e coração de Portugueses [...]. Mas essa é hoje a feição com que os Governos legítimos pagam os serviços dos Povos, a estes quanto mais obrigados, tanto menos reconhecidos [...]. (O Portuguez, 1820, vol. 10, nº 56, p. 123)

A notícia, em meados de 1820, que de viria a constituição do Brasil para Portugal, provocou outra forte reação de Rocha Loureiro levando-o, mais uma vez, a questionar a união entre os dois países. “Não vem Constituição; vem um emplasto ou remendo mui mal editado com que se lhe quer curar sua enfermidade (incurável por tal remédio) e que se julga capaz de tapar todos os buracos ao nosso pobre Reino, que está todo roto como se fora um crivo.”¹⁴⁵ Além de questionar a validade e o conteúdo da carta magna, a ridiculariza como um instrumento falho do governo a querer promover a união luso-brasileira. Tratava-se apenas estratégias para consolidar a permanência do príncipe no Brasil.

Em verdade, mui ridicularmente engenhoso é este nosso Governo em suas obras de palanfrório! Na estupidez de seus conselhos concebeu um plano de unir Portugal com o Brasil, a despeito de todos os mares com que Deus os separou, e logo pôs mãos a obra de um Decreto de união, ficando com elas atadas, sem estabelecer os

¹⁴⁵ O Portuguez, 1820, vol. 11, nº 61, p. 14.

vínculo morais com que só se podiam unir longes terras, de tão vária qualidade e natureza! (O Portugez, 1820, vol. 11, nº 61, p. 18).

Instaurada a Revolução do Porto em 1820 e proclamada a junta do governo liberal, Rocha Loureiro muda sua posição quanto à união com a Espanha, mas com certa ambiguidade em seu posicionamento.

[...] sempre tivemos opinião de que mais proveito dava a Portugal o estar com Espanha unido (quando Espanha fosse livre) que com o Brasil; e ainda agora ficamos nessa opinião de teoria. Contudo, não queremos dizer com isso, que por qualquer modo que se essa união fizesse, seria de mais proveito do que unir-se Portugal ao Brasil pelo modo melhor que poder ser: não. Longe esteve sempre de nós tal pensamento. Suponha-se que não queria isso Portugal muito de sua vontade e só à força podia fazer-se a união com Espanha; suponha-se esta embaraçada com mil dificuldades interiores e nas colônias e mui debilitada de forças para a nós e a si proteger: nesse caso, a ela e a nós viria da união mais dano que proveito. (O Portugez, 1820, vol. 11, nº 63, pp. 248-249).

Avalia a união Brasil-Portugal como difícil, mas não impossível. A dificuldade maior estava nos erros do governo quando de sua estadia no Brasil, período no qual “em nada trabalhou com tanto cuidado como em desunir os dois reinos entre si, e depois, com a mais estúpida e ruínosa administração que há visto no mundo, descarregar entre ambos divididos o último golpe de ruína”. Cita que em seus *Memorais* sempre aconselhou o rei a promover essa união com base nos princípios morais e que a aproximação com a Espanha seria a alternativa a abraçar somente se o rei não promovesse a união luso-brasileira. Em conclusão, aceita a união, mas demonstra certo ceticismo: “sejamos e fiquemos unidos com o Brasil do melhor modo que pode ser; porém, o como isso se fará com proveito e a contentamento e a satisfação de ambas as partes, confessamos que é empresa mui difícil [...]”¹⁴⁶

A dificuldade a que também se refere é ao fato de o Brasil ter recebido as prerrogativas e atributos de reino – “sem nenhuma das qualificações para o ser” – mas que agora não abriria mão desses privilégios e voltar a se sujeitar às leis e à Constituição portuguesas. Em tom profético, questiona: com a imposição dessas novas normativas legais ao Brasil, “acabada seria por isso a união com Portugal?”¹⁴⁷ E assim o foi. As imposições do governo liberal que assumiu após Revolução Liberal do Porto foram a gota d’água que resultou na independência do Brasil em setembro de 1822.

¹⁴⁶ O Portugez, 1820, vol. 11, nº 63, pp. 249-250.

¹⁴⁷ O Portugez, 1820, vol. 11, nº 63, p. 250.

A união ou separação entre Brasil e Portugal voltou às páginas de *O Portuguez* em fevereiro de 1821 quando publicou a análise do inglês Jeremias Bentham. Estava em pauta os primeiros debates sobre a constituição liberal portuguesa que seria elaborada. O memorial do jurista com mais de 50 anos de experiência em estudos constitucionais é anterior à discussão sobre a constituição, e sugeria que o país adotasse a constituição espanhola como modelo e propunha uma aliança entre Portugal e Espanha. Rocha Loureiro enaltece o autor e seu texto, mas discorda em alguns pontos. Concorda que os dois países “têm perigos e interesses comuns”, mas indica que esta aproximação seria por meio de um tratado comercial “fundado em princípios liberais por o qual se comuniquem os dois Povos e se comutem as riquezas de ambos os Mundos”; e por outro tratado de aliança defensiva para acautelar os tais “perigos comuns.”¹⁴⁸

Entende como imprescindível a união com o Brasil, pois Portugal por si só não pode existir independente, mas essa união precisa ter o lastro de uma constituição que contemple os dois países, tarefa que reconhece como difícil, mas não impossível.

O nosso rei, Constitucional na Europa, despótico na América, seria um Jano de duas caras que nunca fecharia as portas do seu templo e nunca nos daria paz. O Brasil, governado despoticamente, de nada serviria a Portugal, antes lhe seria, como nos últimos anos o tem sido, ocasião de nossa fraqueza e perpétuo pesadelo às costas dos Portugueses. Não seria perpétuo por que se no Brasil continuasse o bestial governo, com que os ministros o afligem (e quem não receiaria que continuasse?) em poucos anos haveria lá revolução a que Portugal não poderia acudir e o rei perderia essas regiões e sua cara despótica de dois palmos, sendo obrigado a contentar-se com a Constitucional. (*O Portuguez*, 1821, vol. 11, nº 66, p. 448).

Novamente, percebe o risco da separação por falta de princípios legais e morais que unam os dois países e seria “grande impolícia e desmazelo”, após 300 anos de investimentos, o pequeno Portugal “renunciar ao riquíssimo Brasil de onde nos podem vir grandes proveitos”¹⁴⁹ e os dois países poderiam estabelecer sistemas de ajuda mútua.

Na edição seguinte, reafirma que advogou pela união com a Espanha, mas na condição de “Escritor político, porque não nos fazia conta o viver sob um cetro despótico. Tínhamos essa união por conveniente a todos os respeitos (uma vez que fosse da vontade geral da Nação) e não éramos criado ou oficial do Rei.”¹⁵⁰

¹⁴⁸ *O Portuguez*, 1821, vol. 11, nº 66, p. 449.

¹⁴⁹ *O Portuguez*, 1821, vol. 11, nº 66, p. 449.

¹⁵⁰ *O Portuguez*, 1821, vol. 11, nº 67, p. 14.

Quando o rei retornou a Portugal e já havia sido instaurado o governo liberal, insurgiu o movimento de independência na Bahia que Rocha Loureiro desqualificou como “mui insignificante” e ideia “tão fora de todos os eixos da razão que não é maravilha o ser esse partido” e sim “causar pequena inquietação”. Porém, não deveria ser desprezado, pois poderia ganhar força e mais adeptos. Para ele, o movimento fora articulado por D. Marcos de Noronha e Brito, o conde dos Arcos, confederado com o governador de Pernambuco, Luiz do Rego, para separar Brasil e Portugal. Alerta que a independência “só pode vir da força moral da liberdade, assim como esta em tudo depende de um espírito público iluminado e de um curso de própria educação,”¹⁵¹ fundamentos que o Brasil ainda estaria longe de alcançar.

Não tão longe assim. Em fevereiro de 1822, já nas últimas páginas de sua última edição da primeira fase, percebe que a independência do Brasil é inevitável. No longo texto, faz um jogo dúbio de posições no qual aceita a independência, mas lança alguns temores aos brasileiros e expõe algumas vantagens já existentes na união com Portugal, como que procurando evitar que a independência ocorresse de fato.

Brasileiros! Quereis se independentes de Portugal; isto é, de vós mesmos que nas Cortes desse Reino sois amplamente representados? Quereis ser Nação à parte? Sede, embora se o quereis e se podeis; porém, está-nos parecendo que a gente de comum entendimento entre vós são contrários a essa perigosa novidade, que só terá cabimento em cabeças eivadas de juízo, coração e posses de Catilina. Está-nos parecendo que esses poucos homens de aérea imaginação bem se podem comparar às criancinhas que, sem pensar, quando começam a andar por si deitam ao ar pernadas vagas e vacilantes, em risco de cair a cada passo [...]. Não vos enganeis, irmãos nossos, querendo-vos constituir à parte nação independente; porque se na união com Portugal vós fosseis menos livres e felizes que o Algarve ou qualquer das duas províncias, segundo o plano geral ordenado por as Cortes, não havia ser o Redator do Portuguez, que vos essa união aconselhasse, uma vez que em vós reconhecesse vontade e posses para ter um Governo local e independente; que mal poderíamos nós, ainda que o quiséssemos, contrastar a vontade livre de um Povo, e as forças de um Estado robusto, únicos fundamentos da independência Nacional (O Portuguez, 1822, vol. 12, nº 71, p. 419).

Nesta primeira parte do texto, o jornalista lança uma série de advertências para que os brasileiros percebam o peso de se tornar uma nação independente. Assegura que o país está amplamente representado na Corte, que o desenho de independência não é unanimidade entre os brasileiros e desqualifica como infantis aqueles que o são. Aponta a independência como uma “perigosa novidade”. Em suma, ainda que aceite a independência reivindicada pelos brasileiros, seu discurso é construído no sentido de dissuadi-los dessa empreitada.

¹⁵¹ O Portuguez, 1821, vol. 11, nº 70, pp. 310-312.

Na segunda parte, alerta para os desafios que é se tornar uma nação independente e reforça que o Brasil possui representação igualitária a de Portugal na Corte. Apesar das advertências, aceita a autonomia brasileira e prevê que ela ocorrerá a qualquer momento, mas para isso o Brasil precisa cumprir algumas exigências como promover sua indústria e a união de suas províncias, desenvolver seu povoamento, entre outros avanços. Novamente professa o enunciado de que a independência é “mal” cabida já que o Brasil está unido a Portugal e que a separação deverá ocorrer em longos anos após o Brasil estar devidamente preparado para tal.

Não basta o querer formar um Estado à parte; há-se mister, além disso, que nele hajam forças e posses para o constituir. Emancipação do Pátrio Poder (permita-se nos este símile, ainda que mal cabido ao Brasil que está unido a Portugal por uma igual Representação) só da natureza pode vir [...]. Nação à parte virá a ser o Brasil, nisto não há dúvida, desde já o podemos com certeza prognosticar; nem nos atormenta a certeza desse futuro, posto que a fortuna nos deparasse o nascimento, antes que nos matos do Brasil entre os da Serra da Estrela. Porém, quando é que acontecerá essa separação? Mais cedo do que deverá ser, em caso impossível que o Governo Português se tornasse tirano do Brasil; e em todo o caso, quando o Brasil tenha forças de si bastantes para criar e defender essa independência, e será quando o Brasil esteja povoado, e não de escravos; quando tenha acabado os ciúmes das províncias entre si; quando haja entre elas uma livre e fácil comunicação por o interior; e quando haja lá um bom cabedal de letras e indústria que humanizem os costumes de deputarem a Moral pública das fezes da escravidão. Largos dias têm cem anos; nunca em nossos o veremos; porque, ainda que as Cortes tenham ordenado para o Brasil (talvez com mais liberalidade do que pedia a prudência e discricção) um Governo inteiramente popular, quase sem nenhuma dependência do Executivo em Portugal, e daí tenha de vir, com o geral contentamento dos Brasileiros, grandes adiantamentos para a grandeza, prosperidade e força do Brasil; contudo, nunca se pode esperar que tamanhos proveitos venham de repente, pois o crescimento das Nações é sempre demorado [...].(O Portuguez, 1822, vol. 12, nº 71, p. 421).

Na última parte, a defesa de que o Brasil poderá se tornar independente, mas como um país único e não as províncias promoverem sua autonomia de forma isolada. Caso isso ocorra, há o temor de que nações europeias se apropriem dessas províncias, pois as mesmas não teriam forças para resistir a estas nações.

Numa palavra: o Brasil não se pode todo unir por hora em um Governo compacto independente e a ideia do que o aconselhasse hoje ainda mais aérea seria que a da monarquia universal de Bonaparte. O Brasil não pode constituir Governos separados e independentes por províncias porque, segundo o estado e pouca força delas, mal de poderiam sustentar ou seriam oprimidas por o senhorio estrangeiro de algum principal Governo Europeu que as tratasse de colônias, ou seriam presa dos Martins, ambiciosos sem talentos, que as fizessem pedaços nos conflitos das facções e tempestades da anarquia. Em verdade, no Brasil há um grande espírito de *nacionalidade* que está espalhado por todas as classes, porém não nos enganemos com ele, nem o confundamos com o verdadeiro amor da Pátria e da liberdade, que nunca elas conheceram até aqui. Essa nacionalidade dos Brasileiros (segundo nossas observações na muita comunicação que temos tido deles) nascia do justo ódio a Europeus que ao Brasil os iam tyrannizar e vinha também por desforra dos injustos reproches com que d'antes se podava o nome Brasileiro. Desses elementos, amassados por a vaidade natural, formava-se o espírito público Brasileiro; porém,

ninguém dirá que isso é verdadeiro amor da Pátria e da liberdade, que é raro até em Portugal. [...] por agora é impossível que o Brasil possa gozar mais ou não esteja contente com o que lhe tem dado do Governo, antes pretenda a mais, que é o desejo de se perder. Quando o Brasil esteja em condição de por si só se governar à parte, então, só lhe recomendamos gratidão para com Portugal de onde lhe veio natureza e liberdade. (O Portuguez, 1822, vol. 12, nº 71, p. 421).

Como seu último argumento para dissuadir os brasileiros no desejo de separação, adverte que estes não podem confundir seu espírito de nacionalidade com o verdadeiro amor à pátria e à liberdade. Essa nacionalidade era resultado do ódio que os brasileiros sentiam por serem tratados com tirania pelos europeus, mas agora o governo tem oferecido o suficiente para os brasileiros ficarem contentes e que o desejo de independência, por ora, é o “desejo de se perder”.

A união ou separação entre Brasil e Portugal foi o tema que Rocha Loureiro mais oscilou em seu posicionamento. Movido pelos acontecimentos, principalmente em razão da exitação de D. João em retornar a Portugal, da elevação do Brasil a reino e da independência das colônias espanholas, a certa altura o jornalista chegou a considerar que era melhor o príncipe permanecer no Brasil. Em um discurso aparentemente contraditório, ao mesmo tempo clamava pelo seu retorno, pois Portugal estava em ruínas em razão do governo tirano local nomeado para administrar o país. O único que poderia amenizar esse quadro era D. João. Em meio a este cenário, é interessante observar que desde 1814 o jornalista já profetizava que mais cedo ou mais tarde o Brasil se tornaria independente, tamanha era a fragilidade que percebia nas relações que mantinham a união das duas nações.

g) Revolução Pernambucana de 1817

Na avaliação de Rocha Loureiro, os erros e maldades do governo português foram os responsáveis diretos pela deflagração da Revolução Pernambucana em 6 de março de 1817. A causa dos pernambucanos era “bela e justa” e de “direito”, mas a revolta não devia ser deflagrada, “pois nem sempre convém o exequir todos os nossos direitos; e o que é lícito naturalmente, nem sempre convém, nem sempre é decente.”¹⁵² Mesmo como liberal e amante das revoluções populares, rechaçou a Revolução Pernambucana, aparentemente, mais em favor da manutenção do império luso-brasileiro e da monarquia constitucional que pelo temor da fragmentação do Brasil enquanto nação individualmente.

¹⁵² O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 37, p. 738.

Em oposição ao movimento, o jornalista organizou seu discurso em duas linhas principais: a de ordem estrutural relativa ao território a ser emancipado e a de ordem legal em relação ao reino. Relativo ao primeiro quadro, na hipótese de separação de Pernambuco, sentença:

Os Pernambucanos mal podem, opondo-se a seus inimigos, formar um Estado independente e quando o alcançassem, a independência não lhes pagaria os sacrifícios a que são obrigados; se eles adotassem a forma constitucional sob o antigo governo, seriam suas tentativas mais bem arrazoadas. Serão eles ao cabo triunfantes? Se puderem vencer a fome e se o governo dar todas as providências que a revolução faz necessárias, estamos certos que o governo do Rei não tem força para os subjugar. (O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 37, p. 738).

Já em maio publicou 21 páginas com uma série de documentos relativos à Revolução e outras 16 nas quais analisa estas publicações. Entre os documentos está a nomeação da junta com os cinco “patriotas” que compunham o governo provisório: João Ribeiro Pessoa Montenegro (representante eclesiástico); capitão Domingos Theotônio Jorge Martins Pessoa (militares); José Luiz de Mendonça (magistrados); coronel Manoel Correia de Araújo (agricultores) e Domingos José Martins (comerciantes). O documento é assinado por apenas 17 pessoas, entre as quais não se encontram “pessoas do primeiro respeito da terra”. Para Rocha Loureiro, todos deveriam ser obrigados a assinar, mas o temor “lhes fez tremer a mão.”¹⁵³ Outra crítica foi quanto às cinco atividades profissionais representadas, pois haveria outras mais, e quanto a inclusão da magistratura. O ideal para o jornalista seria a escolha de cinco homens capazes, independente das áreas que representassem.

Dos rebelados, foi publicado um sumário dos acontecimentos ocorridos entre os dias 5 e 10 de março, cujo título sintetiza o espírito do movimento: *Preciso dos sucessos que tiveram lugar em Pernambuco desde a faustíssima e gloriosíssima Revolução operada felizmente na Praça do Recife aos 6 do corrente mês de março em que o generoso esforço de nossos braços Patriotas exterminou daquela parte do Brasil o Ministro infernal da Tirania Real*. Na introdução do documento, as justificativas do levante:

Depois de tanto abusar da nossa paciência por um sistema de administração combinado acinte para sustentar as vaidades de uma corte insolente sobre toda a sorte de opressão de nossos legítimos direitos, restava caluniar agora a nossa honra com o negro lábio de traidores aos nossos mesmos amigos, parentes e compatriotas de Portugal; e era esta por ventura a derradeira peça que faltava de se por à máquina da política do insidioso Governo extinto de Pernambuco. (O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 37, p. 671).

¹⁵³ O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 37, p. 670.

O texto assinala ainda que no dia 5, a mesma pena que o governador usou para redigir uma proclamação de amizade aos pernambucanos, foi usada para compor a lista dos cidadãos que seriam presos no dia seguinte. Amanheceu o dia 6 e o Conselho de Guerra reunido no Forte do Brum passou a assinar a sentença de condenação de “inocentes vítimas” que começavam a abarrotar as prisões. Estava instaurado o caos que deu início à Revolução, finalizadas em poucas horas, e “[...] que mais pareceu festejo de paz que tumulto de guerra, sinal evidente de ter sido toda obra da Providência e benefício da Benção do Todo Poderoso.”¹⁵⁴

Rocha Loureiro classificou a proclamação dos revoltosos de mal escrita. Considera que os pernambucanos fizeram mais que os revolucionários dos Estados Unidos e da França que passaram bem mais tempo negociando suas reivindicações com os respectivos governos. Para o jornalista, este foi o erro dos pernambucanos: não apresentaram suas reivindicações ao governo. Os revoltosos buscaram apoio em outros países e enviaram um adido para pedir auxílio à Inglaterra, o que foi ironizado por Rocha Loureiro.

O mundo quase não conhece hoje outra forma de governo que não seja monarquia (e segundo os nossos costumes, escassamente se poderão agora fundar democracias puras) e, contudo, os de Pernambuco ousam prometer-se que seguirão o rumo dos Estados Unidos e afrontam sem necessidade o ódio de todos os reis! Oh cegueira! Pobre povo que há de padecer inocente e sem proveito. A ajuda que o governo inglês começou a dar aos de Pernambuco foi uma *Ordem em Conselho* que vimos na Gazeta da Corte, por a qual o Príncipe Regente proibiu por 6 meses a exportação de armas e munições para a América, exceto para as colônias inglesas ou Estados Unidos. (O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 37, pp. 724-725).

Para o jornalista, a proibição da venda de armas era resultado da interferência dos ministros português e espanhol em Londres e a reação inglesa seria seguida por outras nações. *O Portuguez* reproduziu um pequeno trecho do *Morning Chronicle* o qual informa que o rei inglês pensou em enviar uma expedição em favor do rei de Portugal, mas foi desaconselhado por seu ministro.

Eis aqui os sentimentos gerais dos governos que deviam esperar os Pernambucanos depois de tão mal se terem havido em sua revolução. Eles podiam excitar a simpatia de todos os povos, e até de muitos governos, se compusessem e ordenassem bem os planos atrevidos que adiantaram; porém, desgraçadamente, não há aí que louvar senão o arrojo e temeridade, se por isso merecem louvores. Que querem dizer – *acabe a tirania real – vaidades de uma Corte insolente* e outras asserções sem provas? Se os de Pernambuco andassem bem aconselhados, uma vez que se resolveram a fazer a sua revolução, deviam começá-la com um Manifesto contendo a série dos males e injúrias que haviam sofrido com a presente administração do

¹⁵⁴ O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 37, p. 672.

governo (que não lhe era difícil o fazer com isso um aranzel tão longo como verdadeiro), depois deviam mostrar, como o podiam, que não havia esperança de que os Ministros, interessados nos abusos, reformassem a administração e aconselhassem bem o Príncipe desvairado para que ele desse aos seus povos uma livre constituição. Nestes termos que o povo pernambucano, usando de seus direitos naturais, dava o 1º sinal de reformas necessárias, a que devia o Príncipe inclinar; que eles não quebravam a antiga obediência e lealdade; mas se ele desse e jurasse uma constituição livre, a qual afiançasse igualmente o esquecimento do passado, eles seriam entre os seus mais fiéis e obedientes súditos. (O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 37, pp. 726-727).

Um bem ordenado manifesto ou proclamação, para o jornalista, deveria ser o primeiro passo dos revoltosos. Mesmo se o governo se recusasse a negociar e prosseguisse com medidas rigorosas, os pernambucanos deveriam manter a moderação, pois assim atrairiam apoio interno e externo. Cogita que, “talvez, as tropas portuguesas conhecendo o fundamento das queixas e penetrados (sic) da moderação dos Pernambucos, recusassem marchar contra eles”. Assim, provavelmente o espírito despertado em Pernambuco teria maior alcance e seria dado um exemplo nem “visionário” e nem “sem proveito”. Mesmo que não fossem bem sucedidos, “ficava-lhes a glória de terem sucumbido defendendo uma causa bela e justa que atrai as simpatias de todo o gênero humano.”¹⁵⁵

Ainda no esforço para minimizar a força da Revolução, adverte que o exemplo da independência das colônias espanholas não justifica, “aos olhos da política”, a Revolução de Pernambuco, pois aquelas não contavam com o rei em seu continente e não havia meios de concentrarem um governo único, o que tornou inevitável a separação. Observa que o movimento pernambucano “começou por alienar os ânimos de todos os Brasileiros das outras capitânias” e que Pernambuco “será esmagado sem dó”¹⁵⁶ por essas capitânias.

Entre outros, foram publicados ainda o ultimato dirigido ao governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro; o Decreto para a liberdade de comércio; Decreto sobre a escravidão objetivando sua “emancipação que não permita mais lavrar entre eles o câncer da escravidão, mas desejá-la lenta, regular e legal”¹⁵⁷; Decreto para criar um corpo de cavalaria; Proclamação de segurança aos europeus. Todos foram comentados brevemente, em todo crítico, pelo jornalista.

Do governo de Pernambuco foi publicada a proclamação de capitulação. O governo não fez a mínima resistência, pois não dispunha de armas e soldados. O governador ficou

¹⁵⁵ O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 37, p. 727.

¹⁵⁶ O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 37, pp. 727-728.

¹⁵⁷ O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 37, pp. 667-669.

sitiado no Forte do Brum com quatro militares. Os cinco assinaram a Resolução do Conselho de Guerra, que capitulou. Montenegro foi deportado para o Rio de Janeiro onde foi preso a mando de D. João em razão de não ter defendido a fortaleza. Rocha Loureiro concorda com a punição, pois o governador agiu com “desmazelo” ao deixar a “fortaleza principal sem munições, e por sua inércia, preguiça e descuido com tudo que pertencia à governança, e por as mal consideradas prisões que ordenou, e foram causa de se romper a revolução.”¹⁵⁸ Porém, ressalta que Montenegro permaneceu 15 anos como governador de Pernambuco, pois seguia as ordens dos ministros de enviar todos os rendimentos da capitania para o Rio de Janeiro e assim ficou sem recursos para obras militares.

Do Conselho Real, foram publicadas três proclamações assinada por Dom Marcos de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos, dirigidas aos pernambucanos e com forte teor de repressão. A primeira (21 de março), objetiva desacreditar os líderes do movimento qualificando-os como “monstros infíéis e revoltosos; fingidos chefes”¹⁵⁹ e assinala que a Bahia é fiel ao rei e cada soldado baiano é um espião pronto para vingar a desonra.

A segunda (29 de março), afirma que o “governo tem dado muitas provas de perspicácia ante o Mundo todo para que seja lícito suspeitar que há de proteger o mais vil dos Crimes perpetrado por meia dúzia de Bandidos que nasceram na escuridade e indigência de onde não virão meios de sair senão por força dos Delitos que acabam de cometer.”¹⁶⁰

A terceira (29 de março), alerta que soldados baianos e portugueses marcham para a comarca de Alagoas e todo pernambucano que não acompanhá-los será fuzilado; as forças navais que bloqueiam o porto têm ordem para arrasar a cidade e “passar tudo à Espada se imediatamente não forem instauradas as Leis de Sua Majestade El-Rei Nosso Senhor.” Negociações só seriam realizadas mediante a entrega ou morte dos líderes do movimento, ficando a população autorizada a “atirar-lhes à Espingarda como a Lobos.”¹⁶¹

As proclamações do Conde dos Arcos – “o rapaz da escola”; “sedição Cortesão” – são ironizadas por Rocha Loureiro e “melhor merecem desprezo do que análise e comentários”. Criticando o estilo e o conteúdo dos documentos, assevera: “De alto a baixo, é todo esse miserável documento uma prova de orgulho e ignorância fidalga que não é desculpável no

¹⁵⁸ O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 37, p. 722.

¹⁵⁹ O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 37, p. 684.

¹⁶⁰ O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 37, p. 685.

¹⁶¹ O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 37, p. 686.

Conde, pois na Bahia podia ter muitos Assessores que uma boa Proclamação lhe ordenassem.”¹⁶²

A terceira proclamação é a mais criticada. “[...] bem quiséramos nós rebentar em sonoras gargalhadas [...] porém, o caso é menos para rir do que para chorar [...]”¹⁶³ A zombaria é em razão de o conde determinar o bloqueio a Pernambuco com navios mercantes e sem tropas de desembarque que pudessem “dar ordens sérias de passarem à espada todos os habitantes de Pernambuco”¹⁶⁴ e por fazer referências a lobos que “não existem no Brasil.” A segunda, afirma que é *mui considerável* o número de pernambucanos fieis ao Rei e que serão fuzilados aqueles que não marcharem com soldados reais. O jornalista pergunta: “E se eles o não puderem fazer, contidos por o justo medo e força dos revolucionários? Assim mesmo sejam fuzilados; é a sentença do Conde dos Arcos.”¹⁶⁵

Para o jornalista, as proclamações teriam efeitos mais negativos que positivo, incendiando ainda mais o ânimo dos revoltosos.

Não se diga que essas ordens não se devem entender à letra e que são talhadas mais para intimidar do que para se porem em execução. Não o devem crer os de Pernambuco. Depois de uma tal declaração dos seus inimigos, farão uma resistência desesperada; venderão caras as vidas, e ainda quando sucumbam, deixarão Pernambuco feito um túmulo para os seus ossos e os dos seus inimigos. (O Portuguez, 1817, vol. 7, n° 37, p. 734).

Embora reconheça a boa atuação do conde em várias iniciativas como homem público e em sua “justa energia” ao debelar o princípio de rebelião que também ocorria na Bahia onde prendeu o frade emissário dos pernambucanos, seu despotismo militar fez com que perdesse a confiança do povo.

O Portuguez reproduziu também um decreto pernambucano, já publicado por outro jornal português, e que proibia a saída de dinheiro e de pernambucanos para outras províncias, sem a devida autorização do governo provisório. Na sequência, em uma das suas considerações depreciativas em relação ao movimento, faz referência ao casamento de um dos líderes revoltosos como um possível ato de interesse político para dar estabilidade à revolta.

[...] o certo é que o novo governo é mil vezes mais enérgico e ativo do que o passado e para exceder nessa virtude pouco trabalho bastava. O novo governador das Armas

¹⁶² O Portuguez, 1817, vol. 7, n° 37, pp. 732-733.

¹⁶³ O Portuguez, 1817, vol. 7, n° 37, pp. 733-736.

¹⁶⁴ O Portuguez, 1817, vol. 7, n° 37, pp. 733-734.

¹⁶⁵ O Portuguez, 1817, vol. 7, n° 37, p. 734.

parece se um tal José de Barros, que é o Capitão que matou o Brigadeiro: valor e denodada resolução não se lhe pode negar. Um dos membros do governo, Domingos José Martins, causou-se, poucos dias depois da revolução, com uma Senhora que há muito requestava, filha de um dos principais Negociantes da terra. Alguns terão esse matrimônio como passo político de muito acerto e discrição, por mostrar boa fé, adquirir confiança pública e assegurar a estabilidade da revolução; outros podem atribuí-lo a causas mui triviais, amor, vaidade, especulação (O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 37, p. 732).

O Decreto de Perdão aos revolucionários pernambucanos, assinado em fevereiro de 1818, despertou novamente a ira de Rocha Loureiro. A obra de Vilanova, “um prodígio da estupidez; ignorância de mãos dados com despotismo”¹⁶⁶ “mostra bem o Rábula, confuso em seus arrazoados, por ignorância ou por malícia.”¹⁶⁷ A partir daquela data ficavam proibidas as devassas, prisões e sequestros dos revoltosos, o que era positivo. Porém, o decreto fazia exceção aos *cabeças da rebelião* o que, para Rocha Loureiro, abria “a porta ao ódio, vingança, peitas e dependência”, pois o decreto não define o que é ser *cabeça da rebelião* e nem nomeia quem são esses *cabeças*. Para o jornalista, a identificação era uma tarefa muito fácil em uma “revolução tão insignificante e tão notória como foi a de Pernambuco”. Assim, o decreto abria a porta para “continuarem a prender e sequestrar ou conservar na prisão aos miseráveis a quem podem alcunhar de *cabeças da rebelião*”¹⁶⁸ tornando o documento inútil.

Rocha Loureiro chama atenção de seu leitor para outra contradição do decreto. Fazendo alusão à origem da revolta, o documento assinala que seus autores a iniciaram trazendo *de longe o veneno de opiniões destruidoras e querendo infeccionar a nação Portuguesa*. Para o jornalista, o governo trabalhava para dar desculpas à nação “de um crime de que só ele tem a culpa.”¹⁶⁹ Tratava-se de um sofisma por meio do qual se busca dar como razão ao que não é razão. Explica que a causa primeira da revolução está em todo o domínio português: o despotismo horroroso do governo. Esclarece que o único revoltoso que esteve antes em Londres antes da revolta foi D.J. Martins, mas que este não a iniciou, pois estava preso quando o movimento foi deflagrado.

Em julho de 1819, o agora ministro português em Hamburgo, José Anselmo Correa Quintela, em 18 páginas de seu jornal *Plenipotenciário da Razão*, acusa Rocha Loureiro de incitar a Revolução Pernambucana. Em resposta, *O Portuguez* reproduz quatro extratos das “desaforadas calúnias”, seguidos de breves comentários nos quais refuta as acusações. O

¹⁶⁶ O Portuguez, 1817, vol. 7, nº 37, p. 212.

¹⁶⁷ O Portuguez, 1818, vol. 8, nº 45, 213.

¹⁶⁸ O Portuguez, 1818, vol. 8, nº 45, p. 214.

¹⁶⁹ O Portuguez, 1818, vol. 8, nº 45, p. 214.

primeiro trecho do texto de Quintela é o mais contundente e expõe supostas razões que levaram Rocha Loureiro a fundar seu jornal.

O Jornalista João Bernardo da Rocha Loureiro, quando em Lisboa, requereu um ofício que já o Governo havia dado, e por isso não lho pode conceder; boa e justa razão que deveria persuadir o requerente a ter paciência e a esperar outra ocasião, mas I.B.R. (sic) persuadido que lhe haviam feito injustiça, deixou Portugal com intentos de se vingar do Governo [...] e eis-lo ido à Inglaterra, o mais comerciante país do mundo, aonde ele abriu loja de novidades sob a insígnia e divisa d'O Portuguez. No seu tráfico, admitia ele todas as mercadorias de má qualidade que se lhe de Lisboa mandavam e d'outras terras e Portugal; por onde os Fregueses se desgostaram, e já ele ia fechar a loja quando os Espanhóis d'América revoltaram contra seu Rei. (*Nossos Leitores se lembrarão de que muito antes de escrevermos O Portuguez havia começado a revolução em as colônias Espanholas*). [Grifo de Rocha Loureiro]. Esse sucesso meteu em cabeça ao Lojista literário deque poderia melhorar seus negócios se entrasse a declamar contra o governo Português e conseguisse contra ele sublevar seus vassalos de Pernambuco; por isso ele todo o seu engenho aplicou a provar que os Povos têm direito de liberdade e independência e daí concluiu que o tinham de quebrar a obediência a seu legítimo Soberano; e com isso tanto escaldou a cabeça de seus leitores Pernambucanos que alcançou o fazê-los amar a sedição (Plenipotenciário da Razão apud O Portuguez, 1819, vol. 10, nº 55, p. 75).

Rocha Loureiro reage de forma um tanto evasiva, não dando crédito às palavras do “indecente” redator do *Plenipotenciário*. Ressalta que não era de bom costume e decência, ao fazer críticas a um jornalista, citar seu nome próprio e fazer comparações entre sua vida pregressa e seus escritos, seja para bem ou para o mal. Ainda se fosse esse o caso, sua vida e seus escritos seriam mais “luminosos” se comparados aos de Quintela. Negou pedir ajuda ao governo, a não ser três ou quatro petições enviadas para dar continuidade ao seu jornal e Lisboa, porém nunca foi atendido. Quanto à acusação de promover a “miserável” Revolução de Pernambuco, responde que a mesma “se deve toda aos erros e maldades do Governo Português e não à leitura de nossos canhenhos”. Assinala que um dos revolucionários, “o fraco Martins”, esteve em Londres por suas vezes, mas não o conheceu¹⁷⁰.

O segundo extrato do texto de Quintela assinala que Rocha Loureiro “critica com fel, acomete com atrocidade, calunia com atrevimento [...]” e o seu jornal “[...] é um composto de discursos errôneos, às vezes até extravagantes, acompanhados de fatos fabulosos e inventados de malícias e calúnias insultantes, injuriosas, e até atrozes, espalhadas de mês a mês a um pequeno número de crédulos que amam ornamentar o espírito com loucuras.”¹⁷¹ Com retórica de uma proclamação, o texto exalta ainda:

¹⁷⁰ O Portuguez, 1819, vol. 10, nº 55, p. 76.

¹⁷¹ O Portuguez, 1819, vol. 10, nº 55, p. 77.

Agora saiba o Mundo que esse famoso Orador da Canalha de Pernambuco, como mal sucedido em empresa de fundar a república de Pernambuco e dela se declarar Orador, tornou ao seu antigo tráfico, que é espalhar as mentiras que lhe mandam seus Correspondentes de Portugal e Brasil, e censurar os atos e Governo do seu Rei (O Portuguez, 1819, vol. 10. n° 55, p. 77).

Em tom irônico, Rocha Loureiro limita-se a comentar que os leitores poderão avaliar toda a verdade do dito por Quintela a partir de quando afirma que o jornal é publicado de *mês a mês*. Na verdade, *O Portuguez* apresentava periodicidade bastante irregular, o que gerava muitas reclamações dos leitores. Seu enunciado foi no sentido de desacreditar Quintela demonstrando que este não conhecia as características do periódico.

Em outros trechos, o *Plenipotenciário* exalta o ministro Vilanova, Targina e Quintela como homens honrados, mas denegridos por Rocha Loureiro. Assinala ainda que Quintela não é o redator do periódico e nem se dispõe a isso. O autor edifica-se como EU, e só a ele devem ser dirigidas as críticas. “Quanto ao EU que se diz Redator do *Plenipotenciário*, não temos dúvida ser um Emigrado de Córsega, que o Correa alugou para lhe por em Francês legível todos os despropósitos que bailam no bestunto do Ministro.”¹⁷²

¹⁷² O Portuguez, 1819, vol. 10. n° 55, p. 81.

Considerações finais

Rocha Loureiro e seu *O Portuguez* estiveram atentos aos inúmeros fatos ocorridos no Brasil durante a estadia da Família Real portuguesa em solo americano. De questões conjunturais como a escravidão, a corrupção, a criação do Reino do Brasil e a possível criação de uma confederação sulamericana até situações de menor vulto como a nomeação de ministros, o embarque de mercadorias sem o pagamento do devido imposto de exportação, parece que nada escapou à vigilância do periódico.

Os temas aqui analisados são de natureza macro econômica e política. São pautas não pré-definidas pelo pesquisador, mas que resultaram da leitura das mais de 6.100 páginas do jornal. Assuntos que foram abordados com maior frequência e que ficaram como alguns dos de maior relevância da história do Brasil durante o período Joanino. Paralelamente, como não poderia deixar de ser, o jornal fez inúmeras e críticas abordagens sobre a situação em que se encontrava Portugal durante a estadia da Corte no Brasil. Porém, nossa opção aqui foi pela abordagem dos assuntos que ocorreram ou que disseram respeito mais diretamente ao Brasil.

A fuga da Família Real para o Brasil, a abertura dos portos brasileiros às nações amigas e os tratados de 1810 com a Inglaterra, o possível retorno da Corte a Portugal em 1814, a criação do Reino do Brasil em 1815, a independência das colônias espanholas na América e a possível formação de um império na América liderado pelo Brasil, e a Revolução Pernambucana de 1817 foram alguns desses grandes eventos que marcaram a história do Brasil no início do século XIX, aos quais Rocha Loureiro debruçou extensas, densas e minuciosas análises. Apesar de distante dos fatos e do cenário onde eles ocorreram, as fez com a propriedade de conhecedor da realidade brasileira, do olhar aguçado de um analista político, econômico e social.

Sua postura política claramente definida contra o despotismo e em favor do regime liberal manteve-se fiel aos princípios de sua formação intelectual. Assim, não se observa em seu discurso, contradições ou hesitações nos temas aqui analisados. A exceção é quanto a elevação do Brasil à condição de reino, a qual o jornalista tratou inicialmente com certa indiferença e depois chegou até a considerar a independência do Brasil, mas acrescentou alguns “senões” depois que o governo liberal, do qual fez parte, chegou ao poder em Portugal.

Como escritor político atuante, Rocha Loureiro foi um divulgador de ideias liberais visando promover as mudanças de seu tempo. Essas mudanças teriam Portugal como seu epicentro e se estenderiam às suas possessões, mas o centro de decisão do poder, a Corte, encontrava-se justamente em uma dessas possessões: o Brasil. Era da América, portanto, que esperava as propostas de reformas, tanto para o Brasil quanto para Portugal. Assim, seu discurso constrói-se em paralelo e com certa ambivalência entre as duas nações, ou seja, as críticas eram dirigidas ao mal governo (ministros e rei) do Brasil e de Portugal, ambos sofriam das mesmas crises crônicas e as soluções para os dois lados do Atlântico eram as mesmas: constituição livre e governo liberal.

A partir dos tópicos analisados, é possível inferir que Rocha Loureiro construiu pelo menos quatro linhas discursivas principais sobre o Brasil: o país de muitas riquezas, do governo incompetente, corrupto e que usurpou Portugal, e do país cuja independência estava em curso pelo menos de 1815 e que esta seria inevitável.

Sobre a fuga da Corte para o Brasil, a considerou necessária para salvaguardar o trono português. Porém, a Corte levou para o Brasil todos os velhos vícios políticos e administrativos, além da corrupção, que impediram o desenvolvimento do país na proporção que deveria ocorrer. O povoamento, a industrialização e a instrução foram os tópicos mais enfatizados pelo jornalista que conclui que o governo pouco fez neste sentido. Outro problema é que a permanência da Família Real por 13 anos no Brasil foi catastrófica econômica, política e socialmente para Portugal. A considerar seu discurso ao longo destes anos, o leitor não teria nenhum motivo para querer D. João novamente em Portugal.

Os tratados de 1810 com a Inglaterra, no conceito de Rocha Loureiro, foram a maior demonstração de incompetência do governo. Como ficou latente nos textos expostos, foi a ruína econômica de Portugal e que, somada aos rescaldos das invasões francesas, arrastou milhões de portugueses à miséria.

A resistência de D. João em retornar a Portugal e a elevação do Brasil à condição de reino foram demonstrações inequívocas, para Rocha Loureiro, de que o Brasil iniciava naqueles atos o percurso de sua independência. É a partir de então que passa a endurecer e dirigir suas críticas diretamente ao rei. O discurso de independência ganha mais força com a independência das colônias espanholas na América e o jornalista chega a esboçar o projeto de criação de uma confederação formada pelo Brasil e países sulamericanos.

Rocha Loureiro tratou a Revolução Pernambucana com certa indiferença, ao mesmo tempo que apoiou o movimento. Para ele, trata-se apenas da uma reação contra governo despótico e que não promoveu de forma igualitária entre todas as províncias o desenvolvimento que o Brasil necessitava.

Avaliar a repercussão e a influência do discurso de *O Portuguez* sobre seus leitores é tarefa complexa. Porém, não há como negar a contundência, a consistência e a persistência com que desenvolvia seu conteúdo.

Essa é uma pesquisa em desenvolvimento, portanto, as análises e considerações desenvolvidas aqui não são conclusivas e encaminham-se para um estudo mais aprofundado para futura publicação. Seus resultados são parciais, com efeito de relatório de atividades.

Referências Bibliográficas

- Alves, J. A. S. [2005]. *Ideologia e política na imprensa do exílio. O Portuguez (1814-1826)*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Bahia, J. [1990]. *Jornal, história e técnica - História da imprensa brasileira*. Vol. 1. São Paulo, Editora Ática.
- Bardin, L. [1977]. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70.
- Boisvert, G. [1982]. *Un pionnier de la propagande liberale au Portugal: João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português. Civilização Portuguesa vol. VIII.
- Dines, A. [2001]. *Apresentação da edição fac-similar do Correio Braziliense*. In: *Correio Braziliense*. São Paulo, Imprensa Oficial.
- Dourado, M. [1957]. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro, BibliEx.
- Fernandes, M. L. [2014]. *O Correio Braziliense e as representações da família real portuguesa no Brasil*. In: Jorge, T. M. *Notícia em fragmentos- o desafio de aplicar a Análise de Conteúdo ao Jornalismo Digital*. Brasília, Editora da UNB, pp. 135-153.
- Habermas, J. [1984]. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Lage, N. [1986]. *Linguagem jornalística*. São Paulo, Ática.
- Lima, O. [1996]. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks Editora.
- Lima Sobrinho, B. [1996]. *Hipólito da Costa: pioneiro da imprensa no Brasil*. Brasília, Fundação Assis Chateaubriand/Verano.
- Lustosa, I. [2000]. *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência 1821-1823*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Maingueneau, D. [2002]. *Análise de texto de comunicação*. São Paulo, Cortez.
- Melo, J. M. [1973]. *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis, Vozes.
- _____. [1994]. *A Opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis, Vozes.
- Moraes, R. [1999]. *Análise de conteúdo*. In: *Educação*. Porto Alegre, Ano XXII, nº 37, pp. 7-31.
- Munaro, L. *A unidade do Reino Luso-brasileiro: uma discussão jornalística em Londres (1808-1822)*. VIII Encontro Nacional de História da Mídia. Guarapuava, Unicentro, 28 a 30 de abril de 2011.
- Neves, L. M. B. P. [2003]. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro, Editora Revan/FAPERJ.
- _____. [2002]. *"Pensamentos vagos sobre o Império do Brasil"*. In: *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. Vol. 30, tomo 1. São Paulo, Imprensa Oficial.
- Paula, S. G.; Lima, P. S. [2002]. *Os paradoxos da liberdade*. In: *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. Vol. 30, tomo 1. São Paulo, Imprensa Oficial.
- Rizzini, C. [1946]. *O Livro, o jornal e a imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre, Kosmos Editora.
- _____. [1957]. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Santos, M. H. C. dos. [1983]. *As ideias republicanas em Portugal e o jornalista João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)*. Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian. Arquivos do Centro Cultural Português XIX [separata].
- Sodré, N. W. [1983]. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Martins Fontes.
- Tengarrinha, J. [1989]. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa, Editorial Caminho.
- _____. [2013]. *Nova história da imprensa portuguesa das origens a 1865*. Lisboa, Temas e Debates – Circulo de Leitores.

Periódicos

Correio Braziliense. Junho a dezembro de 1808 e dezembro de 1810. Edição fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

Gazeta de Lisboa. Edições de 1808, 1809, 1810, 1815 e 1820. Lisboa.

O Portuguez. Edições de 1814 a 1821. Londres: L. Thompson, Oficina Portuguesa.